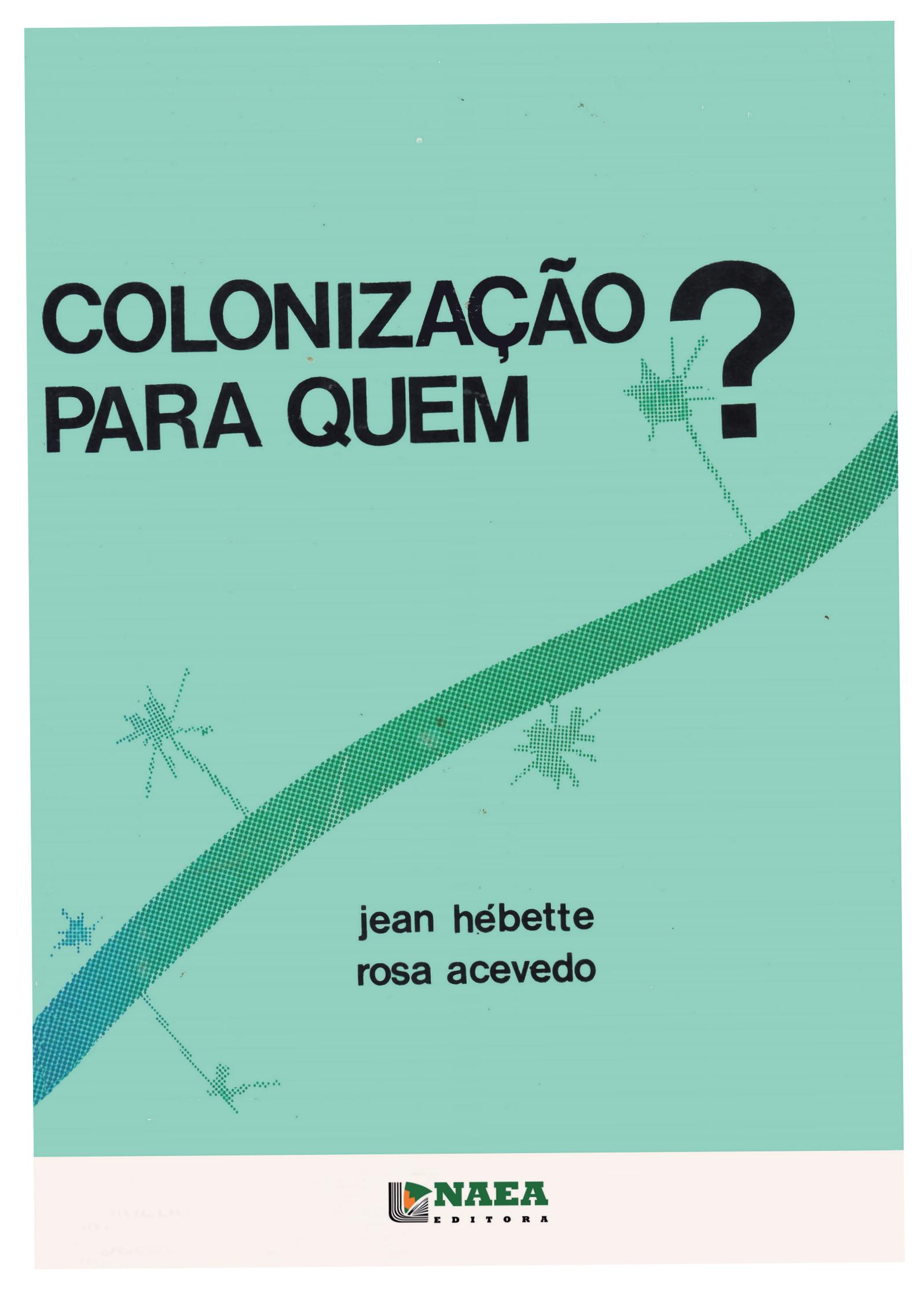


COLONIZAÇÃO ? PARA QUEM



jean hébette
rosa acevedo

COLONIZAÇÃO PARA QUEM?



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

Editora

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis - Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia - Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez - Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda - Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer - Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal - Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista - Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez - Columbia University - New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo - Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

COLONIZAÇÃO PARA QUEM?

jean hébette

rosa acevedo

Belém-NAEA

2024

Capa
José Freire

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

H443c Hébette, Jean

Colonização para quem? [recurso eletrônico] / Jean Hébette, Rosa Acevedo. — Ed. fac-sim. — Belém : NAEA, 2024.
1 recurso online (176 p.)

Inclui bibliografias

Edição original: Belém: NAEA, 1979.

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>

ISBN 978-85-7143-234-5

1. Amazônia – Colonização. 2. I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth.

II. Título.

CDD 23. ed. - 325.3811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque - CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora NAEA e à autora.
Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP: 66.075-750 - (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com/editora_naea@ufpa.br

NOTA

O Livro *Colonização para Quem?* se trata de uma das primeiras obras editadas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, e representa a perspectiva crítica sobre o desenvolvimento brasileiro e amazônico. Resultado de pesquisa dos professores Jean Hebette e Rosa Acevedo Marin, indica o papel da ciência e da universidade na investigação de grandes problemas, como os da ocupação e da inserção de lógicas exógenas à Região Amazônica e da reprodução da desigualdade social. Com a disponibilização gratuita e on line do livro, na versão fac-símile, a Editora do Naea segue contribuindo para a difusão de pesquisas sobre as populações amazônicas, afetadas pelas propostas desenvolvimentistas de governos e corporações, desde a década de 1970 do século XX.

APRESENTAÇÃO

Desde a criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará e paralela à sua implantação, esteve presente a idéia de desenvolver pesquisas sobre a Colonização levada a efeito no território amazônico. Em 1974, com a elaboração do Projeto de Pesquisa sobre "Colonização não Dirigida na Rodovia Belém-Brasília, essa idéia passa a ser efetivada, constituindo-se, a partir de então, em uma área específica, cujos interesses se voltam para o conhecimento dos problemas capitais da realidade amazônica atual.

A coletânea que ora damos a conhecer ao público, com o financiamento de sua publicação patrocinado pela FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará, é produto do aprofundamento dessa temática, tratada com propriedade e refletindo o conhecimento empírico e a preocupação teórica, pouco frequentes, nas publicações que enfocam a sociedade amazônica.

Os pesquisadores Jean Hebéte e Rosa Acevedo Marin iniciaram-se nas atividades de pesquisas no NAEA, revelando um crescente interesse e rigor metodológico para com o problema evidenciado nestes ensaios. A análise da colonização, aqui em questão, enfatiza o estudo de sua natureza e de seu significado, no conjunto do sistema político global. A interpretação histórica da Colonização, realizada pelos pesquisadores, proporcionará um embasamento para a compreensão dos contextos econômicos, políticos e ideológicos onde ela se desenvolveu e se desenvolve.

O mérito dos trabalhos ora apresentados tem sido realçado em Congressos e Encontros, onde forem expostos e, de certa forma, impulsionaram a sua publicação. Estamos cientes de que este livro significará, nas mãos dos que trabalham na e pela região, uma contribuição importante para o entendimento do problema amazônico.

Finalmente, é oportuno esclarecer que os ensaios contidos neste livro resultaram de pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), administrado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).

José Marcelino Monteiro da Costa

Coordenador do NAEA

1979

Sumário

Introdução	5
Saúde e Colonização	9
A Colônia Agrícola de Gurupi	41
O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário, nas Zonas Urbanas da Rodovia. ...	93
Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos So- ciais	113
Colonização e Fronteiras : Articulações no Nível Econô- mico e no Nível Ideológico	151
Apêndice	168
Bibliografia	171

Introdução

O presente livro reúne alguns trabalhos escritos em épocas diferentes, durante a execução de uma pesquisa sobre Colonização, ao longo da rodovia Belém-Brasília. São estudos parciais que levam a marca de uma reflexão em andamento, de uma busca para discernir o que há de relevante a ser dito e interpretado, no tocante a essa Colonização. Há, portanto, nesta coleção de textos, imprecisões, repetições, talvez contradições e, com certeza, uma evolução do pensamento. Há, inevitavelmente, nessas condições, muitas coisas que não seriam mais escritas a esta altura ou o seriam de maneira bastante diferente. O que justifica a publicação desses ensaios é a extrema penúria de dados empíricos coletados e organizados com algum rigor, a nível não muito agregado, sobre a fronteira agrícola amazônica. Fruto de um trabalho de campo demorado e minucioso, essas análises suprem, em parte, essa carência e, por isso, foram bastante procuradas numa anterior apresentação mimeografada, merecendo, mesmo assim, referências e citações em estudos recentes sobre o tema.

Ao oposto da maior parte dos relatórios sobre a situação atual da região Amazônica, a pesquisa em foco, realizada em todas suas fases dentro da própria região, baseia-se sobre dados primários levantados no campo pela equipe do NAEA encarregada deste estudo. As fontes secundárias são utilizadas apenas subsidiariamente e com particular precaução: são, geralmente, excessivamente globais e agregadas, formuladas em quadros conceituais e definições pouco adequadas às peculiaridades regionais, e finalmente, pouco seguras.

As fontes primárias de informações são de diversa natureza: primeiro, uma observação realizada durante um in-

tenso trabalho de campo, que incluiu visita dos autores a 52 municípios, de agosto de 1974 a novembro de 1975; segundo, um acervo de questionários aplicados na parte urbana e no meio rural de cinco municípios, situados ao longo da rodovia Belém-Brasília (Castanhal, no Pará; Imperatriz, no Maranhão; Araguaína, Gurupi e Ceres, em Goiás); terceiro, um conjunto de entrevistas formais e informais com colonos, empresários, funcionários de diversos organismos e profissionais liberais. Entre essas entrevistas, merecem destaque as de História de Vida, gravadas e transcritas, segundo as técnicas de História Oral.

No decorrer da pesquisa, e em função, particularmente, do contato com a realidade, a atenção dos autores se voltou, com crescente intensidade, para as condições de vida do povo. Fortaleceu-se a convicção de que a pesquisa não teria sentido relevante, se não fosse para levar a um melhor conhecimento científico das formas de exploração do povo e para contribuir, em sua hora e a seu modo, na luta do homem do campo em prol de sua libertação. Este livro destina-se, pois, aos leitores que precisem dele se utilizar em busca dos mesmos objetivos.

Gostaríamos de formalizar o nosso agradecimento aos colegas que contribuíram para a realização destes trabalhos: ao Prof. Samuel de Amorim e Sá, responsável pela elaboração do projeto final, aprovado pelo BNDE e pela UFPa, e, até o final de 1975, o coordenador da pesquisa; ele nos deu estímulo, em todos os momentos, e encaminhou nossos primeiros passos na pesquisa; ao Prof. Pedro Demo, assessor da equipe, responsável, durante toda a duração da pesquisa, pelo o que diz respeito à parte metodológica; sua confiança no nosso trabalho foi muito importante para a continuidade do mesmo; ao Prof. Carlos Cardoso da Cunha Coimbra, que fez a revisão crítica dos textos, na fase final, e coordenou os trabalhos de discussão do qual participaram vários colegas; à Profa. Albertina Fortuna de Oliveira, nossa companheira de trabalho, nos primeiros períodos da pesquisa, e, posteriormente, nossa colaboradora, desde suas atividades de Coordenadora do ESCAP; ao Prof. José Marcelino Monteiro da Costa, pelo apoio amplo que nos tem oferecido, como Coordenador do NAEA.

Nossos agradecimentos, ainda, aos nossos colaboradores imediatos: a Hecilda Mary Veiga Fonteles, aluna de So-

ciologia da UFPa., que nos acompanha desde 1975, quando se iniciou na pesquisa, co-coordenando os trabalhos de aplicação do questionário; a Maria de Fátima Carneiro da Conceição, responsável pela investigação de campo na Bragantina; aos estagiários, que participaram com muita dedicação, nas diversas etapas de nosso trabalho.

A todos os colegas que ajudaram na discussão dos problemas. Somos especialmente gratos aos professores: Iony Sampaio, Ana Luiza Osório de Almeida, Mário Nazareno Noronha Faria e Souza, que debateram o ensaio "Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais". A todos agradecemos pela forma amigável como nos ajudaram.

Saúde e Colonização

A Coordenação do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical e do I Congresso da Sociedade Brasileira de Parasitologia solicitou ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará uma apresentação panorâmica das condições de saúde nas zonas de colonização(*). Essa contribuição teve por objetivo ambientar o Congresso na realidade amazônica atual, tão profundamente marcada pela colonização e tão carente de organização sanitária.

Embora leigos em assunto de medicina, achamos por bem não nos frustrarmos a esse convite, colocando à disposição de quem se interesse, profissionalmente, observações de cunho sociológico e dados, colhidos durante o trabalho de campo, realizado em 25 municípios goianos e maranhenses, durante os anos de 1974-1975. A pesquisa entocava, essencialmente, a mobilidade ocupacional/profissional dos migrantes e sua evolução na estratificação social decorrente da estrutura econômica. Os aspectos de saúde são focalizados subsidiariamente, faltando, em conseqüência, uma melhor sistematização e, sobretudo, um registro mais completo de informações. Mesmo assim, e sem ter o grau de elaboração e de aprofundamento merecido, este ensaio representa uma tentativa de aproximação objetiva de um aspecto da realidade pouco ressaltado, no estudo das áreas de colonização.

(*) O texto original, comentado no referido Congresso, em 16 de fevereiro de 1976, foi, posteriormente, revisado, sem modificação dos dados básicos. Agradecemos, em particular, à Dra. ELISA VIANA SA, Médica da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP, pelas sugestões apresentadas.

A saúde não é visualizada, neste trabalho, apenas como um dado. Ela é relacionada com o avanço da ocupação do território e leva em conta as condições estruturais que determinam, a nível das classes sociais, a desigual distribuição das chances de saúde.

1. COLONIZAÇÃO E EXPANSÃO DA DOENÇA

No início da década de 1940, foi criada, nas matas de São Patrício, ao norte de Anápolis, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás — CANG —, posteriormente emancipada e transformada no Município de Ceres. Foi aberta, nessa ocasião, uma estrada ligando a Colônia à Anápolis e as matas foram derrubadas para instalação dos colonos.

A abertura da estrada Belém-Brasília, a partir de 1958, marcou o processo de ocupação de todo o norte goiano e a expansão do povoamento ao extremo oeste maranhense. Com ela, aceleram-se os fluxos migratórios provenientes do Nordeste, da Bahia e de Minas Gerais — grupos de trabalhadores contratados para as obras da rodovia e colonos jogados na procura de terra para ocupar. A incumbência de dominar a mata virgem, uma vez realizada, deixou centenas de trabalhadores residentes em acampamentos com poucas alternativas, no mercado de trabalho, a não ser a de se somarem ao grupo de posseiros. As aglomerações formadas espontaneamente à beira da estrada, assim como os sítios instalados em condições precárias pelos pioneiros, matas adentro, ampliaram o campo espacial/social das doenças.

Num estudo sobre migrações, o ex-Presidente da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP —, Nelson de Araújo Moraes,¹ ilustra problemas sanitários, decorrentes de movimentos migratórios, ligados à construção de estradas, à exploração extrativa e à colonização. Ele nota que "...a instalação de núcleos de colonização em pontos remotos... bem como o aparecimento de novos povoados e vilas ao longo das estradas recém-construídas podem contribuir para o aumento das doenças já prevalecentes na área ou nela introduzir endemias até então inexistentes". Como

¹ MORAES, Nelson L. de Araújo. Migrações Internas e Saúde Coletiva, in: COSTA, Manuel Augusto. *Migrações Internas no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971, p. 121-135.

exemplos, verificados no âmbito da rodovia Belém-Brasília, ele cita: a Malária, a Febre Amarela, o Triatoma Infestans, a doença de Chagas. Araújo retrata o Núcleo Colonial de Ceres, como "infestado pelo Triatoma Infestans, trazido naturalmente pelos colonizadores" e apresentando casos de doenças de Chagas; sabe-se que as casas de taipa ou sopapo, onde costumam-se abrigar os colonos recém-chegados ou os lavradores pobres, oferecem refúgio para os vetores da doença, os barbeiros. Assinala, ainda, surto de febre amarela nas proximidades de Belém, em um lugar destinado à implantação de seringal.

A ocorrência de malária nas zonas de penetração e colonização é muito conhecida. Grassou durante toda a fase de abertura da estrada Belém-Brasília, principalmente nas regiões de mata virgem, como em Açailândia e em todo o trecho ao norte de Imperatriz; os entrevistados que participaram dessas obras relatam o medo provocado entre os trabalhadores por essa doença. O mesmo temor é notável hoje entre famílias de lavradores que se deslocam durante várias semanas para os "centros", longe dos povoados, na época da derruba ou no período da colheita. Em 1962, a malária se tinha generalizado na Colônia de Gurupi. Nos últimos anos, o afluxo de migrantes provenientes de Pindaré-Mirim em direção à Imperatriz contribuiu para a expansão da doença em toda a área. Essa febre faz vítimas numerosas nas turmas de peões contratados para os desmatamentos, nas grandes fazendas, onde são submetidos a condições sanitárias péssimas, em barracões ou acampamentos superlotados.

A leishmaniose cutâneo-mucosa é outra doença que ameaça os que penetram nas matas virgens ou se agrupam nos povoados, em áreas recentemente desmatadas; encontram-se casos na região estudada, embora não se tenha registro sistemático das ocorrências.

Os problemas de saúde encontrados na colonização não se limitam, entretanto, às doenças diretamente provocadas pelo contato com pessoas afetadas ou com vetores. Eles se referem a todos os desequilíbrios que acompanham a intervenção do homem no ecossistema regional, especialmente o desmatamento de grandes extensões de florestas. Um informante de Ceres, agrônomo, que trabalhou na Colônia na fase da implantação e foi encarregado do posto de climatologia, sublinhou, em entrevista, alguns efeitos do extenso des-

matamento, realizado, na época, quando foram queimados 500.000 ha de floresta: a precipitação fluvial teria caído, segundo ele, em 60%; muitas espécies de peixes desapareceram com o afluxo, nos rios, de cinzas levadas pela chuva; o regime dos córregos foi alterado e o clima profundamente modificado. Os dispositivos legais que regem o respeito ao equilíbrio ecológico são ainda muito limitados, tímidos e de transgressão bem fácil; aliás, os instrumentos de controle são quase inexistentes. Em Gurupi (Goiás), por exemplo, em 1975, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — dispunha somente de um fiscal, e ainda sem meio de transporte, para controlar o desmatamento em 19 municípios, representando pouco menos de 125.000 quilômetros quadrados. Esse controle, além do mais, é puramente legal e administrativo; não acompanha, em termos sanitários, os efeitos das transformações que se vão processando no ecossistema regional.

O crescimento violento das cidades, sem programa de urbanização, contribui, também, para a deterioração da saúde e a disseminação, de doenças. A cidade de Imperatriz passou, em menos de 20 anos, de uma população de 5.000 para 80.000 habitantes; bairros novos surgem de um ano para outro pela aglomeração de famílias de baixíssima renda, sujeitas à subnutrição e expostas a todo tipo de doenças, principalmente malária, tuberculose pulmonar e lepra. O mesmo fenômeno de expansão urbana acelerado se deu em Araguaína e Gurupi. Todas essas cidades oferecem o espetáculo de uma população suburbana que sofre todos os impactos da miséria: subemprego ou desemprego, renda ínfima e as suas conseqüências; casas miseráveis, subnutrição e saúde precária.

2. CONDIÇÕES SANITÁRIAS E CLASSES SOCIAIS

Nos subúrbios das cidades em crescimento desordenado, nas roças dos “centros” ou nos barracões das fazendas, é sobre a “classe popular” que se concentram os custos da fase pioneira da ocupação e da colonização.

Esses custos podem ser visualizados, de maneira bastante concreta e sugestiva, a partir dos históricos familiares, dos quais extraímos apenas alguns dados, sem nunca, porém, perder de vista o contexto global de vida.

Esses históricos familiares são extraídos de 301 questionários, aplicados em seis localidades pertencentes aos Municípios de Imperatriz, Araguaína e Ceres². As famílias entrevistadas se distribuem da seguinte maneira: 163, em Nova Imperatriz e 17, na Colônia de Gurupi, (Município de Imperatriz); 35, no Bairro J.K. e 33, em Carmolândia (Município de Araguaína); 9, em Cereçu e 54, em Nova Glória (Município de Ceres). Socialmente, elas poderiam ser divididas em duas classes: uma “classe média” (que inclui 26 famílias, quase 9% do total) e uma “classe popular” (que englobaria o resto e representa a maioria da população). Na parte da amostra que agrupa elementos da classe média, encontramos, principalmente, empresários locais (donos de máquinas de arroz, serraria e olaria ou comerciantes prósperos do lugar), pecuaristas e professores. Metade deles localiza-se em Nova Imperatriz, outra metade se distribui entre as outras localidades, com exceção da Colônia de Gurupi, onde não foi encontrado componente da classe.

Entendemos a “classe média” num sentido relativo e bastante amplo. Vários de seus componentes fizeram uma promoção pessoal de operário qualificado para modesto industrial, ou de pequeno proprietário rural para comerciante. O critério de classificação que foi utilizado é a posse de um pequeno capital industrial ou financeiro, a renda e o nível de consumo.

A maioria das famílias da “classe popular” — repartidas entre muito pobres e pobres — vive: da agricultura (17 famílias de peões, 58 de posseiros e 21 de pequenos proprietários), de pequeno comércio (44 famílias), de empregos na construção civil e de diversos biscates.

O nível escolar da população, em geral, é muito baixo, como se vê pelo número dos que nem completaram o antigo primário: 83%, sendo que 67% nunca freqüentaram a escola. Na “classe popular”, 87% não completaram o primário; o índice de não-escolarização atinge 71%. Na “classe média”, 46% têm um nível pós-primário.

Com exceção de dois, os entrevistados eram migrantes, a maior parte com migrações sucessivas; 36% deles com mais de duas. A maior freqüência de migrações foi observada em Imperatriz (Nova Imperatriz e a Colônia), onde 46%

² Ver Apêndice, p. 168.

dos informantes tinham um mínimo de três migrações. A "classe média" é a mais atingida pelas migrações, metade de seus representantes tem mais de duas migrações; em Nova Imperatriz, o percentual se eleva a 64%.

O número de migrações não é por si só significativo; significativa é a trajetória migratória que comporta, particularmente para os posseiros, uma sucessão de expulsões, mudanças, deslocamentos, períodos sem trabalho, safras perdidas e reinstalações. O questionário não retrata esse contexto, uma vez que encontra o migrante já em casa e com algum trabalho. É a partir desta situação que o questionário permite examinar as condições de vida, de alimentação, de doença e de morte dos membros das famílias.

Alimentação

A nutrição, como processo de alimentação e de assimilação, é peça fundamental da saúde humana. Daí a importância de uma dieta equilibrada e completa e os estragos causados por uma dieta deficiente, comum nas famílias pobres; restringe-se apenas a uma alimentação de sobrevivência que mal se pode qualificar de dieta. O questionário oferece, aliás uma idéia muito parcial e imperfeita a respeito de alimentação. Ele se deteve no diagnóstico do consumo de alguns alimentos básicos, procurando discernir a sua variedade e a freqüência de seu uso. Porém, aspectos fundamentais foram omitidos, como, por exemplo, o número de refeições diárias e o volume de cada item alimentar usualmente consumido. Não se pesquisou, também, a dieta particular dos recém-nascidos e das crianças, em geral, nem dos doentes. Não se pode, portanto, esperar das respostas senão um panorama muito global.

Na lavoura e nos outros trabalhos do campo, a unidade produtiva familiar utiliza instrumentos rudimentares, que multiplicam o emprego de energia muscular nas tarefas da produção, como também em serviços domésticos (pilar arroz, quebrar coco, carregar água...). O mesmo se pode dizer dos empregos manuais da cidade (construção civil, lavagem de roupa, estiva). Quando se leva em consideração esses tipos de tarefas, a quota calórica do trabalhador, da mulher camponesa e das crianças, que cedo participam dos serviços, situa-se, geralmente, abaixo das normas calculadas pelas

instituições especializadas, mesmo quando não fazem intervir o déficit acumulado e os determinantes ambientais.

Daí é fácil imaginar a insuficiência quantitativa da alimentação nessa classe, principalmente em alimentos não produzidos internamente à exploração familiar, quando se relaciona renda do trabalho e preço das mercadorias. Além do aspecto quantitativo, outro chama muito a atenção: a pouca diversificação da comida. Em todas as famílias, a alimentação é na base do arroz, milho ou mandioca e seus subprodutos, sendo que o volume e a preparação variam extremamente, conforme o nível, econômico da família. Em muitos lares pobres, não há refeição para as crianças, que se alimentam ocasionalmente de um "chibé", um mingau ou uma espiga de milho.

O consumo de ovos, leite, carne, verduras e frutas é diário, em 75 a 90% das famílias da classe média; a carne, dificilmente falta. O consumo não é mais que mensal ou raro, em 47% das famílias da classe popular, para os ovos, em 53% delas, para o leite, e em 20%, para a carne, da qual não se especificou o tipo e a quantidade.

A apropriação privada generalizada das terras devolutas que se deu com a invasão da pecuária, na região de Imperatriz e Araguaína, e a especulação imobiliária, além de interditar a exploração agrícola pelos posseiros, depois da fase de implantação do capim, e diminuir a produção de subsistência, privou a população dos abundantes recursos naturais ali existentes. Anteriormente bens públicos, a madeira, o babaçu e outros frutos e sementes, a caça, eram tradicionalmente utilizados para a habitação, a alimentação e, inclusive, para farmacopéia. Parte desses recursos são destruídos, a cata do resto sendo proibida ou submetida a pagamento. A população, afastada das "terras do boi", nem pode se beneficiar de uma produção animal em crescimento, destinada principalmente à exportação para Belém, para o Centro-Sul, ou mesmo para o exterior. A relação de troca entre os produtos da pecuária e os da lavoura de subsistência é altamente desfavorável para estes: a saca de arroz se troca por dois ou três quilos de carne ou por um máximo de quinze litros de leite, tornando verdadeiramente proibitivo o consumo familiar desses bens.

O lavrador tem o recurso de manter, no seu quintal, uma criação doméstica de porcos, galinhas, patos, e de plantar

um pomar. Isso é mais difícil na cidade, tanto mais que regulamentos municipais estabelecem interdições de criar animais em áreas muito impropriamente chamadas urbanas. É bem verdade que o regime alimentar de uma população faz parte de hábitos e tradições arraigadas, que mudam lentamente, restringindo o aproveitamento pelos migrantes de oportunidades novas que se apresentam em áreas ecologicamente bem diferentes das regiões de origem, como é o caso da Amazônia e do Nordeste. A introdução de pomares com variedade de frutas e o programa de hortas domésticas, promovidos pela coordenação da Colônia Gurupi, não foram muito valorizados. As orientações dos assistentes sociais sobre dieta equilibrada, preparação e conservação de alimentos não tiveram maior repercussão. As mudanças de hábitos, pelo contrário, são mais facilmente provocadas pelos estímulos e pelas promoções do mercado, do qual o colono participa apenas marginalmente e que o incita mais para absorver a produção da indústria farmacêutica do que para abastecer-se de produtos alimentícios.

Em suma, a alimentação proporcionada pela lavoura de subsistência ou possibilitada pela renda da população pobre é de escasso valor nutritivo. Ela é constituída, mormente, de produtos ricos em carboidratos e muito pobres em proteínas, necessárias para a constituição e renovação dos tecidos e a defesa orgânica contra infecções. Ainda mais, ela é deficiente em vitaminas, provocando distúrbios do metabolismo.

Nelson Chaves³, entre outros, tem analisado as consequências da desnutrição, em particular a desnutrição infantil, normalmente maior entre as famílias numerosas e de renda baixa. Um regime alimentar carente dos elementos mais necessários, especialmente protéicos, cria na criança um estado de saúde deficiente, acompanhado de retardamento físico, e não raro mental; provoca manifestações clínicas graves, avitaminoses A, anemias, bócio endêmico. Tanto mais que as mulheres enfrentam gestações repetidas e amamentam recém-nascidos, sem receber suplementação alimentar e, muitas vezes, já afetadas por desnutrição e doenças (tuberculose, malária).

³ CHAVES, Nelson. **Sistema Nervoso, Nutrição e Educação**, São Paulo, Pioneira, 1975.

Reprodução biológica

As famílias encontradas durante a Pesquisa distribuem-se, segundo uma escala de numerosas a muito numerosas. Os migrantes da Belém-Brasília não diferem nisto do resto da população rural brasileira. Embora de tamanho não definitivamente constituído (foram registrados 77 nascimentos, no ano anterior à pesquisa), as 301 famílias consideradas aqui somavam um total de 1.465 filhos.

Impressionam as condições em que se processam a gravidez, o parto, o desenvolvimento da criança, durante os primeiros anos de vida. Subnutridas e em condições de saúde precárias, as mulheres têm, muitas vezes, gravidez acidentada e sem o mínimo controle que possa prevenir complicações do parto. Embora, não se tenha perguntado formalmente a esse respeito, sabe-se que é freqüente a gravidez não chegar ao termo, às vezes, por medidas abortivas, porém, mais freqüentemente, de maneira acidental. O questionário, que não tencionava destacar os problemas de saúde, se deteve em alguns indicadores mais acessíveis, obviamente incompletos e insuficientes. Por exemplo, considerou-se principalmente os filhos nascidos vivos, e, apenas no caso do último filho, calculou-se a freqüência de natimortos, que se elevou a 5%. Bem mais nitidamente do que no aspecto de moradia, acentua-se a diferença de classe nos cuidados e nas precauções que envolvem a gravidez, o parto e os primeiros meses da criança. As famílias melhor aquinhoadas, nessas circunstâncias, multiplicam atenções e diligências que, normalmente, implicam em maior disponibilidade de tempo e em maiores despesas. Na vida dos pobres da região, não há margem para tratos ou gastos suplementares. Eles vivem o tempo todo no limite de seus recursos.

A maior proporção de partos (82%) se dá em casa, mesmo em Imperatriz (83%) e Nova Glória (79%), cuja sede de município dispõe de um serviço bastante desenvolvido de hospitais e maternidades. O percentual é sensivelmente menor na Colônia de Gurupi do que em Nova Imperatriz. Nota-se, nesse particular, a ênfase dada, no atendimento social da colônia, aos aspectos familiares (natalidade, gravidez, parto, imunização de crianças). O posto de saúde, que tem salas de internamento, oferece assistência pré-na-

tal e atendimento no parto. Esse continua, freqüentemente, sendo realizado em casa; a preferência é pelos serviços das parteiras particulares que cobram menor preço. Apesar de uma orientação para controle da natalidade (e a Colônia foi acusada, há alguns anos atrás, de práticas anticoncepcionais), o tamanho da família não difere, em relação às de outras localidades (5 filhos). As ocorrências de mortes no parto ou na primeira infância, porém, são menores.

Embora mais comum na classe popular (85%) do que na classe média (50%), o parto feito em casa não deve ser considerado nem como dado negativo nem, sobretudo, como problema mais relevante. O parto é somente uma etapa, um ponto num processo demorado que, desde a concepção, marca o desenvolvimento físico e mental da criança. A alimentação da mãe e da criança e as condições de higiene do ambiente (casa, rua, bairro) são elementos mais permanentemente deficientes que afetam a vida familiar e cuja precariedade aumenta, com a passagem do sítio rural aos subúrbios urbanos. Essa situação não autoriza otimismo para a saúde da população. Como mostra a Tabela 2, um quarto dos filhos nascidos vivos já tinha falecido, nas famílias de Nova Imperatriz, e há de pensar que, normalmente, haverá outras mortes entre as crianças, principalmente as mais novas; para o conjunto da amostra, o percentual atinge 22%. Na classe média, porém, esse percentual não passa de 7,3%.

A Tabela 3, relativa à condição de nascimento do último filho da família, permite algumas observações. Primeiro, não houve caso de natimorto, na ocasião dos 15 partos realizados em clínica particular, 8 deles por conta das mulheres da classe média. Segundo, a proporção de natimortos é maior nos partos feitos em hospital público do que nos partos feitos em casa; embora seja maior neste caso do que nos partos em maternidade, em geral (incluindo hospitais e clínicas). Terceiro, a freqüência relativa de partos eutócicos é bem mais elevada em casa. A primeira constatação sugere uma relação entre parto sucedido e nível econômico da família, já que as clínicas particulares costumam ser freqüentadas por pessoas de recursos. As duas outras sugerem, também, que o hospital público é procurado, quando se apresentam complicações; mas, nestes casos, o êxito é incomparavelmente maior nos hospitais (8 crianças vivas por 2 natimortos, contra 6 vivas por 10 natimortas, no parto distócico, em casa).

TABELA 2
FILHOS NASCIDOS VIVOS
SEGUNDO SEJAM FALECIDOS OU AINDA VIVOS
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES — 1975

LOCALIDADE	FAMILIAS	FILHOS NASCIDOS VIVOS	FILHOS FALECIDOS										FILHOS VIVOS	
			TOTAL		COM MENOS DE 1 ANO		ENTRE 1 E 5 ANOS		COM 5 ANOS E MAIS		N.º	%	N.º	%
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%				
Nova Imperatriz	163	784	195	24,88	94	11,99	101	12,89	—	0,00	589	75,12		
Colônia de Gurupi	17	86	6	6,98	3	3,49	2	2,32	1	1,17	80	93,02		
Carmolândia	33	164	35	21,35	25	15,25	4	2,44	6	3,66	129	78,65		
Bairro J.K.	25	136	24	17,65	19	13,97	4	2,94	1	0,74	112	82,35		
Cereação	9	49	15	30,62	0	0	0	0	15	30,62	34	69,38		
Nova Glória	54	246	52	21,14	24	9,76	9	3,66	19	7,72	194	78,68		
TOTAL	301	1.465	327	22,32	165	11,26	120	8,19	42	2,87	1.138	77,68		

FONTE.: NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

TABELA 3

CONDIÇÃO DE NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO
DA FAMÍLIA
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES — 1975

TIPO E CONDIÇÕES DE PARTO	NOVA IMPERATRIZ		COLÔNIA DE GURUPI		CARMO-LÂNDIA		BAIRRO J. K.		CEREAÇU		NOVA GLÓRIA		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
TOTAL	123	100	14	100	28	100	24	100	8	100	40	100	246	100
EM CASA	102	83,0	10	71,4	26	93	20	83,4	5	62,5	39	79,6	202	82,2
Parto Eutócico	91		10		26		20		5		34		186	
Parto Distócico	11		—		—		—		—		5		16	
Natimorto	5		—		—		—		—		5		10	
Vivo	6		—		—		—		—		—		6	
EM HOSPITAL PÚBLICO	15	12,2	4	28,6	1	3,5	2	8,3	1	12,5	6	12,3	29	11,8
Parto Eutócico	11		3		—		—		1		4		19	
Parto Distócico	4		1		1		2		—		2		1	
Natimorto	—		—		—		1		—		1		2	
Vivo	4		1		1		1		—		1		8	
EM CLÍNICA PARTICULAR	6	4,8	—	—	1	3,5	2	8,3	2	25,0	4	8,1	15	6,0
Parto Eutócico e Distócico	6		—		1		2		2		4		15	
Natimorto	—		—		—		—		—		—		—	

FONTE: NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

Aliás, a natimortalidade é pouco relevante em comparação com a mortalidade infantil. É bem verdade que certo número de óbitos são registrados, nos primeiros dias de vida, e se relacionam com as circunstâncias do parto, feito sob controle de parteiras leigas, principalmente com a falta de preocupações de higiene e de esterilização das ferramentas. Pergunta-se a esse respeito: dada a dispersão da população e as distâncias entre a residência e as cidades, não seria mais eficiente e mais compensador treinar sistematicamente as parteiras práticas ou curiosas, atuantes em toda parte, em vez de investir em maternidades muito custosas, que funcionam, muitas vezes, sem melhores garantias?

O levantamento confirma o dado conhecido de que o maior número de óbitos se dá no primeiro ano de vida. Os 246 "últimos partos" documentados deram 12 natimortos (4,9%); porém, de um total de 1.465 nascidos vivos, nas 301 famílias, tinham falecido 327... (22%), sendo mais da metade (165) no primeiro ano, e mais de um terço entre 1 e 5 anos. Entre o mês de julho de 1974 e o mesmo mês de 1975, nasceram 77 crianças, nas famílias entrevistadas e, neste período, faleceram 20, sendo 18 com menos de 1 ano: a relação entre óbitos de menores de 1 ano e nascimentos alcançou, portanto, o nível muito elevado de 1 para 4 (Tabela 4).

TABELA 4
NASCIMENTO E ÓBITOS DE FILHOS NASCIDOS VIVOS
JULHO, 1974 — JULHO, 1975
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES

Localidade	Famílias	Nascimentos	Óbitos de Menores de 1 ano	Relação Óbitos/Nascimentos
Nova Imperatriz	163	58	15	1/4
Colônia de Gurupi	17	8	0	—
Carmolândia	33	4	2	1/2
Bairro J.K.	25	5	0	—
Cercaçu	9	0	0	—
Nova Glória	54	2	1	1/2
T O T A L	301	77	18	1/4,4.

FONTE: NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília", Trabalho de Campo, 1975.

Mais uma vez, se destaca a situação típica de Nova Imperatriz, onde a relação mortalidade infantil/nascimentos alcançou $1/4$. Carmolândia apresenta, igualmente, relação elevada ($1/2$). Volta a ter destaque, em contraste, a situação da Colônia de Gurupi, que demonstra, no histórico familiar, um percentual de óbitos particularmente baixo: 6 crianças entre 86 (ou seja, menos de 7%) e nenhuma entre os 8 nascimentos do último ano (para 17 famílias).

Cabe relacionar a mortalidade infantil com a imunização das crianças por meio de vacina. A Tabela 5 sintetiza as informações das famílias que contam com filhos menores de 5 anos, num total de 19 crianças. A importância da vacinação, como também as suas limitações, originam-se nas características específicas do meio, onde a insalubridade do ambiente — que multiplica os focos de infecção e estimula o contágio — se une à debilidade quase congênita dos habitantes que se encontram, assim, ao mesmo tempo, mais ameaçados e menos protegidos. A vacina, é certo, não cria saúde, mas, pelo menos, cria resistência, compensando parcialmente a fraca capacidade natural de defesa do organismo. O sucesso da campanha de imunização contra meningite (62% de imunizações) demonstra a potencialidade de um trabalho sistemático e decidido de prevenção médica; confirma, também, que tal esforço, geralmente, é consentido quando se trata de epidemias suscetíveis de atingir as classes altas ou médias da sociedade. Fora da vacina contra meningite, muito baixo é o índice de imunização, mesmo para doenças freqüentes entre as crianças, como sarampo e coqueluche, ou tão perigosas, como tétano; praticamente a aplicação desse tipo de vacina se restringiu a Nova Imperatriz e a Carmolândia. A extinção da Campanha Nacional de Eradicação da Varíola se reflete no baixo índice de imunização contra essa doença, cujo risco continua, segundo o próprio, Ministério da Saúde. Entre os 14 casos de aplicação de “todas” as vacinas, constam 7 famílias da classe média.

Moradia

O panorama geral da habitação, nas localidades estudadas, é bastante uniforme, excetuando Cereçu e Nova Glória. A maior parte das casas populares são de sapapó ou taipa — às vezes, de palha —, cobertas de folhas de babaçu — em alguns casos, de telhas — e com chão de terra batida.

TABELA 5

IMUNIZAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES — 1975

LOCALIDADE	CRIANÇAS	CRIANÇAS POR TIPO DE IMUNIZAÇÃO													
		NENHUMA		COQUELUC./ DIFT./TÉT.		VARIOLA		PARALISIA		SARAMPO		MENINGITE		TODAS	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nova Imperatriz	122	14	11,4	19	15,5	5	4,0	3	2,4	22	18,0	77	63,1	9	7,3
Colônia de Gurupi	22	2	9,1	2	9,1	3	13,6	0	—	1	4,5	15	68,2	0	—
Carmolândia	26	2	7,7	8	30,8	0	—	1	3,8	2	7,7	14	53,8	0	—
Bairro J.K.	6	1	16,6	0	—	0	—	0	—	0	—	5	83,3	0	—
Cereçu	7	1	14,2	0	—	0	—	0	—	0	—	2	28,5	4	57,1
Nova Glória	8	1	12,5	0	—	0	—	0	—	0	—	6	75,0	1	12,5
T O T A L	191	21	16,2	29	15,2	8	4,2	4	2,01	25	13,0	119	62,3	14	7,3

FONTE: NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

Nas cidades, elas são comumente improvisadas pelos novos moradores que chegam em busca de terra e de emprego. Embora as famílias tenham em média 5 filhos e, geralmente, também abriguem parentes e amigos, as casas são pequenas, de poucos cômodos. Muitas delas têm uma divisão interna feita de palha de babaçu. É comum o fogo ser feito no chão entre pedras ou num fogareiro; algumas famílias possuem fogão a gás. Os utensílios para a cozinha são raros e rudimentares; uma ou duas panelas de barro, alguns vasilhames e potes de barro para guardar a água. O mobiliário consiste em alguns bancos rústicos, raras cadeiras, uma estante de madeira, nem sempre uma mesa. É difícil encontrar cama; as redes são amarradas junto às paredes, durante o dia. As reservas de mantimentos se limitam ao arroz, armazenado num paiol de palha, dentro da própria casa, para o consumo do ano.

As condições de precariedade das moradias são confirmadas pela configuração dos indicadores relativos ao seu equipamento e às suas instalações.

A Tabela 6 ilustra a distribuição das casas por tipo de material de construção. 30% delas são de alvenaria e se encontram, principalmente: na parte do bairro de Nova Imperatriz mais próxima ao centro da cidade, em Cereçu e em Nova Glória; elas correspondem a uma faixa de população mais favorecida, incluindo uma parcela da classe popular. 65% são constituídas, principalmente, por casas de taipa (47%) ou de adobe (13%) e também de palha (5%). São casas tipicamente populares, menos duráveis, menos protegidas contra insetos, roedores, etc. As casas de madeira não passam de 5% do total, em parte, porque esse recurso é muito pouco usado no Nordeste, de onde vem boa parte dos migrantes, em parte, porque esse material já se vende caro, mesmo em áreas de desmatamento; e é, inclusive, usado pela classe média.

A modalidade de piso acompanha o tipo de estruturas; as casas de taipa têm, normalmente, chão de terra batida (46% do total); um número importante de casas (39%) tem piso de cimento. Todas as moradias da classe média têm piso de cerâmica, de taco ou de cimento, tornando mais higiênica e bem mais fácil a limpeza e conservação. A cobertura mais comum é de telha (72%) ou brasilit (3%), cujo uso é generalizado em Cereçu e Nova Glória e em toda a

TABELA 6

QUALIDADE DE MORADIAS
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES — 1975

TIPO DE CASA	NOVA IMPERATRIZ		COLÔNIA DE GURUPI		CARMO-LÂNDIA		BAIRRO J. K.		CEREÇAÇU		NOVA GLÓRIA		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
ESTRUTURA														
Alvenaria	54	34	2	12	4	12	6	24	3	33	22	41	91	30
Adobe	2	1	—	—	2	6	1	4	6	67	28	52	39	13
Madeira	5	3	—	—	5	15	5	20	—	—	—	—	15	5
Palha	5	3	—	—	7	22	3	12	—	—	—	—	15	5
Taipa	96	59	15	88	15	45	10	40	—	—	4	7	140	47
TOTAL	162	100	17	100	33	100	25	100	9	100	54	100	300	100
PISO														
Cerâmica	13	8	—	—	1	3	—	—	—	—	2	4	16	5
Cimento	64	40	3	18	5	16	8	32	5	56	31	57	116	39
Taco	3	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1
Reajuntado	14	8	—	—	2	6	2	8	1	11	8	15	27	9
Terra Batida	68	42	14	82	25	75	15	60	2	22	13	24	137	46
Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—	1	11	—	—	1	—
TOTAL	162	100	17	100	33	100	25	100	9	100	54	100	300	100
COBERTURA														
Telha	121	75	7	41	12	36	14	56	9	100	54	100	217	72
Brasilit	7	4	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	8	3
Palha	30	19	1	6	20	61	11	44	—	—	—	—	62	21
Cavaco	4	2	9	53	—	—	—	—	—	—	—	—	13	4
TOTAL	162	100	17	100	33	100	25	100	9	100	54	100	300	100

FONTE: NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

classe média; é bastante acessível e o preço a mantém concorrencial em relação à telha; na Colônia de Açailândia, predomina o cavaco.

Como o consumo da água dita potável é um dos condicionantes básicos da saúde, e a água poluída é um dos veículos mais comuns da infecção, é fundamental considerar a procedência da água da casa, principalmente para as crianças que ali vivem.

A Tabela 7 mostra a predominância do poços como fonte mais comum de abastecimento de água para todo tipo de uso, alimentar ou de limpeza; 44% das informações se referem a poços sem proteção e 34% a poços com proteção; 5%, que são mormente colonos do Gurupi, abastecem-se no córrego ou na fonte. Interessante é notar, neste último caso, que a Colônia dispunha de equipamento móvel para perfuração de poço; ele foi usado apenas duas vezes, ficando, fora dessas tentativas, totalmente ocioso na garagem.

TABELA 7
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
AMOSTRA DE 6 LOCALIDADES 1975

Tipo de Abastecimento	Nova Imperatriz	Colônia de Gurupi	Carmo-lândia	Beliro J.K.	Cereazu	Nova Glória	Total
R. Pública	41	1	—	—	1	—	43
Pç. Artesiano	—	—	—	—	—	—	—
Pç. c/Proteção	23	2	13	11	7	40	96
Pç. s/Proteção	81	2	19	8	1	14	125
Córrego	—	11	—	5	—	—	16

FONTE: NAEA. Pesquisa "Belém-Brasília", Trabalho de Campo, 1975.

Além de não serem, em muitos casos, munidos de proteção, os poços estão mal situados, próximos a lugares de dejeção e detrito. Mesmo nos povoados de Cereazu e de Nova Glória, nem as casas de alvenaria dispunham de distribuição de água (com uma exceção).

O índice de ligação à rede pública é significativo apenas em Nova Imperatriz; refere-se globalmente à classe média (11 casos) e à categoria dos comerciantes, que incluem seu uso na atividade comercial. A taxa cobrada pela Prefeitura

torna proibitivo o uso da água encanada pelas classes populares. O argumento utilizado para justificar a taxa é que a Prefeitura quer fugir do paternalismo (para os pobres!).

O uso do filtro não está ainda muito generalizado, a não ser em Nova Glória e em toda a classe média, sendo verificado somente em 57% dos casos, no conjunto da amostra. Chama atenção o fato de o filtro ser usado somente em duas famílias da Colônia de Gurupi, enquanto a população se abastece principalmente no córrego e, apesar de ela ser assistida, na própria colônia, por uma enfermeira e ter sido orientada, no passado, por assistentes sociais.

Mais de 30% das casas não possuem privada e os moradores utilizam, geralmente, nesses casos, o meio ambiente; esse percentual é mais elevado em Carmolândia e na Colônia, onde atinge 63% e 58%, respectivamente. No bairro J.K., Cereçu e Nova Glória predomina a privada com fossa rudimentar. Somente metade das habitações da classe média dispõe de instalações sanitárias modernas.

Doenças

A presença da doença, num quadro fisiológico tão precário, não há de provocar admiração; ela é simples decorrência.

O questionário incluía algumas perguntas sobre as doenças verificadas em casa, nos últimos cinco anos, mas, de um certo modo, essas perguntas carecem de sentido. A realidade é que a população pobre da área vive enfraquecida, na sua maior parte em estado doentio crônico resultante da desnutrição; as crianças têm um desenvolvimento físico muito inferior ao das crianças de meios bem abastecidos. Não cabia, aliás, perguntar sobre algumas doenças, ainda que os médicos locais as considerem das mais difundidas; principalmente a tuberculose pulmonar, muito freqüente, e a lepra, que são doenças da pobreza, ou a leishmaniose e a sífilis. Outras doenças são tão comuns que não estão identificadas, como a verminose, ou passam despercebidas, como a ameba. O estado dental da população é dos mais precários, como se pode observar pela alta ocorrência de indivíduos desdentados; cáries e outros problemas são solucionados radicalmente, no extremo da dor. Não cabia também informações sobre malformações físicas, deficiências mentais, cretinismo.

Entre as doenças registradas no questionário destacam-se a malária (63 ocorrências entre adultos e 35 crianças, mas somente 3 casos, na classe média) e o reumatismo (18 casos de adultos); são duas doenças que se pegam facilmente na roça e são muito temidas pelos lavradores que, muitas vezes, são levados por causa delas e do desgaste geral a desistir da agricultura e procurar outro emprego.

O sarampo, a coqueluche e as gripes são as doenças mais registradas entre crianças. Elas se verificam em todas as classes sociais, porém, conforme o comentário de Nelson Chaves⁴, são doenças comuns nos primeiros anos de vida e revelam coeficientes elevados de mortalidade entre desnutridos, enquanto são insignificantes para as populações melhor nutridas.

As lacunas encontradas no questionário e ligadas ao próprio levantamento podem ser parcialmente compensadas por outras fontes, como relatórios de serviços sanitários. Utilizaremos dados relativos ao Ambulatório da Colônia de Gurupi e à Unidade Mista de Porto Nacional.

O relatório de 1974 da Colônia distingue os atendimentos de famílias de colonos e de não-colonos. As maiores ocorrências de doença foram de verminose (75 da colônia e 386 de fora) e de malária (que atingiu freqüência alta: 19 e 292, respectivamente); verificam-se casos de asma (3 e 18), de desintéria (14 e 121), de bronquite (4 e 68). Esses são alguns dados de um modesto ambulatório, montado para atender 50 famílias de colonos; representam, portanto, uma amostra muito reduzida da realidade.

O estudo sobre a Unidade Mista de Porto Nacional⁵ diz respeito ao ano de 1971. Foram internadas 453 crianças menores de cinco anos, incluindo 86 casos de desnutrição; foram registrados, entre eles, 60 óbitos (13%), sendo a malária causa de 8, a desnutrição causa principal de 14 e causa associada de oito. Esses dados relembram a afirmação de Nelson Chaves⁶: "São... evidentes as relações entre parasitose intestinal e desnutrição e bem conhecidas as ane-

⁴ Op. cit., p. 75.

⁵ AZEVEDO, Antônio C. et alii. Saúde Pública do Estado de Goiás com Ênfase na Unidade Mista de Porto Nacional. In: Revista de Patologia Tropical (2), jan./mar., 1973.

⁶ Op. cit., p. 75.

mias causadas pelas deficiências nutricionais". Nessa mesma Unidade Mista, foram notificados, no ano, de 1971, 646 casos de malária, 65 de tuberculose (56 pulmonar), 24 de lepra, 14 de leishmaniose e 12 de doença de Chagas, além de 9 casos de tétano e 4 de poliomielite; um leque típico de doenças da classe pobre da região.

A respeito da verminose, o artigo afirma: "em quatro inquéritos realizados na zona rural de Porto Nacional, a percentagem de infestação nunca foi inferior a 90%".

3. INFRA - ESTRUTURA SANITÁRIA : INVESTIMENTOS PRIVADOS VERSUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Os dados examinados até agora respeitam somente a 6 localidades, situadas em centros importantes ou à proximidade deles. Para melhor entendê-los e ter uma idéia do que podem ser as condições de saúde da região, como um todo, convém descobrir a precariedade da infra-estrutura sanitária.

Numa região tão vasta como a zona de influência da rodovia Belém-Brasília, tão pobre em infra-estrutura de todo tipo e em recursos humanos um pouco especializados, a população não poderia ser atendida e atendida médica e sanitariamente, senão através de uma ação planejada e de um vasto programa de Previdência Social, já que o poder aquisitivo da população não lhe permite acesso aos serviços comercializados.

Um dos requisitos de tal planejamento seria garantir uma eficiente distribuição espacial e social dos serviços e do pessoal: hospitais e maternidades, postos de saúde, serviços de detecção e de prevenção, atendimento por enfermeiros e parteiras, farmácias. É claro que não se trata apenas da implantação de uma infra-estrutura física e da multiplicação de postos, como também, e principalmente, do seu uso adequado e de sua acessibilidade física e sobretudo econômica. Deste ponto de vista, são insuficientes e pouco reveladores certos indicadores usados nos anuários oficiais ou em diagnósticos sócio-econômicos, como a relação população/número de hospitais e postos de saúde, ou população/número de leitos hospitalares; deveriam ser completados, pelo menos com a relação área/número de hospitais ou leitos. Nesses indicadores, ficam implícitos ou pressupostos o fun-

cionamento normal e o bom uso dessa infra-estrutura; o que não é automaticamente garantido, sobretudo, tratando-se de uma região subdesenvolvida. Não raro, pois, encontram-se postos de saúde construídos com recursos do Fundo de Participação dos Municípios, simplesmente para fins de prestígio local e como forma de propaganda eleitoral, mas que funcionam apenas ocasionalmente.

Pode-se observar que a distribuição dos estabelecimentos particulares depende de interesses econômicos dos que prestam serviços e não das necessidades da população; a distribuição; dos serviços públicos, às vezes, obedece a critérios de política local. Em ambos os casos, o atendimento sanitário vira, predominantemente, um negócio econômico ou politicamente rendoso, em função do qual é determinada sua localização. Assim se explica que as implantações acompanham mais o afluxo do dinheiro que o crescimento de uma população e suas carências.

O pequeno núcleo de Arapoema, em Goiás, por exemplo, contava, em 1975, com um hospital particular, em função de interesses pecuaristas que ligavam o médico à região. No município de Pequizeiro, o rápido incremento populacional e o movimento econômico, registrados nos últimos anos pelo povoado de Colméia, atraíram para o lugar dois hospitais concorrentes. Não há, aliás, razão por que a medicina privada se comporte segundo regras econômicas diferentes das que regem as outras atividades dentro do mesmo sistema de competição.

Em outros casos, a criação de um centro médico como sua importância dependem da iniciativa não integrada de instituições religiosas, em função de sua clientela profissional ou simplesmente de recursos disponíveis. É o caso da Missão Menonita, em Araguacema (Goiás), da Igreja Católica, em Montes Altos (Maranhão), e da Confederação Evangélica do Brasil, na Colônia de Gurupi (Imperatriz).

A distribuição espacial irregular e pouco sistemática dos serviços é um fenômeno reflexo da superconcentração e até de uma certa pletora de serviços, nas cidades maiores. Nesses casos, à má distribuição geográfica acrescenta-se uma concentração social do atendimento sanitário.

A multiplicação de clínicas é paralela, nesses centros, ao desenvolvimento de uma classe média de funcionários pú-

blicos, bancários, comerciantes e profissionais liberais em geral, que constituem um mercado consumidor interessante. Essa clientela permite ao serviço funcionar em regime particular, com base nos padrões de honorários vigentes na capital, paralelamente ao atendimento dos contribuintes do INPS ou do FUNRURAL, segundo a tabela própria desses organismos. A grande massa da população, entretanto, não se enquadra nem na primeira nem na segunda categoria, por não dispor de renda suficiente, por um lado, e por não participar, por outro lado, do mercado formal de mão-de-obra, parcialmente abrangido pela Previdência Social.

O atendimento de uma classe relativamente abastecida favorece a diversificação da medicina e a criação de clínicas especializadas, como, em Imperatriz, a Clínica de Olhos, a Clínica de Senhoras, a Clínica das Doenças Nervosas e a Clínica dos Acidentados. Essa diversificação amplia consideravelmente o mercado de trabalho para a classe médica, nos maiores centros, contrariando uma melhor distribuição espacial e favorecendo uma elitização dos serviços. Generaliza-se, dessa maneira, um atendimento intensivamente “qualificado” que contrasta com o vulgarismo das afecções; as clínicas desproporcionalmente capitalizadas superam em número os simples postos de saúde; o corpo de médicos é pletórico, em comparação com a categoria de enfermeiros e de parteiras formados ou simplesmente treinados e dos auxiliares de enfermagem. A título ilustrativo, na Microrregião de Imperatriz, registramos 8 hospitais e 3 clínicas (8 desse total somente na cidade de Imperatriz) e 49 médicos (sendo 47 em Imperatriz), mas apenas 7 postos de saúde e 18 enfermeiros. O atendimento dentário, em contrapartida, é menos especializado; calculava-se 9 dentistas e 21 práticos dentários. O serviço que realmente não falta e está espacialmente bem distribuído é o farmacêutico; na Microrregião havia 91 farmácias (77, nos dois municípios centrais — Imperatriz e João Lisboa — e 14, distribuídas entre os 3 mais distantes). Monta-se farmácia como qualquer outra casa de comércio. O dono ou gerente raramente é formado; às vezes, ele é um prático com longa experiência; muitas vezes, um simples comerciante. Em todo caso, ele consulta, receita e vende remédios.

A própria configuração desse conjunto, onde recursos (humanos e técnicos) especializados e custosos predomi-

nam sobre os mais simples e mais econômicos, confirma sua estruturação a serviço de uma classe de renda média e alta. O direito ao atendimento gratuito para os beneficiários do INPS e FUNRURAL se exerce em dependência das distâncias e dos meios de transportes, com seus custos, que limitam extremamente sua efetivação; mas a maior restrição, ainda, consiste nos preços dos medicamentos.

A extrema carência da infra-estrutura sanitária de que falamos é evidenciada pelos resultados de um levantamento, realizado em 1975. No Extremo Norte de Goiás, foram pesquisados 9 municípios, com uma extensão territorial de 25.684 km²; esses municípios compreendiam, em 1970, uma população de 125.460 habitantes, em franco crescimento. Incluindo a cidade de Araguaína, o centro melhor equipado de todo o Norte, eles comportavam 10 hospitais (9 particulares e 1 público), 5 postos de saúde (inclusive um em construção e um ainda não funcionando), um Pronto Socorro e um Sanatório. Contavam com 25 médicos (70% em Araguaína) e uma dezena de enfermeiros. Todos os municípios, entretanto, possuíam farmácias.

A Microrregião do Baixo Araguaia Goiano, visitada no mesmo ano, apresentava condições ainda mais deficientes. Excluindo Colinas, onde não foi possível proceder ao levantamento, a Microrregião, com uma área de 25.697 km², tinha uma população muito dispersa, atingindo somente 34.105 habitantes. O equipamento se reduzia a 3 hospitais particulares, 2 postos de saúde, mas o número de farmácias se elevava a 15. Registrou-se 3 médicos residentes e 4 enfermeiras.

As informações diretas, recolhidas durante o trabalho de campo, podem ser utilmente completadas por dados menos recentes, extraídos do relatório já citado. A Unidade Mista de Porto Nacional se constituiu numa experiência muito interessante de atuação e de adaptação às condições específicas de uma região subdesenvolvida. Criada em 1967, ela atendia, até 1971, uma área que, além da Microrregião do Médio Tocantins Araguaia (quase 100.000 km²), atingia parte de duas outras Microrregiões vizinhas. Em 1971, o índice de consultas médicas por hora chegou a 9 pessoas. A despeito da expectativa, a criação de uma mesma unidade em Miracema do Norte, no mesmo ano, não diminuiu o número de

internamentos, que continuaram atingindo os mais altos índices. Segundo o relatório, "o funcionamento do hospital a esse nível de sobrecarga traz uma condição de contínua tensão sobre o pessoal e certa insatisfação por parte dos doentes que se projeta principalmente sobre os serviços de enfermagem"⁷.

Em 1972, o quadro técnico da Unidade incluía 4 médicos, 3 enfermeiros e 11 auxiliares de enfermagem. Um dos grandes problemas apontados era a dificuldade de encontrar funcionários, principalmente técnicos de nível médio. Essa dificuldade somente foi superada com a criação da Escola Experimental de Auxiliares de Enfermagem. Um dos pontos fracos mencionados reside no baixo número de atendimento pelos enfermeiros, devido à escassez desses profissionais. Em contrapartida, o atendimento a parturientes foi muito facilitado, graças ao desempenho de um grupo de 13 parteiras curiosas orientadas e com experiência de 10 anos, na época. O relatório conclui, lamentando que, apesar de sua filosofia de serviço que objetiva um sistema integral de prevenção e de cura, a Unidade não teve condições de passar de um atendimento meramente curativo, na área rural que, só no município, representava 71% da população.

Uma política de saúde não pode, com efeito, se restringir à ação curativa das doenças; ela implica numa ação preventiva e no desenvolvimento de uma infra-estrutura sanitária básica que proporcione condições favoráveis. O progresso da rede de atendimento curativo não consegue acompanhar o aumento e a proliferação das doenças; os próprios programas de detecção e prevenção, apesar do desempenho de alguns serviços públicos, entram em contradição com o crescimento dos fatores de deterioração da saúde.

São grandes o contraste e a defasagem entre a ampliação da rede hospitalar e a implantação, extremamente lenta, de um programa de urbanização nos maiores centros: distribuição de água, rede de esgotos, serviços de limpeza pública, sem falar nos conjuntos residenciais populares. Enquanto surgem bairros pobres superpovoados, propícios à disseminação da doença, os poucos recursos financeiros disponíveis nos cofres municipais e os subsídios dos organis-

⁷ AZEVEDO, Antônio C. Op. cit., p. 26.

mos de desenvolvimento são, às vezes, muito mal orientados. Municípios carentes de distribuição generalizada de água ou de um bom serviço de limpeza, como Imperatriz, pleiteiam a instalação da televisão; organismos nacionais e internacionais financiam ali hotel de luxo, com ar refrigerado e piscina, enquanto repartições oficiais constroem edifícios que afrontam a miséria da cidade.

Na implantação de uma infra-estrutura a nível municipal, é dada prioridade à energia elétrica, fator realmente indispensável ao progresso econômico e fundamental para atrair atividades de tipo empresarial. Uma rede de distribuição elétrica existe atualmente em quase todas as sedes de municípios, mesmo nas menores, embora as ligações se limitem geralmente aos bairros da classe média ou às instalações industriais e às casas comerciais. Quanto ao saneamento básico, existe apenas nos centros maiores, tais como: Imperatriz, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Ceres. Mesmo aí, ele é muito deficiente e não acompanha o crescimento dos núcleos, circunscrevendo-se à parte central da cidade. A distribuição de água, por exemplo, é ainda pouco difundida; populações, como a de Ceres, continuam abastecendo-se, principalmente, a partir de poços. Em Imperatriz, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, os subúrbios não estão abastecidos. Existem casos extremos, particularmente graves, como o dos povoados Trecho Seco e Barreiros, ao norte de Imperatriz: ali não existe nem córrego; nem poço; as tentativas de perfuração de poço artesiano, feitas pelo Serviço Especial de Saúde Pública — SESP —, têm sido frustradas e foram abandonadas, e o mesmo aconteceu com tentativas feitas por iniciativa da população. Em 1975, Trecho Seco possuía 652 moradias abastecidas de 4 em 4 dias por caminhões-tanques provenientes de Açailândia. As famílias pagavam sete cruzeiros por cada tambor de 20 litros e guardavam a água a descoberto nos quintais.

Esgotos pluviais existem nos centros de Ceres, Imperatriz, Gurupi e Porto Nacional. Quanto à limpeza pública, mesmo onde ela foi organizada, seus serviços são precários; acumulam-se em terrenos baldios, inclusive nos centros, montes malcheirosos de lixo. Em alguns lugares foi declarado, em entrevista, que “não existe limpeza pública, mas se paga a taxa municipal”.

A desproporção verificada entre a rápida expansão de hospitais privados com a correspondente elevação do número de médicos e a implantação, extremamente lenta, de uma infra-estrutura de saneamento básico evidencia as características empresariais e a orientação lucrativa do sistema de saúde vigente, assim como a predominância da ação curativa sobre a preventiva, na área estudada. Neste contexto, a doença acaba sendo mais valorizada do que a saúde.

No que tange à ação preventiva, convém reconhecer o papel exercido, em toda a região pesquisada, pela SUCAM — cuja atuação constitui-se em exemplo de quanto o setor público pode realizar, mesmo em contexto tão difícil como o amazônico, quando motivado e mobilizado. Criada em 1971, a SUCAM resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais — DNERU e da Campanha de Erradicação da Malária — CEM, que começou em 1962, resultado da iniciativa da Oficina Pan-Americana de Saúde — OPS, que até hoje a financia. Anteriormente a esses organismos, o controle da malária e os serviços de engenharia sanitária (instalação de sistema de abastecimento de água e de esgotos) estiveram a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública — SESP, criado em 1942, como peça fundamental do esforço da guerra, no vale do Amazonas e, posteriormente, no Vale do Rio Doce. "Nasceu o SESP num ano de conflito. Ainda em sua infância, destinava-se contribuir para a vitória final dos aliados... Em caráter de absoluta prioridade, cumpria ao SESP promover as condições de saúde e saneamento em Zonas onde a borracha e, posteriormente a mica e o quartzo, pudessem ser obtidos para o esforço de guerra"⁸. A SUCAM é a instituição mais presente em toda a região. O seu exército de funcionários mal pagos que, por sua indumentária, recorda as origens parabélicas das Campanhas contra a malária, penetra nos mais recônditos dos recantos. De jipe, de canoa, de bicicleta ou a pé, percorrem os sertões e embrenham-se nas matas, indo de casa em casa, borrifando-as e recolhendo amostras de sangue dos moradores. Em 1975, a agência de Imperatriz visitava, a cada semestre, mais de 2.000 lugares diferentes entre bairros, povoados, sítios e fa-

* ASPER, James E. Brasil. Análise da Cooperação Norte-Americana em Programas de Saúde. In : **Saúde e Nutrição**, Rio de Janeiro, Científica, 1965.

zendas disseminados na Microrregião. As agências de Tocantinópolis e de Porto Nacional controlavam, por sua vez, mais de 9.000 localidades, identificando os focos de doenças. Infelizmente, esses serviços, cuja eficiência está intimamente ligada à regularidade e à sistemática, sofrem interrupções, em virtude de cortes nos orçamentos já limitados. Segundo, o relatório já citado⁹, o investimento de recursos pela SUCAM não passava de 2% a 3% do investimento total do Estado de Goiás, nos anos de 1970-1971. Esse relatório registra os efeitos negativos da suspensão das aplicações, no norte de Goiás, por iniciativa do Ministério da Saúde, em 1971, resultando em "um grande número de casos novos de malária, particularmente casos graves (formas ictericas e comatosas)"¹⁰. No Pará, o índice de positividade, que fora de 31,5%, em 1962, descendo para 5,7%, em 1968, subiu novamente, em 1971, para 13,8%¹¹.

4. INTERESSA A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL ?

A idéia de colonização espontânea é comumente associada à imagem de movimento desordenado, anárquico, confuso, e também relacionada à espontaneidade e irracionalidade dos fluxos de migrantes. A análise do fenômeno, como é tentada na pesquisa, patenteia, entretanto, a coerência implacável que preside o desenrolar de um processo profundamente conflitivo. Enfrentam-se, na colonização, grupos diversos de interesses, basicamente: um grupo de colonos pobres, que se retira de áreas rurais em busca de um pedaço de chão para cultivar; outro, de empresários que se projeta dos grandes centros, a fim de conquistar latifúndios especulativos e mercados consumidores, favorecidos pelos incentivos governamentais e por todo um apoio institucional. À medida que o grupo empresarial sobrepuja com a força do capital a massa dos colonos, acentua-se a concentração; concentração da terra por grandes proprietários, concentração da pro-

⁹ AZEVEDO, Antônio C. Op. cit., p. 9.

¹⁰ Ibid., p. 10.

¹¹ Sobre o Saneamento da Amazônia, Manaus, 1972 (Relatórios de: Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto).

dução extrativista e pecuária, concentração do comércio. Processa-se, a ritmo crescente, a expulsão dos lavradores autônomos para fora de suas atividades; opera-se a concentração urbana dessa população expulsa do campo. Surgem, em poucos anos, cidades que atingem os trinta ou cinqüenta mil habitantes e vêm a ser reservatórios de mão-de-obra barata para a exploração cíclica dos recursos naturais, o amansamento da mata, nas fazendas, e alguns empreendimentos de infra-estrutura (minas, barragens). A tecnologia empregada limita a necessidade de mão-de-obra qualificada; a conjunção de uma migração intensa, da expulsão constante da terra e de uma elevada natalidade, garante a constante reposição de um força de trabalho sem qualificação e que se esgota prematuramente na dureza dos serviços, dispensando, por sua abundância, maiores preocupações com a sua resistência e sua saúde física e mental.

Nas cidades, a população rural passa, sem transição, da medicina e da farmacopéia populares, para a medicina e a farmácia empresariais, ligadas à indústria nacional e internacional da doença, constituindo-se em uma clientela pobre, mas em expansão. A organização empresarial da doença consegue incluir, no seu circuito de consumidores, esses excedentes, alijados do processo produtivo, conferindo-lhes uma utilidade econômica indireta.

Incapaz de incorporar ao sistema produtivo industrial a crescente força de trabalho expulsa da produção agrícola, a economia a incorpora, através da indústria da doença, ao processo de acumulação, mantendo as estruturas de apropriação e as formas de dominação. A saúde dos migrantes pobres da zona de colonização da Belém-Brasília relaciona-se, portanto, às condições estruturais historicamente determinadas. Enquanto prevalecerem os mesmos objetivos econômicos, o sistema de saúde, apesar de esforços individuais e de tentativas isoladas, não passará de um paliativo social, economicamente aproveitado pelo capital para seus objetivos de lucro.

Causa impressão alarmante, no contato com os colonos pobres da Belém-Brasília, descobrir suas precaríssimas condições de saúde, verificar de perto um estado doentio generalizado e presenciar, algumas vezes, situações desespera-

doras de crise. A história de vida do colono representa um cotidiano de convivência com a doença, uma resistência permanente contra as moléstias, sem oportunidade de recuperação do desgaste acumulado por gerações desnutridas e depauperadas.

A saúde do trabalhador rural retrocede rapidamente, no contínuo migrar de uma terra para outra, acompanhado pela diminuição progressiva ou pela perda definitiva de suas forças. O trabalhador pobre dos subúrbios da cidade, que consegue escapular do arrebatamento da migração rural, encontra-se em situação idêntica. Se recompusermos a trajetória movimentada dos colonos e as causas que originaram suas migrações, veremos que não poderia ser diferente. O posseiro rural e o posseiro urbano da Belém-Brasília têm as mesmas condições de existência, determinadas pela natureza de sua posição marginal na divisão social do trabalho, formando ambos uma classe sem participação na riqueza nacional.

O migrante que se desloca, quer de um meio rural para outro igualmente caracterizado, quer para um contexto urbano, defronta-se com situações ligadas à sua posição de classe. A maioria daqueles que se mantêm a duras penas no setor agrícola de subsistência e a maioria dos que dele saíram rumo às cidades são espoliados pela classe dos que monopolizam, junto com a terra e o capital, os canais de acesso à instrução e à saúde.

Frente às forças do mercado que regem a distribuição da terra em forma de mercadoria e que estabelecem para o produto de subsistência preços irrisórios, o trabalho agrícola é remunerado em proporção cada vez menor, em relação ao seu valor real. Sua renda monetária irregular não permite satisfazer às necessidades de alimentação, saúde, vestuário, moradia, nem recompor as energias físicas para um novo ciclo de atividades, enquanto o excedente extorquido é repartido entre uma série de intermediários (comerciantes, transportadores, donos de máquinas e proprietários de indústrias). Essa incapacidade induzida de recomposição está relacionada com a negação do trabalho manual não qualificado como fonte de valor, negação essa que passa a normalizar a condição de penúria das classes trabalhadoras rurais. Às pressões crescentes para o abandono da agricultura (redução crescente das áreas para plantar, baixo preço do pro-

duto, expulsão violenta) vêm se somar o desgaste prematuro da saúde do agricultor. O dispêndio repetido de energia, nas tarefas pesadas da roça, com reposição calórica deficiente, sem horário nem descanso, as distâncias longínquas, em condições climáticas desfavoráveis e em lugares insalubres, acabam por minar a reduzida resistência física do homem do campo.

Essas forças de expulsão empurram o agricultor para a cidade onde se reproduzem os problemas: a desapropriação do ocupante, o desemprego, a proliferação desordenada de moradias em bairros sem infra-estrutura urbana, o alto preço das mercadorias. As oportunidades de emprego se limitam quase aos setores de prestação de serviços e do comércio; os ex-agricultores engrossam as fileiras de comerciantes de taberna-penúria, de vendedores ambulantes, de serventes, de lavadeiras, de biscateiros, de motoristas. A ocupação de comerciante é a mais procurada e de mais fácil alcance. Não é que a renda importe em grande diferença com a renda irregular do agricultor que sofre a desvalorização constante no preço real do arroz, da farinha, do feijão. É que essa mesma renda se aufera com menor desgaste e é diária; a permanência na cidade, em contrapartida de seus sacrifícios, aproxima o colono, pelo menos geograficamente, da rede escolar e hospitalar urbana. Mas assim como o acesso às oportunidades de trabalho, o acesso à saúde, à educação e à moradia fica socialmente reduzido para a classe urbana pobre sob a pressão dos interesses das classes dominantes.

À medida que se generaliza o processo de ocupação da região pela pecuária, acarretando a expulsão dos lavradores autônomos, e à medida que as oportunidades de emprego urbano se limitam ao terciário, a cidade transforma-se em reservatório da força de trabalho disponível para os serviços intermitentes das fazendas. Os peões se recrutam aí entre moradores e migrantes, geralmente ex-lavradores proprietários ou posseiros e seus filhos. Nas fazendas longínquas, eles passam a viver na dependência do empreiteiro que vende para eles ou avia gêneros alimentícios, remédios, instrumentos de trabalho. Ali, as condições sanitárias de habitação e de higiene são extremamente precárias, facilitando a proliferação de doenças. Os desmatamentos expõem o peão aos acidentes de trabalho e à malária, muito difundida. A

morte é tão comum que é computada entre os custos normais do empreendimento, conforme se manifestava um empreiteiro, referindo-se aos seus peões: "Entre os 94, morreram este ano *apenas* dois".

Esse quadro-resumo das condições de existência dos colonos que povoaram a área da Belém-Brasília, levanta, portanto, a pergunta: *A quem interessa a saúde das classes trabalhadoras rurais?*

A Colônia Agrícola de Gurupi

1. A COLÔNIA ESTÁ FRACASSADA !

Tivemos, em 1975, a oportunidade de visitar, em duas ocasiões, a Colônia Agrícola de Gurupi. O contato com os colonos foi de uma extraordinária riqueza e de uma intensa qualidade humana. Encontramos homens sofridos que tinham vivido momentos de grandes esperanças, agüentando anos de trabalho tenaz e de sacrifício, para superar condições de vida miseráveis e, agora, acordavam. Não se percebia nenhuma modulação, no refrão unânime: “A Colônia está fracassada !”

Era óbvio que o fracasso apontado não se podia atribuir, como se tenta fazer em outros casos, à falta de recursos: financeiros, técnicos ou, como se diz, humanos... Nem se podia atribuir à corrupção ou à presença, no Projeto, de pessoas desligadas de seu sucesso... Ainda menos à falta de resolução, de coragem ou de inteligência de homens e mulheres, como Moacir, Plácido, Raimundo, Carmina e outros que, com seus braços, tinham transformado em lavoura, em poucos anos, setecentos hectares de mata virgem e desmatado mais de cem hectares dela. Desde o início, a realidade encontrada se colocou como um questionamento do que se costuma argumentar, para explicar o repetido “fracasso” da colonização. O estudo da Colônia tornou-se, para nós, de sumo interesse, além de algo extremamente concreto, devido à comunicação tão direta com seus membros.

Não se pretende, porém, reduzir este trabalho a um simples “estudo de caso”; o seu interesse, para nós, ultrapassa de muito a Colônia de Gurupi, a história de Manoel Eusébio, Emiliano, Nicodemus, Raimundo, Josefa e mais cinquenta de seus companheiros... Ele se estende a tantos colonos en-

contrados, na faixa da Belém-Brasília, no Alto Turi, na Transamazônica, a todos os que nunca conseguiram se fixar. O ponto de partida é a Colônia de Gurupi, que nos ofereceu um abundante material empírico para testar hipóteses, mas ela não passa de detonador de uma reflexão mais ampla sobre a colonização dirigida. Não se pretende, por isso mesmo, comprovar qualquer tese por meio deste material, nem generalizar, a partir do particular. No caso, um particular muito peculiar. O que se quer é restituir, no seu contexto global, uma experiência específica e, com base nesta operação, tecer comentários a respeito do impacto decisivo dos atores estruturais sobre qualquer "Gurupi", "Açailândia" ou outro lugar. O que, em última instância, é o eixo desta reflexão é a subordinação de toda colonização, seja ela espontânea, seja ela dirigida, à dinâmica do capitalismo: quer dizer, da acumulação e da contradição.

A base deste estudo é constituída por entrevistas, realizadas de janeiro a abril de 1975 e em outubro do mesmo ano. Durante duas visitas ao projeto, em abril e outubro, mantivemos contato com os colonos e com o administrador; consultamos o arquivo da Colônia, o que nos permitiu tomar conhecimento de projetos, planos e relatórios, desde as primeiras gestões e, assim, reconstruir a história da Colônia. De posse desses dados, foram montadas e gravadas sete entrevistas em profundidade, em forma de história oral.

Agradecemos, encarecidamente, aos colonos por sua disponibilidade em nos comunicar sua experiência e ao administrador, Sr. Roland Fritshe, que nos facilitou o livre acesso ao arquivo e nos forneceu informações complementares.

2. A COLÔNIA PROJETADA PELA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Mal aberto ao tráfego o trecho da rodovia Belém-Brasília que rasgava as matas virgens ao Norte de Imperatriz, a entidade religiosa protestante, denominada Missão Presbiteriana do Norte, projeta, para esta área, um assentamento agrícola, o "Povoamento Evangélico Gurupiense". Desde 1960, segundo os depoimentos ouvidos na Colônia, os missionários da Missão Presbiteriana (um deles era o pastor americano, re-

verendo J. Krow) andavam na região de Imperatriz, entrando em contato com lavradores ligados à sua religião¹.

A Missão Presbiteriana já tinha tentado empreendimento similar no Rio Grande do Norte (em Ipanguaçu) e no Ceará (em Choró), com resultados, porém, muito pouco animadores, atribuídos à falta de terras disponíveis, nessas regiões de grande concentração fundiária. Em 1958, a seca veio, mais uma vez, aguçar os problemas tradicionalmente enfrentados pelos pequenos lavradores do Nordeste.

Como alternativa para uma política de reforma agrária, alguns setores voltaram sua atenção para uma ação sistemática de colonização do oeste do Maranhão, ainda rico em terras devolutas.² Já se encontrava explícita, no projeto inicial, a ideologia oficial que ia sustentar os programas e projetos de colonização na Pré-Amazônia e na própria Amazônia, durante quinze anos. O projeto da missão religiosa visava contribuir para a solução dos problemas dos agricultores pobres e sem terra do Nordeste, levando-os para áreas novas e férteis da Amazônia, agora abertas, graças à construção da rodovia. A mesma ideologia, posteriormente lapidada no slogan "Terra sem homem para homens sem terra!", hoje abandonada e substituída por declarações de intenções mais conformes à realidade.³ Convém lembrar que, desde 1961, a

¹ Um deles era Estevão Celestino da Silva, que integraria, mais tarde, a Colônia, juntamente com seu filho Moacir e outras famílias aparentadas ou amigas.

² "Lorsque le President Juscelino Kubitschek annonce la création d'un plan de développement et de mise en valeur des régions souffrant de la sécheresse, il justifie la présence du Maranhão dans cet ensemble nordestin comme terre d'accueil des migrants", DROULERS, Martine. Maranhão Nordestin? Maranhão Amazonien? In: Amazonies Nouvelles. Paris, Université de Paris III Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, 1977. p. 111.

³ Segundo o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: "O objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional... a Região não tem a oferecer-lhes (aos colonos) na proporção que seria necessário, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa de colonos espontâneos empreendem a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante... À luz desse marco, parece que o objetivo da ocupação e colonização, nos termos em que fora vertido, deve ser revisto". SUDAM — II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhadamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), MINTER/SUDAM, 1975, p. 19.

SUDENE tinha seu projeto de povoamento do Maranhão, objetivando, notadamente, assentar 40.000 famílias, no alto Turiaçu, no espaço de cinco anos.⁴ Pensava-se, desta forma, desviar as tensões sociais que se afirmavam, cada vez mais, no Nordeste.

Vale ainda recordar a evolução de perspectivas, na esfera das Igrejas Cristãs, seja no Brasil e em outros países da América Latina, seja nos países da Europa e da América do Norte, principalmente no que toca à "ação social". As Igrejas encararam, na época, os conflitos sociais gerados pela miséria e pelas injustiças como fator propício à ação do comunismo e às revoluções de tipo socialista, percebendo nestas situações uma ameaça à sua influência⁵. No Brasil, esse despertar se deu principalmente no Nordeste, suscitando, dentro das Igrejas locais, movimentos e pressões, no sentido de orientar e controlar as mudanças sociais iminentes. É bem conhecido o papel que os bispos do Nordeste tiveram no surgimento da SUDENE e as colaborações suscitadas, na época, entre segmentos progressistas da Igreja Católica, o governo e a SUDENE⁶. Dentre as Igrejas protestantes, as mais propensas a extrapolar do puro campo espiritual registraram uma evolução semelhante, em alguns de seus núcleos. Foi o caso da Igreja Presbiteriana. A participação das Igrejas Cristãs da América Latina em programas sociais foi, naquele tempo, fortemente apoiada pelas Igrejas dos países capitalistas, que viam nesses programas um meio de fortalecer sua ação missionária, entravada no Terceiro Mundo pelo avanço do comunismo. Os recursos financeiros eram originados naqueles países e sustentavam a ação social dos religiosos, no conjunto do mundo; acreditava-se, portanto, que era decisiva a sua influência, na orientação dos projetos, e capital o seu controle.

É nesse contexto amplo, com suas dimensões religiosas, mas também econômico-sociais e políticas, que cabe considerar a transferência para o Município de Imperatriz do pastor Raimundo Ferreira, melhor conhecido como José Balbino, gerente da Colônia Presbiteriana do Ceará. O pastor Balbino

⁴ DROULERS, Martine, op. cit., p. 111.

⁵ Ver, no que diz respeito à Igreja Católica, BRUNNEAU, Thomas. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição. Ed. Loyola, São Paulo, 1974, 2ª parte, Cap. VI.

⁶ Ibid.

fez-se acompanhar de cinco famílias dessa colônia que formaram o núcleo do novo assentamento⁷. Este se localizou, em janeiro de 1962, nas proximidades do povoado de Açailândia, a uns 70 km ao norte da cidade de Imperatriz, e no mesmo município. O povoado tinha surgido do acampamento de trabalhadores que servia de base de apoio para a construção da Belém-Brasília; alguns deles, ao fim dos serviços, se estabeleciam na região. A frente de expansão, progredindo do Pindaré em direção ao Tocantins, já se fazia sentir, nas derrubadas de mata e na presença de roças próximo à rodovia, nos lugares chamados Coco Grande, Estaca 1600, Lagoa Verde, Bom Jesus, Barra Grande e Trecho Seco⁸. O povoado de Açailândia não contava, porém, com mais do que uma dezena de casas.

Enquanto o diretor, José Balbino, se estabelecia na cidade de Imperatriz, para ali exercer seu ministério religioso, as primeiras famílias se instalaram em Açailândia e começaram a abrir estradas e limpar o terreno para suas culturas.

Para levar adiante o projeto e realizar os entendimentos oficiais com o Estado do Maranhão, a Missão Presbiteriana solicitou a colaboração de uma instância missionária de maior âmbito, habilitada para esse tipo de transação, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). A Confederação atuava, através de seu Departamento de Imigração e Colonização, criado, inicialmente, para facilitar a instalação de imigrantes estrangeiros, notadamente os ligados às confissões evangélicas. A CEB requereu, portanto, do Estado do Maranhão a concessão de 3.000 ha. de terras devolutas. A área era muito exígua para atender aos objetivos da Missão, mas a alienação de áreas devolutas de superfície superior teria exigido, em virtude da Constituição Federal, a aprovação prévia do Congresso Nacional. Em abril de 1963, era assinado, entre o Estado do Maranhão e a CEB, o contrato de con-

⁷ Os chefes dessas famílias eram: Cícero Cruz, Antonio José da Paz, Isaque Ferreira Lima, Otacílio Rodrigues Santiago e Francisco Rodrigues Santiago, ex-arrendatários no Ceará. Apenas o primeiro permanecia, ainda, na Colônia de Gurupi, em 1975.

⁸ Ver, a respeito do avanço da frente de expansão maranhense, VELLOSO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, cap. VII. Segundo Moacir Celestino, que vinha do Pindaré e instalou-se em Lagoa Verde, em 1975, o lugar tinha uns 80 moradores, alguns com 12 anos de permanência. Moacir empregou-se na construção da rodovia em 58 e, em seguida, botou uma roça na Estaca 1600.

cessão dos 3.000 ha. A área do projeto era limitada, ao norte por terras pretendidas por Juracy de Souza, numa extensão de 4.750 metros; a oeste, em 6.4 km, pela rodovia; ao sul, pelas terras do povoado de Açailândia, ficando a parte leste aberta sobre terras devolutas, reservadas para eventual, expansão da Colônia.

Um levantamento feito em abril de 1967 pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte, IPEAN, sediado em Belém, caracteriza os solos da área: "Na área da Colônia predomina o latosolo amarelo, de textura média a pesada, profunda, fertilidade de baixa a média, acidez de elevada a média sendo a drenagem moderada a boa, muito susceptível à erosão hídrica. É um solo cujas propriedades físicas são muito boas para os trabalhos agrícolas, mas que, naquelas condições climáticas, está sujeito ao rápido esgotamento, quando submetido à agricultura intensiva. Deve, portanto, ser submetido ao emprego de práticas conservacionistas adequadas". A Colônia, como toda a região, não é bem servida por aguadas, fato que, aliado à baixa pluviosidade durante a estação seca, vem limitar bastante a capacidade de uso da terra"⁹.

Além das obrigações da concessionária, o ato da concessão incluía, muito curiosamente, as qualificações por ela exigidas em relação aos colonos. Entre as primeiras, lê-se: a obrigação de "lavoura mecanizada, tração motora e animal, aproveitamento racional da área... área disponível de 400 ha. para reserva florestal"¹⁰. O aproveitamento racional previa a rápida supressão da lavoura feita "peio sistema rotineiro da região"; o uso exclusivo de lavoura mecanizada e o início da pecuária, ambos a partir do quarto ano, de modo a atingir 1300 ha. de lavoura mecanizada, 600 ha. de pastagem, no décimo ano, 200 ha. de lavoura com 600 ha. de pastagem e 400 ha. de reserva florestal, no décimo sétimo ano. Em outras palavras, pretendia-se um uso totalmente intensivo de solos que nem tinham sido analisados. Tais objetivos não pareciam ao alcance de todos; exigiam-se, portanto, qualidades e condições excepcionais na seleção de candidatos.

⁹ Confederação Evangélica do Brasil — CEB. Plano Básico de Desenvolvimento, MONTOR (Montreal Organização Industrial e Econômica S.A.), Montreal, 1967, 4 volumes.

¹⁰ MARANHÃO — Diário Oficial. Contrato de Concessão de Terras Devolutas que Fazem Entre si o Estado do Maranhão e a Confederação Evangélica do Brasil, 3 de maio de 1963.

Parece se ter confundido, na oportunidade, a colônia maranhense com um Kibutz de Israel!¹¹. Eram requisitos para os candidatos, segundo o contrato Estado-CEB: “Ser casado sem filhos ou com filhos com bastante idade de trabalhar com os pais nos campos... ser pessoas de boa saúde, ter um bom nome e mostrar qualidades de honestidade, indústria, habilidade, cooperação... ser dignos de confiança e ter confiança em si mesmo”¹². Além disso, “os candidatos devem mostrar que precisam de terreno. Também não devem nutrir esperanças de possuir mais tarde terrenos.”¹³ Para serem estabelecidos permanentemente, “devem assinar um documento entregando os seus direitos de herdar terrenos na terra natal a parentes próximos”.¹⁴ O colono receberia do Estado o título da terra, “pela recomendação do diretor da colônia”, depois de ter cumprido três etapas anuais de trabalho: primeira, desmatamento, plantio inicial, fabricação de 15.000 tijolos para construção de casa, criação de galinhas e horta; segunda, fabricação de telhas, plantio de pomar, início de criação de gado leiteiro; terceira, construção de armazéns e estábulos de alvenaria e de cerca em todo o terreno.

Disposições morais era o que mais se cobrava dos colonos, como se a sua experiência agrícola fosse de pouco relevo, uma vez que a Instituição proporcionava os recursos técnicos. Era como uma aliança nova entre capital e trabalho, numa terra prometida, desligada de um mundo de exploração e extemporânea à cultura acumulada pelo homem do sertão. Os recursos técnicos — e financeiros — não possuíam, evidentemente, relação com as habilidades e a forma de tecnologia dos colonos. A CEB tinha, pois, apresentado, em 1962, um ambicioso “Projeto de Desenvolvimento da Comunidade de Gurupi” ao Conselho Mundial das Igrejas — CMI — que agrega as diversas confissões protestantes e dispõe de importantes recursos distribuídos por seu centro de Genebra (Suíça). Em 1964, vieram as primeiras

¹¹ A verdade é que tal projeto, como muitos outros, procurava parâmetros em contextos culturais alheios ao dos colonos, em vez de valorizar a experiência por eles acumulada. Efetivamente, técnicos da SUDENE copiavam, na mesma época, um modelo israelense de exploração agrícola, na colonização do Alto Turi.

¹² MARANHÃO — Diário Oficial citado.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

verbas, que deram início a uma ajuda exterior que, mais tarde, incluiria outras fontes. Em pouco mais de dez anos (1964-1975), a Colônia teria recebido de organizações diversas, através de canais administrativos complexos, e naturalmente mediante controles e fiscalizações, mais de dois milhões de dólares. Um financiamento a fundo perdido de 700 dólares por hectare.

Independentemente de outras considerações menos conscientes, o valor intensivo da ajuda encontrava justificativa para os organismos financeiros na firme convicção do efeito-demonstração de tais projetos. Tal pensamento animava, aliás, os protagonistas do projeto Gurupi, conforme se evidencia num "Nota-se", inserido no contrato de concessão: "O loteamento providenciará a localização dos colonos em lotes alternados, a fim de que os que se provarem lavradores excepcionais possam receber também mais tarde o lote próximo para ampliar o terreno. Este servirá como estímulo para o colono se aplicar à orientação na melhor maneira possível e ampliar o seu terreno. Também servirá como uma demonstração de ser um colono excepcional com capacidade e merecimento, como bom exemplo para os outros".¹⁵

Era patente, desde os primórdios, que a direção da Colônia incluiria uma parte importante de orientação educacional e de influência moralizante que encontrariam, no controle dos recursos técnicos por parte da Instituição, uma força incontestável e um inegável instrumento de pressão. Correlatamente, perderiam sua força, à medida que desaparecesse esse controle.

Nessas condições, não menos claramente, as regras do jogo internas à colônia seriam diferentes das normas externas às quais eram acostumados os colonos — pelo menos, durante o período de vigência do regime de enclave. O sucesso individual, inevitavelmente, dependeria da capacidade de cada um em farejar, no ambiente da colônia, essas normas latentes e a elas se ajustar. Tal estrutura não deixaria de levar para um nível muito subjetivo a competição, que, no mundo trivial, se coloca claramente no campo dos interesses econômicos objetivos. Os depoimentos dados pelos colonos, mesmo decodificados mediante as precauções de rigor, dão certa evidência de ter isso ocorrido na Colônia.

¹⁵ Ibidem.

Em maio de 1963, vieram se juntar às cinco famílias trazidas do Ceará sete outras, que residiam na região há vários anos e tinham entre si laços de parentesco ou de amizade, embora diferenciadas pelo credo religioso. Essas novas famílias formaram o núcleo mais estável e responsável da Colônia.¹⁶ Esta começou a registrar tensões entre grupos: as famílias vindas do Ceará continuavam muito ligadas ao pastor Balbino, que morava em Imperatriz, mas vinha celebrar o culto para os colonos. O novo grupo aderiu ao responsável residente na colônia, Roberto Samuel Johnson, auxiliar do diretor, o Dr. Carlos, que residia no Recife. Roberto Johnson teve que se afastar, como aconteceu, alguns meses mais tarde, com o pastor Kang.

Kang era coreano. Àquela altura, o Departamento de Imigração da CEB planejava a instalação, na Colônia, de coreanos fugidos de sua terra, e, bem provável, mais precisamente do regime comunista. A CEB tomou, então, a direção imediata da Colônia, para preparar a vinda dos migrantes, e nomeou o pastor Kang como diretor residente. Para evitar conflitos de competência, foram delimitadas as respectivas jurisdições. Segundo contou um colono: a Missão Presbiteriana (com o pastor Balbino) fez contrato "de cuidar da parte das almas" e a CEB (com o pastor Kang) de "cuidar dos projetos". Mas nem sempre é tão nítida a linha divisória entre as almas e a administração econômica. As famílias fundadoras se "revoltaram" contra o diretor, conforme o informante, e Kang foi afastado da Colônia, após apenas 4 meses. Ele foi substituído por um técnico agrônomo paranaense, Dr. Hans Raffel, que resolveu, mal instalado em suas funções, criar uma Cooperativa: a Cooperativa Agrícola Industrial de Gurupi. A caracterização industrial da associação tinha por base os investimentos planejados com os recursos exteriores e que se concretizavam, na época, numa máquina de arroz, uma serraria e uma carpintaria. Os colonos não tiveram participação na criação da Cooperativa, a não ser assinar a Ata Constitutiva e os Estatutos. O responsável técnico pelo Departamento de Colonização da CEB, o agrônomo, Dr. Ivo Marçal, notou, numa visita ao projeto, "a falta

Moacir Estevão Celestino, o parente, Elias Celestino da Silva; Gonçalves Costa, casado com a sobrinha de Estevão, e Raimundo Pereira Primo, cunhado de Gonçalves, de Manuel Eusébio da Costa e

¹⁶ Eram chefes dessas famílias: Estevão Celestino da Silva, o filho, de José Granjeiro da Silva.

de motivação e doutrinação dos colonos aos quais a cooperativa foi praticamente imposta, sem que os mesmos se dessem conta do que estava realmente acontecendo.”¹⁷ Aliás, a Cooperativa não se restringia aos agricultores e, assim, se descaracterizava; apesar da distribuição de competências feita entre a Confederação e a Missão, seguindo a linha divisória do temporal e do espiritual, a presidência da Cooperativa era exercida por Balbino que, além de não ter lavoura, cuidava dessa tarefa desde sua residência em Imperatriz. O pastor continuava, pois, na Colônia “exercendo forte liderança” que o técnico da CEB considerava negativa.¹⁸

Tudo indica que a Confederação sentia a premente necessidade de acentuar os aspectos técnicos, na direção da Colônia, e de dar um impulso novo a um empreendimento que não crescia. O número de famílias, no início de 1965, não passava das 12 anteriores. A distância da sede da Confederação, localizada no Sul, e a dificuldade de comunicação com a instância oficialmente responsável pelo projeto não permitiam um acompanhamento fácil da situação da colônia, nem uma compreensão suficiente de suas necessidades. Esse fato gerou “uma enorme crise” no projeto.¹⁹

O chefe do Departamento de Colonização da CEB resolveu assumir a responsabilidade de dar esse novo impulso, intervindo pessoalmente na direção da Colônia, a partir de maio de 1965, em substituição ao diretor interino, Dr. Enilson Rocha de Souza. O Dr. Ivo foi descrito pelos colonos entrevistados como pessoa muito simpática, entusiasta e dinâmica. Por pertencer às esferas dirigentes da Confederação, manifestava um espírito de tolerância nem sempre compartilhado pela Missão Presbiteriana. Esta, por exemplo, recusou um agrônomo católico, escolhido pelo Dr. Ivo para dirigir o Projeto. O novo diretor, que pretendia apenas redinamizar a Colônia, acabou ficando à sua frente, durante quase 7 anos. Ele se tinha tornado, na opinião de um informante, “o ídolo de todos”.

Tudo deveria recomeçar de maneira a permanecer fiel à metodologia inicial. A serraria e a máquina de arroz estavam paralisadas por deficiências nos motores; as máquinas da

¹⁷ Projeto Gurupi, Relatório de Atividades, 1965.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

carpintaria não tinham sido retiradas de suas embalagens. Diversos motores Diesel e equipamentos agrícolas eram guardados no depósito. O assentamento não passava de um mini-projeto com 12 famílias, e os planos do novo diretor não iam muito além de um total de 30 a 40 famílias, no quinquênio a vir. Na época, pensava-se nos coreanos. O novo diretor se fez acompanhar por uma equipe de voluntários da religião Menonita da qual participavam quatro americanos, sendo um deles economista e um outro agrônomo.²⁰ Mais tarde, vieram alguns Voluntários da Paz.

A equipe voltou todos seus esforços, durante um ano e meio, para a acolhida das famílias coreanas: desmatamento de 146 ha. de mata, construção de 25 casas. Entre os colonos nordestinos, crescia o sentimento de abandono e de menosprezo. "O resultado foi que os colonos, já desanimados e inseguros com as sucessivas mudanças administrativas anteriores, passaram a sentir-se relegados a um plano secundário de simples instrumentos... Uma série de planos que, como o dos coreanos, são iniciados e depois abandonados, geraria uma insegurança nos colonos, tornando-os desconfiados quanto às verdadeiras intenções da CEB em Gurupi."²¹ Tanto mais que os coreanos acabaram não vindo, em razão de uma legislação tardiamente lembrada, que proíbe a entrada de estrangeiros em terras devolutas cedidas pelo Estado.

A partir de então, coloca-se de modo mais clara a questão da justificabilidade econômica do projeto, ou seja, o problema custo-benefício. Diante das dimensões modestas da Colônia, o Conselho Mundial das Igrejas hesitava em continuar seu apoio financeiro e o condicionava à ampliação do projeto. Argumentava-se em contrário pelo efeito de irradiação esperado, como dizia um relatório daquela fase: "O Projeto Gurupi deve ser considerado o que realmente é: um projeto experimental de Colonização. O custo do mesmo não pode ser calculado na base do custo "per capita", pois pretendemos beneficiar com esta experiência uma vasta região de nossa colônia".²²

²⁰ A seita Menonita atuava em alguns projetos de ação social, na Amazônia Legal, notadamente em Araguacema.

²¹ Gurupi, Plano de Consolidação, Confederação Evangélica do Brasil, São Paulo, agosto, 1971.

²² Projeto Gurupi, Relatório de Atividades, Açailândia, s.d.

A resposta obtida aborda um aspecto fundamental do projeto, que aparece em outros qualificados de “experimentais” ou, às vezes, de “pilotos”. Nem sempre se trata de iniciativa privada; certos projetos de iniciativa governamental ou mista, sobretudo os que apresentam justificativas sociais, têm as mesmas pretensões e explicam seus altos investimentos em homens e dinheiro pelo efeito de contágio. Como se a realidade social pudesse ser objeto de experimentação em local isolado e asseptado, e como se se pudesse reproduzir em escala ampliada no mundo real os resultados alcançados no núcleo-laboratório. Há indícios de que semelhante posição não convencia mais a todos os colaboradores da Colônia, sem que isso apareça em termos explícitos; os aspectos estruturais da pobreza dos camponeses começavam a ser captados. Mas as objeções do Conselho Mundial não atingiam esse nível; diziam respeito às dimensões do projeto e às suas condições de se firmar.

A ampliação do projeto requeria, em primeiro lugar, o alargamento da área de colonização. A partir de 1965, foram iniciados os entendimentos com o governo do Maranhão, para estender até 8.000 ha. a faixa de terra da concessão. O ato de cessão devia ser assinado a 21 de janeiro de 1968; conforme documentos arquivados na Colônia, o governador já tinha assinado a delegação do Secretário de Agricultura para celebrar o ato de Concessão, quando surgiu, no último momento, o parecer contrário da Procuradoria Central, baseado no artigo 156, § 2, da Constituição Federal.

Paralelamente aos entendimentos oficiais, cogitava-se de uma reformulação técnica, segundo as linhas-mestras consubstanciadas no Relatório de Atividades de 1965. Não se hesitou em contratar uma importante firma internacional de Consultoria — a MONTOR — para elaborar um novo plano. Uma das pretensões do modelo era libertar a Colônia de sua dependência em relação ao exterior, outorgando-lhe autonomia que lhe assegurasse o poder decisório, fundamentando-a numa base econômica sólida. Imaginava-se, para tanto, a transferência da Colônia para uma Fundação vinculada a CEB, com personalidade jurídica própria e estatutos de empresa capitalista: a Companhia de Desenvolvimento de Gurupi. O plano montado pela MONTOR, em 1968, era, entretanto, muito ambicioso, excessivamente grandioso, de tal modo que nunca chegou a ser efetivado. O artigo 2º dos esta-

tutos dizia: "A sociedade tem por objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico da Colônia Agrícola Gurupi e regiões circunvizinhas, bem como participar de programas semelhantes em outras regiões da Amazônia Brasileira..." Planejava-se, por exemplo, um motel-restaurante para atender, em 1975, a uma freqüência anual de 25.3000 clientes, entre usuários da rodovia Belém-Brasília, uma usina de arroz, uma fábrica de doces, com produção diária de 5.000 latas, em 1970, um posto de gasolina, um hospital geral, um ginásio agro-industrial, etc. etc.²³

Enfim, ao mesmo tempo em que tratavam a nível de cúpula da reorganização, o diretor da Colônia lançou mão de uma nova tentativa de cooperativa. A 15 de outubro de 1966, numa assembléia de 24 lavradores, foi decidida a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Gurupi Ltda. — CAMGURU. Em virtude de atrasos administrativos e da reformulação de estatutos, ela apenas chegou a funcionar em junho de 1968. A população da Colônia já se tinha acrescido novos membros; em 1967, contavam-se 31 famílias; em 1969, os 50 lotes eram todos ocupados e os moradores, incluindo agregados e funcionários, atingiam o número de 342.

A Colônia, sem dúvida, tinha encontrado, com o seu diretor, um novo alento, mas não deixava de constituir algo de artificial, de pré-fabricado. Ela tinha surgido de cima e, antes de mais nada, de fora: de fora de região, de fora do povo, de migrantes tomados no seu conjunto, de fora das lutas que opunham, já naquele tempo, classes antagônicas de pequenos posseiros e de especuladores fundiários.²⁴ O melhor indicador dessa artificialidade é dado pela ambigüidade de uma colonização organizada na forma de exploração capitalista, "à la" MONTOR, e supostamente respaldada no associativismo de colonos sem experiência gerencial e totalmente alheios a esse tipo de problemática. O fato vale ser mencionado, pois não é traço exclusivo da Colônia de Gurupi, mesmo se, neste caso, as contradições são mais patententes.

²³ Confederação Evangélica do Brasil. Plano Básico de Desenvolvimento — MONTOR. Citado.

²⁴ Entre 1968/1969, das 28 pessoas que compunham o quadro técnico-administrativo, 17 eram estrangeiras. "A presença de estrangeiros no Projeto, observa o Plano de Consolidação, foi detrimental para a sua aceitação na região onde Gurupi passou a ser conhecida como a Colônia dos Americanos".

As tentativas de industrialização, na Colônia de Gurupi, como em outras, confirmam a que ponto a agricultura camponesa não capitalista é estruturalmente incapacitada de elevar o agricultor a um nível melhor. A prosperidade dessas colônias é procurada, portanto, em atividades industriais que se tornam rentáveis pelo baixo custo da mão-de-obra, ligado, por sua vez, ao baixo preço dos produtos agrícolas de base. . . . Nem se trata, no melhor dos casos, da agro-indústria, apontada como remédio à fragilidade de uma economia puramente primária e através da qual o produtor associado recuperaria uma parte da mais-valia que lhe é extraída. Trata-se, ao contrário, de “indústrias” sem conexão com a produção básica da colônia: cerâmica, serraria, hotelaria. No fundo, a própria forma como se procura ajustar os modelos de colonização dirigida põe em relevo as falhas congênitas da estrutura agrária que eles pretendem, sem êxito, corrigir — pois ela não se corrige, ela se muda. O não reconhecimento dessa contradição é que leva à repetição das mesmas experiências “salvadoras” em que se gastam recursos e desgastam pessoas.

A Coopeartiva CAMGURU reunia os recursos dos lavradores: sua produção, suas contribuições, e, inclusive, suas dívidas. À Confederação ou ao projeto, como se expressam indiferentemente os informantes, se reservava a gestão dos recursos externos e com eles prosseguia a implantação da colônia: construía e administrava escola e ambulatório, comprava máquinas e caminhões e adquiria um plantel bovino, financiava, inclusive, a Cooperativa e lhe prestava ajuda administrativa. Se, segundo o diretor, os dois pólos se articulavam, assim não parecia a todos os colonos. Os antagonismos vinham à tona e surgiam reivindicações e oposição de classe. Pelos investimentos feitos, a Confederação não podia deixar de revelar-se muito rica, em contraste com a pobreza dos colonos. A comunidade de serviços e, principalmente, de funcionários, na CEB e na Cooperativa, não ajudava a ter uma visão clara de que era do domínio de uma e de outra. O fato é apontado pelo Plano de Consolidação: “Entre a CAMGURU e a CEB passou a existir superposição e competição em certos aspectos, o que contribuiu para aumentar, perante os colonos, o clima desfavorável de tensão e mesmo de conflito e ambivalência em suas relações com as duas entidades”.²⁵

²⁵ Gurupi — Plano de Consolidação — C.E.B. Citado.

O Dr. Ivo elaborou, em 1971, um projeto de emancipação da Colônia, prevista, nos estatutos, para 1974: a CEB se retiraria completamente do cenário local, transferindo à Cooperativa todo o acervo do projeto e extinguindo os setores da serraria, da perfuração de poços e de criação de gado, desenvolvidos pela Confederação, ao que parece, paralelamente ao Projeto Gurupi e por conta própria.

Os colonos não tinham sido efetivamente preparados para tanto; sua prática de gestão associativa tinha sido quase nula e faltava-lhes um melhor entrosamento com o mundo da administração pública e dos negócios. A cooperação entre os colonos existia a nível bastante espontâneo, mas se restringia, muitas vezes, aos círculos de parentes e amigos; pouco chegava ao nível de cooperação de classe. Aliás, a estrutura da colônia não o permitia; as motivações desenvolvidas para a vida comunitária repousavam mais sobre valores religiosos do que sobre exigências de classe. O domínio das relações primárias, mesmo na organização hierárquica, estimulava a formação de grupos competitivos, na busca de vantagens pessoais. Crescia, entretanto, uma consciência de classe, despertada pela contradição percebida entre os objetivos proclamados e os resultados alcançados. Os colonos tinham sob suas vistas, constantemente, o rico material adquirido pela CEB para o desenvolvimento da Colônia e deixado inutilizado, percebiam a facilidade com que se acumulavam recursos, contrastando com sua pobreza. Tinha-se pregado para eles que tudo isso era para seu bem-estar, mas continuava de propriedade e sob o controle do projeto que não era deles. Desenvolvia-se uma consciência viva de exploração.

Feio seu prestígio, o Dr. Ivo controlava e canalizava os movimentos de insatisfação; além do mais, sabia usar as lideranças para a condução dos conflitos. Com a sua saída, a direção voltou novamente para o Sr. Enilson Rocha de Souza, que não tinha condições de residir de modo permanente na Colônia. O controle deixou de ser exercido com eficiência.

Os conflitos com a administração cresceram. A prometida transferência do acervo do projeto não se efetivava; os recursos financeiros do exterior tinham sido substancialmente cortados e isso foi considerado "gesto de má fé". Corriam comentários, no meio dos colonos, e faziam-se reuniões de contestação. Falou-se até ter havido sugestão de

seqüestrar o coordenador. Ao mesmo tempo, surgiram, na Cooperativa, dificuldades, bastante comuns, na obtenção de financiamento do Banco do Brasil, atraso dos sócios no pagamento de suas dívidas com a Cooperativa e o Banco, gestão irregular de parte de alguns gerentes.

Em 1972 e 1973, certos colonos dirigiram ao INCRA e ao DDA-MA denúncias contra a administração, que provocaram uma fiscalização na Colônia²⁶. A Comissão do INCRA constatou que a distribuição dos lotes, iniciada em novembro de 1971, resultava no quadro seguinte: apenas 17 colonos tinham título definitivo, 4 tinham lotes registrados no Cartório, 27 não tinham títulos (em 1975, 34 lotes eram titulados). Fez-se inventário das máquinas e equipamentos da CEB; entre elas, 3 tratores Unimog, com guinchos, um trator Unimog, com uma perfuratriz que só tinha cavado dois poços, dois poderosos grupos geradores Diesel, que só tinham funcionado 1.000 horas. Todo esse material foi doado, em 1969, pelo Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe — EZE — da Alemanha. Ademais, uma prensa para fabricação de tijolos, que nunca foi usada, um tomo, uma moto-bomba para irrigação, outros tratores, caminhões e jeeps, todo esse material estando ocioso. A equipe de fiscalização caracterizou também a gestão do gerente da Cooperativa como incluindo “atos de pressão e abuso de poder”, desfalque de Cr\$ 36.382,00, no caixa, e considerou como medida negativa a retirada da assistência agrônômica, depois de 1972. Entre os aspectos negativos mais gerais do projeto, o relatório do INCRA cita: “1.º Falta de experiência da CEB neste tipo de promoção humana; 2.º Acentuado grau de paternalismo praticado pela CEB; 3.º Infra-estrutura física implantada na área sem estudo prévio, estando quase na sua totalidade ociosa; 4.º Desconhecimento das normas referentes a loteamento para fins agrícolas”. Acrescentava, porém: “Todavia os aspectos positivos observados pela Equipe assumem relevância e suprem perfeitamente as falhas enumeradas anteriormente²⁷. Era muito mal concluir um tal relatório, mantendo-se ao nível das ocorrências, sem buscar entender se as falhas não eram reflexo de algo mais fundamental que não estava em poder da Confederação contro-

²⁶ Denúncias registradas sob os números: 1103/72, 147/73 e 1113/73, no INCRA, e número 082/72, no DDA-MA.

²⁷ Relatório de Avaliação. INCRA, 1973.

lar. A questão a colocar era se tal projeto podia ter um destino bem diferente do constatado.

Em meados de 1974, a direção do projeto foi assumida pelo contador, Sr. Roland Fritsche, que fixou como orientação cumprir com as recomendações da Comissão do INCRA e intensificar o entrosamento da Colônia com o INCRA e o ACAR. Não se resolveu, porém, a transferir para a Cooperativa, no prazo estipulado, o acervo do projeto. Em 1975, o clima constatado na Colônia era de muito pessimismo, tanto da parte do administrador como da parte dos colonos, que iam repetindo que a Colônia estava fracassada. Alguns pareciam se dirigir pelo "salve-se quem puder" e tirar o maior proveito da situação.

Mas, um elemento independente do projeto tinha aparecido: o avanço da invasão latifundiária. Na implantação do núcleo, as terras devolutas eram ainda abundantes na região; o latifúndio, entretanto, já apontava como ameaça, bem caracterizada pela vizinhança do fazendeiro Juracy de Sousa (dono, atualmente, de 3469 ha).

Em dez anos, porém, até 1975, a grilagem tinha invadido os vales do Pindaré e do Tocantins. Colônias oficiais próximas, como a COMARCO e a COLONE²⁸, enfrentavam insuperáveis problemas de grilagem em grande escala, fonte da maior insegurança para os colonos. O latifúndio dominava a região cujo mapa era retalhado entre empresas pecuaristas ou madeireiras. Nem a concessão de terras, de 1963, nem os títulos distribuídos pelo INCRA eram garantias eficientes contra a pata do boi. Sendo a Colônia cercada por fazendas, bastava aos donos soltar os bois nos lotes desprovidos de arame ou estacas, para acabar com as culturas. Diante da dificuldade de crédito para custear melhoras mínimas, do empobrecimento do solo e da escassez de recursos, ou diante da necessidade de pagar dívidas no banco, é quase forçosa a venda da terra. E a venda de um acarreta a venda de outro, devido à propagação do capim e à invasão dos animais. Quem podia ainda ficar a salvo era a própria Confederação, com os 1882 ha, que permaneciam no seu nome.

Dos 34 colonos que tinham lote titulado, em outubro de 1975, nove já o tinham vendido por uma importância varian-

²⁸ COMARCO — Companhia de Colonização do Maranhão e COLONE — Companhia de Colonização do Nordeste.

do de Cr\$ 70.000,00 a Cr\$ 85.000,00. Uma dúzia já se tinha manifestado perante a Cooperativa, para lhe dar a preferência para a compra, conforme o regulamento da Colônia, mas ela não tinha condições financeiras para efetuar a transação. Aos poucos, os lotes se intregavam nas fazendas vizinhas ou formavam a base de nova fazenda.

Entende-se que, para os idealizadores do projeto, que visavam “fixar o homem à terra”, isso fosse o sinal de fracasso. Ainda mais quando se pensa no volume dos recursos mobilizados : a CEB investiu uma média de U\$ 40.000.00 por lote, e houve época em que o número de funcionários da Colônia atingiu 80, aproximadamente, dois funcionários por colono. Em relatório de 1970, o Conselho Mundial das Igrejas já reconhecia a falência, sem entretanto, aparentemente, questionar o projeto na sua base. “A história do projeto pode ser resumida como segue : uma boa idéia por parte de pessoas bem intencionadas e um relacionamento administrativo caótico... apesar dos erros passados, conseguiram-se alguns resultados e alguns compromissos assumidos foram alcançados”²⁹.

O que importa, porém, é exatamente entender que o sucesso de tais projetos não depende de boas idéias e, ainda menos, de pessoas bem intencionadas.

3. A COLÔNIA NA EXPERIÊNCIA DOS COLONOS

A Confederação procurou alcançar os seus fins, através de um modelo de promoção humana. A idéia é expressa no Plano de Consolidação : “...buscando uma nova estrutura dentro da qual o indivíduo e a comunidade possam desenvolver plenamente seu potencial humano de criatividade e responsabilidade, visando sacudir o camponês nordestino de sua estagnação secular”³⁰.

A maneira como se fala do camponês explica porque se contou mais com recursos exteriores do que com as aptidões dos colonos. O que, com esses recursos de fora, chegou a se implantar envolveu uma prática tutelar, conflitando com os objetivos declarados de promoção social e fazendo pouco caso da capacidade pessoal dos colonos. Uma

²⁹ Relatório do Conselho Mundial das Igrejas, 30 de novembro de 1970.

³⁰ Gurupi. Plano de Consolidação, CEB. Citado.

colaboradora brasileira da Missão Evangélica testemunhou o espírito de superioridade com o qual os estrangeiros tratavam o pessoal local. As entrevistas feitas com alguns colonos demonstram, entretanto, como era bem relativa a sua “estagnação secular” e como era viva a sua observação e agudo seu senso crítico. É bom ouvir da própria boca de um deles como analisava a situação: “Nós não estamos em casa; é como se alguém mandasse na sua casa e quisesse introduzir outros costumes”³¹.

A memória dos requisitos cobrados do candidato para entrar na Colônia nos é guardada por um deles;

“Era uma condição para entrar na colônia: só casado... Neste contrato consta um bocado de exigências... Era pra gente cultivá a terra; a gente fazia um plantio, fruta de espinho, uma granja, um mangueiro pra porco e... trabalhá com terra mecanizada, destocá prá ará, fazer uma barraca por conta própria e uma taipa o que pudes-te fazê... É o negócio... da venda da terra, quer dizer, a entrega do título, só com 2 anos... de experiência”³².

Os colonos não informaram muito sobre a vida da Colônia, nos seus primórdios. No primeiro ano, quando a Colônia se restringia às famílias fundadoras, o pessoal trabalhava parcialmente a serviço da instituição, como relata um colono vindo em 1963³³.

“Quando eu cheguei... os diretores moravam na Imperatriz, não é... Então essas cinco famílias estavam aí, e trabalhavam, é que não tinham um lote ainda, não é... Tavam trabalhando só na direção dele, num é; e quanto a... a manutenção, alimentação, essa coisa toda, ele também providenciava, num é, enquanto plantavam roça, enquanto colhiam, essa coisa toda, não é... Quando entrou estas doze famílias... o Balbino encarregou o seu Estevão, não é... “Seu Estevão, você é assim... mais velho... Pega a turma assim mais nova”... então o seu Estevão... assumiu aquela... aquela responsabilidade de coordená as coisas, os trabalhos, não é”³⁴.

³¹ NAEA — Pesquisa — “Belém-Brasília”. Ficha de Entrevistas nº 41.

³² NAEA — PHOR (Programa de História Oral Regional), Entrevista nº 3.

³³ As entrevistas gravadas no Programa de História Oral Regional (NAEA — PHOR) foram transcritas o mais literalmente possível, sem nenhuma alteração proposital e são citadas aqui segundo essa transcrição.

³⁴ NAEA — PHOR. Entrevista nº 4.

Como já foi dito, o trabalho todo dos colonos foi orientado durante um ano e meio para receber os migrantes coreanos. Logo na saída do diretor Kang, foi um colono (o pastor Raimundo Primo) que tomou a chefia das obras.

“Eu assumi um tempo a responsabilidade dos serviços... Como é que foi naquele tempo que eu trabalhei ali... destocando aquela área da terra pra... pra fazer aquelas casas? fazendo estradas lá pra residência, aquelas coisas ali tudo?...

É... eu passei uns dias, aí, não é... Não como diretor do projeto, mas... como responsável do... dos trabalhos enquanto... Aquilo foi um tempo que a gente desenvolveu muito serviço... todo mundo vivia junto mesmo, não é. A gente sentia aquela... não é... aquele aconchego... aquela coisa de união. Todo mundo era animado lá dentro, não é...”³⁵

Na realidade, “todo mundo” não parece ter manifestado o mesmo entusiasmo. Os colonos se sentiam muito sacrificados; a aceitação dos coreanos resultava de uma decisão de cima, sem consulta ao núcleo de base, aos que seriam os artesões da infra-estrutura.

Trabalhava-se no duro mesmo. Juntava-se o povo, para fazer estradas, no sábado :

“Foi no início daqui. Isso era... Fazê essas estradas, essas estradinhas que tem aí. Isso aí foi feito braçal, não foi maquinário. Era comunidade. Todo dia de sábado. O camarada trabalhava a semana inteira na roça dele; quando era sábado juntava todo mundo: vamo fazer estrada. Pegava um lado, saiu lá. Pegava do outro de lá, passaram aqui todo mundo. Só meio dia... Isso aí era uma... um negócio quase como uma obrigação. Era uma obrigação de si mesmo querê ir”.³⁶

Construiu-se a residência dos administradores e técnicos, num canto isolado do terreno. Pensou-se, inclusive, em agrupar as famílias dispersas nos lotes, construindo uma agrovila; foi contratado um arquiteto, para elaborar um plano urbanístico; uma das dificuldades surgidas disse respeito à adução d'água. Chegou-se a adquirir uma perfuratriz de poços. Mas houve, sobretudo, oposição dos moradores :

³⁵ Ibidem.

³⁶ NAEA — PHOR. Entrevista nº 3.

“A Confederação quis fazer (a vila) em cima sem os colonos concordarem, e não embaixo, perto da água. Ninguém colaborou e quis morar. Os primitivos, deixamos dois lotes para um campo experimental e a vila dos colonos e uma escola. A idéia permanece hoje, inclusive entre os colonos que vieram depois. Mas não tivemos muita força por parte do administrador”.³⁷

Aos poucos, entrava gente nova e se rompia, para a infelicidade da direção, a harmonia original.

“Quando havia sempre, no começo, pessoais mais que foi escolhido para vir pra cá, sempre era pessoas mais fácil, não é. Porque, não é por nada, sempre a pessoa, os crentes não quer fazer muita bagunça, e as vez ficam humildes, suportam coisa que outras pessoas não suportam, né. E era muito melhor de manobrá. E quando pegou a juntar de todo o canto aqui, aí se tornou mais difícil”.³⁸

Até as proibições de ordem religiosa tiveram que se suavizar :

“No início, aqui não havia festa aqui dentro da colônia. E nem bebedeira, que não aceitava o camarada beber cachaça, fazer essas coisas; não havia; agora do tempo do Doutor Ivo já com três anos ou quatro que estava aqui aí ele... o camarada era liberto; podia fazer o que quisesse; se quisesse até fazer festa podia fazer. Fazer o que quisesse, mas... Só não aceitava cachaça, nem jogo de azar. Só jogo de futebol, que ele gostava muito esporte...”³⁹

No tempo da ortodoxia, a rotina do trabalho só se quebrava com atividades religiosas, que faziam falta para os católicos.

“Foi o Dr. Ivo que falou. Porque disse : as mulheres do... tão tendo alguma diversão. Que aqui é um lugar parado... não tinham diversão, era só na roça. Bem, mas tem escola dominical, tem o culto, e a mulher do católico tá sem diversão. Tirando de chamá o fulano : ei !... almoço tá na mesa, outra diversão não tem. E o

³⁷ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

³⁸ NAEA — PHOR. Entrevista nº 2.

³⁹ NAEA — PHOR. Entrevista nº 3.

padre... vem celebra missa aí pra o... a mulher do católico. Também tem uma diversão; todo mundo da vila tem uma diversão um dia. Senão fica capium".⁴⁰

Existia, sobretudo no início da Colônia, ajuda ocasional entre os colonos para os serviços da roça :

"Aí teve um... umas comunidades que não era ajudado da administração. Era quando tinha uma pessoa doente, serviço atrasado, ele doente, sem condição. Aí combinava — às vezes até numa reunião da Cooperativa, de volta, que vinha muita gente — dizendo : "vamo fazer uma comunidade na roça do Braga como nós fizemos. Ele tá doente de pneumonia, não pode trabalhá; vamo juntá e vamo limpá o arroz dele que tá no mato. Nós vamos de damo um diá pra lá; ninguém falta". Aí juntava aquela turma de home ia dá, dava aquele duro de serviço na roça do Braga como nós fumo. O Braga ficou bom; o arroz tava limpo. Isso aí fez por diversas vezes... Essas comunidades que ele não era saído da administração, era a turma mesmo que combinava".⁴¹

As mudanças constantes na direção da Colônia, a falta de coesão e as brigas entre os dirigentes não contribuíram para manter o espírito comunitário. E, além do mais, o organograma complexo da Colônia, abstrato demais para os colonos e cheio de sutileza : as almas e o projeto; a Confederação e a Missão; o Projeto e a Cooperativa... O pessoal não se situava. Para eles, o que mais se impunha à mente era que prédios, máquinas e financiamentos eram do Projeto, da Confederação, e não deles. E que o Projeto e a Confederação eram, nas discussões ou nas contestações, um refúgio certo, um alibi para a administração. Os depoimentos, nesse particular, são extremamente eloqüentes e unânimes. O que pode conter de subjetividade não está em questão aqui, já que se trata, exatamente, de ver a Colônia pelos olhos dos colonos.

Assim se expressa alguém que foi homem de confiança da administração :

"Nós aí nunca tivemos assim um... uma relação ou uma liberdade tão grande... Saber todas as coisas,

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

lá no fundo. O nosso conhecimento no projeto ia até aqui. Dali pra frente, a gente não podia penetrar, não é? Daí pra lá, então era do... do diretor aí; lá pra São Paulo; lá não sei pra onde, não é... Tinha um limite, não é; e a gente... a gente foi tomando conhecimento das coisas e viu isso, né, que tinha esse limite. E daí a gente começava a perguntar : e por que a gente não... não penetra, não é?... sabe tudo, não é, por que?... Agora, daí surge desconfiança, não é. Diz : olha, não se pode penetrar aí, porque decerto tem um negócio acolá que a gente não pode saber, não é. E daí que sempre começam as coisas".⁴²

Aparecia, a olho nu, a contradição entre a ideologia do projeto (a grande família, a comunidade...) e o discurso paternalista que já não dava mais conta do recado :

"Na minha opinião, um projeto como esse aí, é... é uma família, não é? Se eu tenho a minha família, então ela tem o direito de saber tudo, não é. O que eu sou... o que eu pretendo fazer no presente, o que eu fiz no passado. No presente. No futuro, especialmente".⁴³

Era difícil, nessas circunstâncias, criar uma Cooperativa, como quis o diretor, em 1964. A criação da Cooperativa foi imposta, como foi imposto ser sócio dela :

"Foi uma obrigação que a Confederação impôs ao colono; só podia ser colono se fosse sócio da cooperativa. Isso já foi uma coisa para mim que quase um erro, porque o homem é liberto. Ele aceita coisa de vontade dele; não é obrigado, não é?"⁴⁴

"Foi um negócio assim que ninguém sabia o que era, não é. Foi formado assim sem ninguém saber o que era".⁴⁵

Na segunda tentativa, houve mais cuidado em explicar o sentido da cooperativa e preparar o terreno. Mesmo assim, não ficava claro :

"É uma história tão grande se falando sobre cooperativa. E o camarada fala vida toda de cooperativa, e

⁴² NAEA — PHOR. Entrevista nº 4.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁴⁵ NAEA — PHOR. Entrevista nº 4.

ainda tenho que falar de cooperativa e quase ninguém entende que é cooperativa”.⁴⁶

“Eles explicaram certo, mas que o... o atraso é grande. O camarada nascido e criado dentro dessas matas... sem sair nem numa cidade, às vezes, para ver se achava um negócio assim. O pessoal explica... explica certo, mas ele não entende... É assim: uma pessoa, um doutor vai conversar no meio de um bocado de caboco... bem, se quando ele é bem bacano, ele lá... ele fala grosseiro, mas às vezes vai falá, ele diz umas palavras, como se diz, de conversá em reunião mais nós. Depois um pergunta a outro: o que é que ele diz?... eu não sei não. Ele falava bem bacana, que ele tem que saber. Mas nós não sabia o que é que era. Ele dizia lá monte de dizer que nós não... não é do nosso português”.⁴⁷

Mas não basta entender — precisa ainda participar ou precisa participar para entender. Os depoimentos dão impressão de ter existido tanta inibição nas sessões da cooperativa! O povo falava na saída da reunião, comentava, discordava, mas, na reunião, era o silêncio:

“Tinha muita gente que num falava... Eu até, eu disse umas... umas vez que as reuniões, aqui, de cooperativa... (eu disse para o INCRA) era uma oração dos crentes. Orá, que tem um sozinho falando e os outro: amém, amém. Desse jeito era as reunião quando eu cheguei aqui... Ele ia explicá; é assim, assim, assim. E a turma só: sim! é! amém!... Bem, os crente pode saber o que é que o outro tá dizendo, mas nós não sabia”.⁴⁸

Efeito do controle social exercido pela autoridade, inclusive, através de manipulação das categorias morais do bem e do mal?

“Agora teve gente que disse que eu era doido... como o Enilson Rocha disse para mim. Procurou pra mim se eu me achava, que eu era um bom colono aqui dentro. Eu disse: Seu Enilson, o homem que lhe indicou que eu sou um bom colono aqui dentro, ele lhe informou muito errado. Foi muito mal informado porque o mais

⁴⁶ NAEA — PHOR. Entrevista nº 2.

⁴⁷ NAEA — PHOR. Entrevista nº 3.

⁴⁸ Ibid.

ruim que tem aqui dentro da colônia é eu e Chico Lima, porque o que eu tenho pra dizer hoje, não deixo pra amanhã".⁴⁹

Receio de falar em público diante dos outros?

"Muitos falavam, mas... só às vezes de um dois, como lá no escritório. Nesse dia foi só eu mais ele, o Enilson".⁵⁰

Sentimento de impotência diante de quem tem o poder; convicção de que não adianta? Consciência de estar sendo "enrolado"?

"Explicam. As explicações tá de um jeito, mas pra executar é de outro... Até que um dia veio um chefe aí, e nós conversamos e eu disse pro moço :

— Chefe, quero que o senhor me diga uma coisa.

— Se eu souber, eu lhe respondo.

Eu digo :

— Quero que o senhor me diga se a gente se perde no meio da estrada.

E ele coçou a cabeça e escutou assim. Até que o Messias disse pra mim, disse que eu tava falando que nem Camões, por paráfrase.

Eu digo :

— Não, mas quero que o senhor me diga se a gente se perde no meio da estrada.

Ele disse :

— Depende.

Eu digo :

— Doutor, não depende. Perde sim no meio da estrada. A coisa mais fácil é se perder no meio da estrada.

Eu disse :

— É a razão de nós tá aqui. Que nós não sabe o que é Confederação, nem sabe o que é cooperativa.

Ele disse :

— Não, mas aqui tem quem explique.

Eu digo :

— Então, são enrolão. Porque, que se explica não vai prejudicar; porque, se ele explica de um jeito, segue pro outro... (Isso eu disse). Então é enrolão porque o que se explica é preciso que, por ali se não vai, não tá

⁴⁹ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁵⁰ Ibidem.

certo. Entonce aqui todo mundo tá errado, já vem do tronco, mas tá errado. Porque : vamos fazer essa reunião ! Nós fez, mas não vai nunca executado. Não é isso? Toda vida não foi assim?"⁵¹

A prática da vida na Colônia, com toda a sua complexidade, as esperanças desencadeadas e as decepções sofridas, deve ter, senão tirado o pessoal nordestino da "estagnação secular", pelo menos liberado algumas virtualidades... Nem sempre no exato sentido desejável para a instituição...

O período de 1965/71, que o povo lembrou com algumas saudades, foi talvez o mais rico em contradições que viriam à tona mais tarde. A Colônia queria ser uma família; o controle da comunidade era forte, e as proteções contra as influências externas rígidas...

Mas, a Colônia não ficava imune ao vento de insatisfação e de contestação política que, por não ter direito de cidadania, não deixava de se alastrar no meio rural. A Colônia tinha-se deslocado do Ceará, para fugir dos conflitos, e os conflitos a perseguiram no Maranhão. Em toda a região do Mearim, do Pindaré e até o Tocantins, como em outras partes do país, grupos despertavam, dentro do povo, para a tomada de consciência de sua exploração e de todas as formas de sua alienação. Era difícil à Colônia se fechar a esse movimento, quando declarava objetivos de transformação das mentalidades e de melhoria das condições de vida do homem rural. Planejou-se, em 1968, um curso de alfabetização para os colonos. Foi realizado em duas etapas por jovens do sul, em fins de 1968 e meados de 1969. O método adotado era o conhecido sob o nome de Paulo Freire. Até que ponto os promotores tinham consciência do alcance de seus objetivos, assim formulados : "Desvincular os alunos da visão mágica, mítica e fatalista com que vivem, tornando-os mais livres; introduzir, alfabetizando, um mundo novo — o mundo da cultura —; possibilitar aos alfabetizando uma visão crítica dos problemas que os envolvem, bem como o engajamento consciente nos seus trabalhos e nas entidades de que participem; dar-lhes uma visão de sua posição na conjuntura política brasileira; enfim, fazer com que acreditem nas suas próprias possibilidades e na sua força, capacitando-se para a superação de sua condição".

⁵¹ NEAE — PHOR. Entrevista nº 1.

Esses objetivos, pois, são essencialmente postulados de uma transformação da estrutura social, praticamente conflitiva com o compromisso político-ideológico global do projeto inicial e as motivações que o tinham originado. A utilização do religioso como força de coesão do grupo e a cooperação pela administração dos líderes naturais, colocados em posição de mando a serviço dos objetivos institucionais, tinham sido, até então, a tônica do projeto. Como iriam interagir o curso conscientizador e a prática controladora?

Do curso de alfabetização participaram, inicialmente, 26 colonos, mas o número se reduziu à metade. Deu alguns resultados. As conversas com os colonos revelam elementos de análise muito harmonizados com o que se sabe das aulas e aplicados às relações entre direção de projeto e colonos. Assim se expressa um deles: “Tudo foi aplicado na Confederação e o colono ficou sobrando. Tudo é dos colonos, mas a Confederação tem o pé em cima. O colono fica trabalhando em baixo, sofrendo humilhação” — frase que traduz perfeitamente um esquema visual utilizado pelos professores e encontrado no arquivo da Colônia. Essa nova visão ganhava inclusive a cúpula do projeto, conforme, pode se inferir da leitura de um texto escrito, em 1968, por um dirigente: “Nas reuniões que promove em sua atividade de expansão, a CAMGURU é um novo veículo de despertar da produção rurícola para a exploração de que é vítima, dentro de uma sociedade que não reconhece a importância do agricultor, mas que não pode viver sem ele. O lavrador, ao tomar consciência de seu próprio valor, apercebe-se de que as condições em que vive não condizem com a responsabilidade que a sociedade lhe entregou. A sociedade usa-o como instrumento de produção de alimentos e relega-o como ser humano”. Pode-se notar, porém, que o dirigente faz a crítica à sociedade circundante, enquanto o colono aplica sua análise diretamente à Colônia que, para ele, apesar de suas pretensões, não foge substancialmente da estrutura geral da sociedade e é sua exploradora imediata:

“Uma coisa que... muita gente fala e... vê e... sente que... a cooperativa foi criada pela... pela Confederação. Mas é que o... os colonos... os associados... — isso alguém deduz — os associados apenas foram... serviram de... de material para a formação da cooperativa. Inclusive isso eu... eu discuti uma vez com... o Dr. Ivo

mesmo, com alguns... Naquelas alturas a... a cooperativa... tinha se tornado... não uma... uma entidade dos associados... mas é tinha se tornado apenas um... um... uma... como é que se diz... um... um... mediador, não é... Pra Confederação receber... alguma... não é, alguma coisa... Ou muitas coisas. E que estas coisas que a Confederação recebeu... em nome da cooperativa, nunca serviu para beneficiar o... o associado... Porque esse equipamento todo, isso é... em nome da cooperativa, em nome do colono que a Confederação conseguiu essas coisas todas... para beneficiar o colono... o associado!"⁵²

O problema do acervo de máquinas e equipamentos sempre intrigava os colonos :

"Tem uma organização — não sei se o senhor conhece... aquele Vizinho Mundial. Ela é uma organização, eu não entendo bem mas ela... ela trabalha no sentido de... de ajudá... Quer dizer que os vizinhos fizeram... bons vizinhos, não é... A sede parece que é em Porto Rico. É... Porto Rico... No início, esta organização deu uma... uma serrariazinha pequena... para o projeto, deu uma piladorazinha beneficiadorazinha de arroz também... para o projeto, no... no sentido de... de ajudá, não é".

"...Montaram a serraria mas... a serraria não funcionou... Hoje o colono pergunta : mas, por que que essa serraria não funcionou e pra todo lado aí tem serraria funcionando"?⁵³

Pensava se, na Confederação, que os sócios da Cooperativa não tinham condições de administrar a Colônia com esse acervo, mas com isso nem todos os colonos concordavam :

"O prazo da Confederação expirou em dezembro de 1974, mas o Dr. Fritsche acha que não tem homens capazes. Eu acho que os colonos têm condições de trabalhar sem a Confederação. Nós já trabalhamos e agora temos a experiência de trabalho em grupo... Com o co-

⁵³ Ibidem.

⁵² NAEA — PHOR. Entrevista nº 4.

nhcimento que a gente tem, com a ajuda dos órgãos oficiais, a Confederação se afastando a gente não ia sofrer muito”.⁵⁴

Os problemas vividos intensamente, no círculo restrito da Colônia, porém, absorveram, talvez excessivamente, a consciência crítica dos colonos, desviando-os de uma participação mais ativa na sociedade local, com exceção de alguns, como o colono citado, que foi um dos fundadores do sindicato rural de Imperatriz.

A cooperativa pretendia se estender a todo o meio rural da região, promovendo reuniões no povoado de Açailândia, que tinha atingido mil habitantes, mas, que cresceria ainda mais com a abertura da estrada para São Luiz; tinha a vista voltada também para o ramal de Coquelândia, onde, segundo artigo citado, “mais de 3.000 pequenos agricultores dedicam-se à agricultura de arroz e à extração do babaçu, numa dependência total dos atravessadores”. Essa meta não foi alcançada. No fim de 1970, a Cooperativa contava com 243 associados e não tinha passado de 257, um ano depois.

Não havia “espírito cooperativista” — e não podia haver, nesse quadro tutelar — e alguns se aproveitavam isoladamente dos benefícios, sem contribuir para a vantagem coletiva. Não existiam, aliás, condições econômicas. A colaboração, tão espontânea, quando se tratava de colaborar com um doente, com um vizinho atrasado na sua roça, se tornava totalmente voluntarista, na cooperativa. Nas condições de vida dos lavradores, a convergência dos interesses individuais com o interesse coletivo, base realista do sucesso, não tinha nenhuma evidência:

“Teve um deles que tirou, nesse tempo, do dinheiro do Banco. Teve gente que tirou. Nós tudo era chegante, tudo atrasadinho numas taipazinha, sem porta, pro vento passar. Antes de pagar, vamos... mandá fazer uma porta, tampá a casinha, porque nós tamos na chuva — mandou fazer —, um rádio pra usá. Aí quando foi no dia de pagar no Banco, o arroz não deu. Mas por quê? Já tinha tirado pra fazer porta... fazer mesa... comprá um rádio. Aí o arroz não deu de pagar. Aí aquele que ficou no aberto, sem rádio... sem bicicleta, sem um relógio... levou o arroz e não pagou. Será que eles são

⁵⁴ NAEA — Pesquisa — “Belém-Brasília” — Ficha de Entrevista nº 41.

justo os dois? Ele ficou sem nada e pagou a conta dele certa, lá ficou sem nada. E o outro... pra ficá com o rádio, o relógio ou a bicicleta... a casinha empotada, não pagou a conta pra Cooperativa pagar o Banco, eu acho que ele foi mais bem... bem beneficiado de que... ai, tirou e voltou".⁵⁵

Os poucos colonos que alcançaram condições melhores são os que arranjaram terras fora da Colônia, não se sabe por que meios se tornaram médios ou grandes proprietários de, respectivamente, 249 ha, 445, 490 e 1346 ha... Os colonos ficaram com lotes variando de 24 a 100 ha. Eram conscientes, em 1975, de não poderem resistir muito sem serem absorvidos. Já tinham experiência, conforme contou um deles :

"...eu fui na abertura da estrada em 58; aí nós tiremos uma posse de terra aqui na Estaca 1.600 da Imperatriz pra cá e trabalhamos lá uns 2 anos, e foi o tempo que começou a entrar gente da Bahia, da Minas... Eles chegaram dizendo que aquela terra já tinha requerido há 3 anos, antes da abertura da estrada. Já tinham requerido ao governo, e foi a causa que quase todos que habitavam na estrada vender muito barato para os baianos e sair para outros lugares... Não eram muitos não; mas eles compraram as áreas de quase tudo que tinha ali na beira da estrada".⁵⁶

Para eles, a Colônia vivia seu fim :

"...a Colônia tá se acabando... os lotes daqui vai ser vendido, viu? E os colonos velhos vão s'imbora e a Colônia se acaba. A primeira nossos lotes tá se acabando em capim; nós não tem condição de comprá gado prá botá dentro... Madeira dentro dos nosso lote num tem prá gente cercá lote aqui dentro; dinheiro nós num tem pra comprá arame nem madeira pra cercá; e o pedaço que nós tem, nós vende proque nós qué terra de capim, pra nós; só foram nós pega. Se nós pudé cercá, caçá... um jeito de fazê um cadastro no Banco e cercá só pra alugar pra seu Fulano, num adianta, porque nós fica sem nada. E... pra quê? O jeito que nós temo é pegar ele,

⁵⁵ NAEA — PHOR. Entrevista nº 3.

⁵⁶ NAEA — PHOR. Entrevista nº 2.

vendê e Deus ajudará que nós cace um lugarzinho melhor pra nós comprar de novo pra podê trabalhá na roça em outro lugá”.

“...Eu peguei o meu lote e vendi. Entonce ou chego lá (no Banco) e digo: “Olha, rapaz, eu vendi o lote. Eu vendi o lote, vamo cancelar o negócio”, eu vendi pru rapaz... Ele me deu 10 milhões... Também só quis mesmo isso... ele vai plantar capim e criar gado, que ele é baiano. Com esse meu aqui é 3. Ligado um ao outro”.⁵⁷

Um ex-colono traduzia assim sua experiência :

“Não quero mais entrar em Colônia ou em Cooperativa. Só quando Cristo voltar para o milênio e vai fazer Cooperativa. Se todo o Brasil se tornar Colônia, eu saio para outro País que não tem Colônia”.⁵⁸

4. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA : PROJETO E PRÁTICA

O projeto inicial de colonização tinha por meta “melhoria do nível de vida da família pela fixação do homem à terra e a realização de agricultura racional”⁵⁹. Tencionava-se fugir do nomadismo e do manejo predatório das terras, adotar a mecanização, o uso de insumos e técnicas modernas, aliado a medidas conservacionistas, à introdução de culturas novas e diversificadas de mais alto rendimento, e da pecuária. O que era subjacente, nessas metas, era a proposta de formar pequenos empresários rurais organizados em forma de cooperativa. A idéia se vinculava à elevação do acervo tecnológico e à formação de uma mentalidade inovadora que aceita o risco. Como vimos acima, essa orientação foi objeto de obrigação, no contrato firmado entre a CEB e o Estado do Maranhão : os primeiros diretores fizeram questão de seguir essas diretrizes.

O lavrador correspondente ao modelo preconizado deixava de ser o camponês, que trabalha com a força de trabalho puramente familiar. O uso de maquinário só se justificava em áreas, várias vezes, maiores do que as utilizadas no

⁵⁷ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁵⁸ NAEA — Pesquisa — “Belém-Brasília” — Ficha de Entrevista nº 46.

⁵⁹ Gurupi. Plano de Consolidação. Citado.

sistema tradicional. Efetivamente, desde o ano agrícola 65/66, a área média cultivada por lote era de 6,5 ha e foi crescendo, até alcançar 9,5 ha, nos anos de 68/70, segundo a série quinquenal tabelada no Plano de Consolidação. Como o equipamento era pouco diversificado, não dava conta de todas as operações do processo agrícola; servia, sobretudo, para arar e gradear, mas deixava na dependência de força de trabalho suplementar para derrubada e encoivamento, capina e colheita. Essa mão-de-obra era constituída por parentes, agregados ou trabalhadores agrícolas recrutados em Imperatriz. Para manter, ao longo de anos, esse tipo de lavoura intensiva, que não permitia a rotação de terras (chegavam a cultivar, ao mesmo tempo, um quinto ou um quarto do lote), impunha-se o uso da adubação e de outros insumos químicos.

A mecanização tornara, portanto, mais complexa a organização dos trabalhos e transformou as tarefas do próprio colono, agora, pequeno empresário. Implicava, ainda, na necessidade de um capital de giro mais considerável, para atender ao aluguel das máquinas, compra de adubos e manutenção dos agregados e o salário dos empregados. Embora os trabalhadores que vinham para a colheita preferissem, às vezes, ser pagos em produtos do que em dinheiro. A mecanização comportava, dessa maneira, o recurso ao crédito bancário, só possível através da Cooperativa, para quem não possuía o título da terra. O padrão que era, portanto, imposto ao agricultor tornava-o dependente de um conjunto de pessoas ou de instituições sobre os quais detinha pouco poder.

Ao termo de doze anos, após algumas tentativas de mecanização e um interlúdio de produção intensiva de tomate, a Colônia sobrevive na base de produtos de subsistência (arroz, milho, mandioca e feijão), explorados segundo métodos tradicionais; o maquinário está parado nas oficinas; e, quando se sonha algo diferente, é a pecuária... Quando se pensa ter percorrido uma etapa importante — a titulação dos lotes — os colonos falam em vender e ir-se embora. Como interpretar o “fracasso”? Solo inadequado? Má administração? Resistência cultural? Falta de “mentalidade empresarial dos colonos”? Problemas de comercialização? Falta de acompanhamento técnico? Ou um pouco de tudo isso e mais alguma coisa? As análises dos projetos agrícolas costumam apontar essas variáveis... Elas foram objeto de

avaliação, nos relatórios sucessivos e nos estudos promovidos pela Colônia, e convém examiná-las; cabe, porém, não esquecer que, por trás de tais explicações, existem causas mais profundas.

É bem verdade que a área não foi escolhida em função de suas particulares qualidades de fertilidade, a não ser com base no preconceito global de "terras férteis da Amazônia". O critério foi a disponibilidade de uma faixa de terra ainda não ocupada. Nem houve levantamento geológico preliminar. O estudo do IPEAN, já citado, enumera os resultados da análise de 29 amostras de solos, que apresentaram de elevada a média acidez, sendo apenas um de acidez fraca (Ph 6,2) e onze de Ph variando entre 3,7 e 4,0; quase todos atestam deficiências em fósforo assimilável, potássio e nitrogênio; oito são classificados pelo IPEAN como de baixa fertilidade e apenas dois de boa fertilidade.⁶⁰

A partir de 1965, adota-se um programa sistemático de introdução de inovações. Cria-se um campo experimental, em convênio e sob a orientação do IPEAN. Ali são experimentadas, de 1965 a 1968: grande variedade de hortaliças, cacau, eucaliptos, pinho, seringueira, dendê, gramíneas; em 68/69, tenta-se café, cana-de-açúcar, caju e mogno. São mormente culturas permanentes e de bom rendimento. São feitos testes de espaçamento e de adubação. O arquivo da Colônia evidencia a soma de estudos teóricos e práticos, acumulados pela equipe de voluntários, neste espaço de tempo. Depois de 1972, entretanto, com a saída do Dr. Ivo, o campo experimental caiu no abandono e foi invadido pelo capim colônia, em 1975, permanecia cultivado um pequeno pimental de 70 pés, trabalhado pelo coordenador e que, nos três últimos anos, teria dado, sem adubação e inseticidas, 500 quilos de pimenta.

Acompanhando as obrigações formuladas no Contrato de Concessão, os diversos planos não vacilaram em atribuir ao fator tecnologia uma boa parte das mudanças econômicas necessárias para elevar a condição dos colonos. Chegou-se, de fato, a destocar áreas relativamente importantes e a usar arados e grades, quer sejam alugados pela Confederação,

⁶⁰ Confederação Evangélica do Brasil. Plano Básico de Desenvolvimento. Citado.

quer sejam adquiridos por conta própria. O uso dos equipamentos da Confederação encontrou, porém, dificuldades :

“Há dificuldade aqui pra nós arar a terra, porque só arava fora do tempo né, e às vezes quando... nem arava a terra porque o trator era da Confederação e às vezes não mandavam no tempo certo, e a gente perdia às vezes até a aração”.⁶¹

Mas o uso da mecanização nunca foi generalizado e não persistiu. Um entrevistado explica-se desta maneira :

“Quer dizer que nós vamo aradá esse terreno aqui... Um trator pode vir aradá pra nós uma hora, pra nós pagá 200 conto. Quem é que agüenta, o pobre?... para trabalhar assim com terra mecanizada?... Num pode não. Então é a razão da gente não trabalhá com terra mecanizada porque num agüenta”.⁶²

Quanto ao uso do adubo, ele podia ser compensador apenas em cultivo de alto rendimento comercial. Cálculos encontrados na Colônia indicam que os custos/ha em adubos, inseticidas e fungicidas correspondiam ao valor de 8 1/2 sacos de arroz; somando as despesas com a cooperativa e a administração do projeto para uso de equipamentos, o custo complementar do cultivo mecanizado se elevava ao equivalente ao valor de 13 sacos. A operação era pouco compensadora, confirmando a opinião dos próprios colonos :

“Saiu um pelo outro. Aumentou mais... mas o gasto foi mais, igualou né? O que aumentou na produção, aumentou na despesa. Entonce ficou sempre igual do jeito que tava”.⁶³

“Botar adubo nessas terras daqui, uma terra às vezes que tá nova, não é tanta vantagem; porque eu fiz um experimento num pouco chão com adubo e outro sem adubo. E o que passou na terra adubada que o legume saiu mais melhor, com mais vantagem; os tanto de saco que passou, não deu de pagar o adubo do outro, não é... Eu arei 3 hectares e eu tinha roça no mato com

⁶¹ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁶² NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁶³ Ibidem.

toco, né. E esse pedaço que eu arei, destoquei uma parte — num hectare e meio, eu botei adubo e noutra hectare e meio não botei adubo”.⁶⁴

Nisso concordavam com as conclusões do IPEAN, segundo as quais a adubação se revela anti-econômica para o plantio de arroz em terra firme.⁶⁵

Sem adubo, entretanto, a produtividade das culturas de subsistência era baixa. Dispõe-se de informações sobre o cultivo dos anos 67/68 e 68/69. Em 1967, foram plantados nos 29 lotes: 90 ha de arroz, 78 de milho, 38 de mandioca e 6 de feijão. A produção média foi de 1.160 K/ha., em 1968, e de 1.230 K/ha., em 1967, para o arroz; de 731 e 652 K/ha., respectivamente, para o milho, de 757 e 1.105 K/ha., para a mandioca. O relatório da Consultoria MONTOR, que faz referência a esses dados, indica que a produtividade mínima registrada para o Maranhão, como um todo, segundo dados do IBRA, era de 1.200 K/ha., para o arroz e o milho, e de 1.000 K/ha., para a mandioca. O que mais afeta negativamente, porém, a cultura de subsistência é o baixo preço ao produtor. É só ouvir o uso que vai fazer dos seus dez mil cruzeiros o colono que vendeu seu lote:

“Eu vou ficar calado com ele, pra eu comprá arroz no tempo... É, quando ele der dinheiro... Dá muito mais resultado. Olha quem faz a roça, pra quem compra é na meia, quem compra. Você pode ficar ciente que é. Só se ele não tem condições de esperá, mas se ele tirar é meia e às vez sai mais de meia”.⁶⁶

A cooperativa nem sempre é uma resposta a esse problema. Pelo menos, não foi, no caso em estudo. Segundo o relatório de fiscalização do INCRA, que culpa um funcionário colocado pela CEB à disposição da Cooperativa, “o qual além de outros atos de coação, vinha promovendo o controle da comercialização da produção sem a necessária prestação de contas”.⁶⁷

⁶⁴ NAEA — PHOR. Entrevista nº 2.

⁶⁵ CONDURU, J. M. P. Principais Culturas da Amazônia. Belém, IPEAN, 1975.

⁶⁶ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁶⁷ Relatório da Avaliação — INCRA, 1973.

Os técnicos do projeto incentivaram a fruticultura, no que tiveram alguns seguidores, se acreditarmos no depoimento de um informante, que abandonou a Colônia, deixando: 150 pés de laranja, 150 pés de tangerina, 25 de lima, 22 de jaca, 200 de manga, 500 de caju, meia linha de banana, além de 4 linhas de terra mecanizada. Mas, fora 3 ou 4 colonos, a fruticultura limitou-se à: banana, — bastante difundida — abacaxi e laranja.

A cultura, porém, que despertou maior interesse foi a do tomate, a “cultura-revelação” do ano 1968/69, segundo um relatório do administrador. Foram 22 os colonos que o cultivaram, em 68/69 e 69/70. A produção atingiu 83 toneladas, no primeiro ano e, aproximadamente, 100, no segundo, crescendo ainda nos anos posteriores. Alguns produtores plantaram mais de 10.000 pés. Segundo estimativas de lavradores, sujeitas a restrições, chegou-se a exportar, numa semana, mais de 1.000 caixas de 25 quilos. A Colônia pensou dominar o mercado de Belém, onde o tomate era comercializado por um japonês, mas surge novamente o problema da comercialização, a intermediação e as oscilações de preço. É só ouvir de um dos maiores produtores da Colônia sua compreensão do negócio:

“Tirei adubo, tirei inseticida, comprei uma bomba... tá bem aí... Deu uma base de 600 contos; eu tinha um sócio: eu tirei trezentos e pouco e ele tirou 270... Agora a venda foi que deu baixa por causa de tê muito tomate nessa época. O preço no mercado de Belém. Era um homem só que comprava esse e todo o tomate da Colônia... Ele recebia e vendia; tirava o dele e mandava. Ele nunca perdeu; o lucro dele era certo; se ele vendesse por 50, ele tirava a importância, se vendesse por 30... Mas o dele era sagrado... Bem, e nessa época desse tomate deu um preço muito baixo, — que tinha bastante tomate de inverno. Deu baixo, mas que não tive prejuízo; tirei saldo. Comprei alguma coisa para casa; comprei a bomba de pulverizá. Aí quando foi neste verão, foi que eu tive prejuízo”.⁶⁸

⁶⁸ NAEA — PHOR. Entrevista nº 3.

O colono tinha plantado 11.000 mudas de tomate de verão, em duas linhas de terra. Emprestou o motor-bomba da CEB para irrigar; foi quando o motor pifou; o mecânico levou a bomba, que não foi consertada. O tomate acabou.

“Tirei um pouco, paguei o adubo que eu tirava financiado da Cooperativa. O adubo só... O ano passado não quis plantar; este ano também não. Tenho uma roça queimada. Vou pra roça de novo, porque foi onde eu fiz alguma coisa. Pagava minhas contas aqui era com arroz e milho”.⁶⁹

Segundo um outro colono, que não passou de simpies experimento de 500 pés :

“O maior prejuízo que houve aqui na Colônia foi de plantá tomate... Porque a cultura de legumes, arroz e milho acabou. A maioria só queria trabalhá com tomate; e o tomate pode ajudar e pode fracassar duma vez, né? Tem deles aí endividado, devendo ao Banco e à Confederação e à Cooperativa, sem condições de pagar; colonos que está vendendo lote para poder pagar as contas que está devendo por causa do tomate”.⁷⁰

Os depoimentos todos convergem, tragicamente :

“Tomate, eu não tive resultado; tive é prejuízo... Quando eu gastava 1 milhão e 300 aqui em tomate, o dinheiro que eu tirei foi 400 cruzeiros. Comprando adubo e no serviço do tomate, né. Comprar adubo de 240, quase 200 contos um saco. E a gente trabalha com ele e quando é no tempo, cadê o resultado? Não tem”.⁷¹

Depois do tomate, as esperanças se voltaram para a pimenta, que a doença expulsava do nordeste do Pará.

O caso do tomate é bem ilustrativo dos problemas que o pequeno lavrador encontra, quando quer passar da cultura tradicional para a cultura comercial: houve doença da planta (mocha bacteriana), incidente técnico da bomba, dificuldade de conseguir ou de renovar, após fracasso, um financiamento bancário, exploração do intermediário; e o pro-

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ NAEA — PHOR. Entrevista nº 1.

⁷¹ Ibidem.

blema mais crucial da escala de produção associada ao respaldo financeiro. O tomate de São Paulo compete pelo preço, em Belém, com o frango, produzido na grande Belém; como a laranja, como a cachaça.

Problemas de escala de produção, problemas de comercialização... a resposta está no cooperativismo, dizem os técnicos... Na condição que a cooperativa também seja do sul... ou sua filial ou sua associada, como a sempre citada cooperativa dos japoneses, no Pará.

É que nunca se pode pensar Colônia ou Cooperativa sem identificar : de quem e para quem? E sem recordar a existência da divisão do trabalho na agricultura e quem a faz, em proveito de quem. É, obviamente, o capital que distribui os papéis, porque só ele tem condições de cobrar o seu desempenho; é ele também que rege a distribuição da tecnologia, do crédito, dos preços, da cultura, da educação... e até da saúde. Não tem campo que não seja por ele dominado e dividido. Não se quer ceder ao viés da redução, operando um corte retilinear que transpassa todos os campos. A divisão não é feita no esquadro, e existe uma franja, uma margem de liberdade do qual se beneficiam indivíduos, experiências ou projetos. Quer dizer : há pobres com excelente saúde e ricos de compleição frágil; há gente instruída vivendo na miséria e há analfabeto latifundiário; há minifundistas que recebem crédito e colonos que progridem, graças ao uso da tecnologia moderna. Vimos, inclusive, um que se tornou latifundiário. Em geral, porém, o colono é para plantar arroz e milho, e não é por acaso que nisso ele "sucedee" — tomate não era para o colono de Gurupi, é para quem é integrado a uma rede de produção e comercialização apoiada no capital. Não estava no poder da Confederação assegurar ao colono essa integração, que só é conhecida mediante submissão às normas do sistema e dentro dos limites de tolerância de sua reprodução. O que lhe era facultado era fazer um "experimento", nada mais, — sem continuidade.

Acontece, porém, que, feito o experimento, e não sendo liberada a marcha para frente, torna-se impossível voltar atrás. A terra mecanizada não acolhe mais o lavrador de machado e fósforo; ela não produz mais capoeira para o seu repouso, durante o prazo de rotação; produz capim para botar gado. Ela se vende ao fazendeiro.

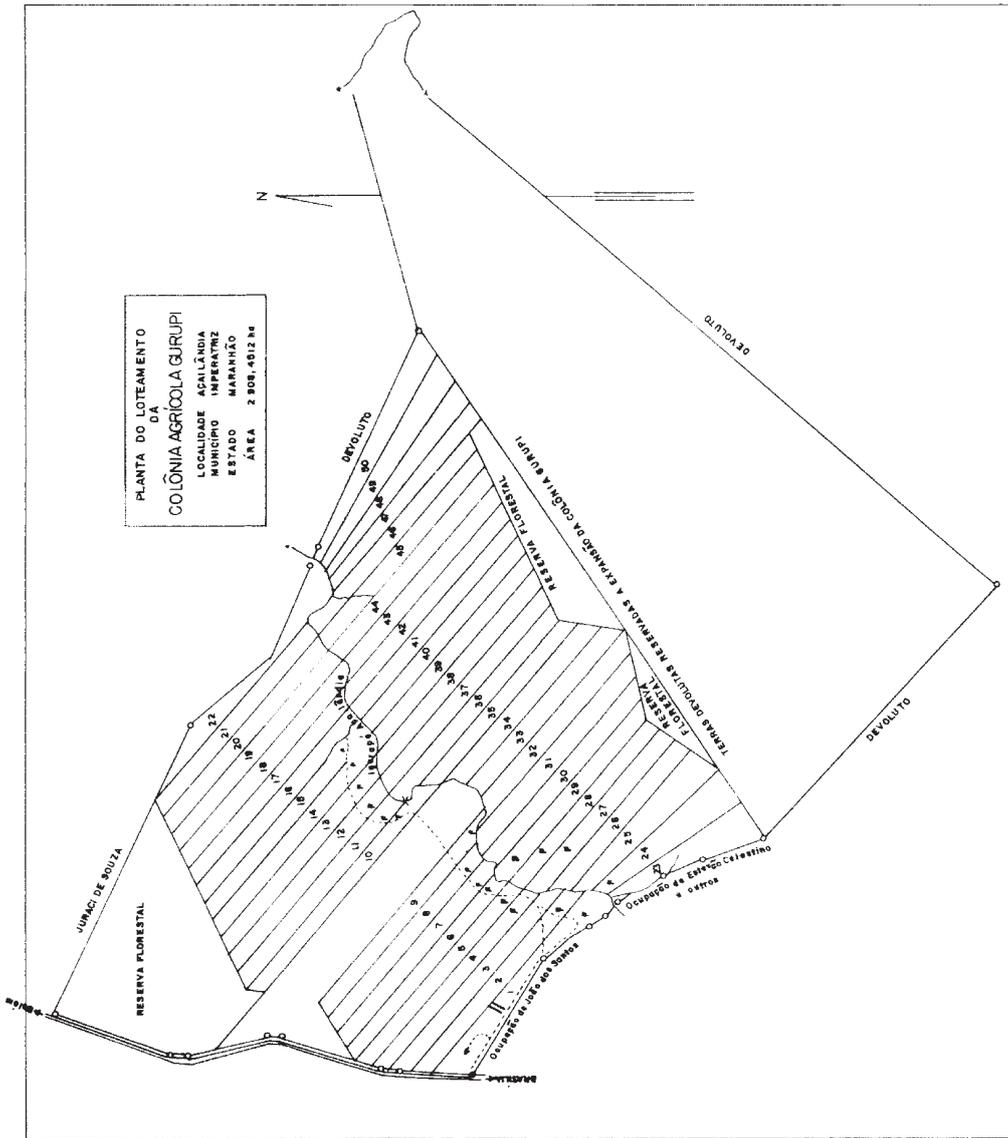


TABELA 1
COLÔNIA AGRÍCOLA DE GURUPI
ÁREA CULTIVADA E EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO
1965 / 1970

Ano Agrícola	Nº de Lotes	Área Cultivada (Ha.)		Valor da Produção (Cr\$ 1970)			Evolução do Valor	
		Total	Média/ Lote	Total	Média/ Lote	Média/ Ha.	Por Lote	Por Ha.
65/66	12	78	6,5	46.345	3.862	594	100	100
66/67	18	153	8,5	82.877	4.604	541	119	91
67/68	30	252	8,4	152.885	5.096	606	131	102
68/69	38	358	9,4	227.726	5.992	636	155	107
69/70	50	477	9,5	335.617	6.712	703	173	118

FONTE: CEB — Gurupi — Plano de Consolidação — 1971.

5. AS DIMENSÕES DO PROJETO

A análise do projeto de Colonização do Gurupi envolve dimensões que dizem respeito ao ambiente ideológico global, dentro do qual ele surgiu, e a dimensões mais específicas, relacionadas com a ideologia das missões empenhadas no Projeto. Às primeiras concernem mais precisamente o momento político do país, no início da década de 60; às segundas, uma certa visão cristã do desenvolvimento do homem e de seu desempenho econômico.

Durante as décadas de 1950 e de 1960, a Amazônia passou a ser considerada como variável significativa, na equação dos problemas nacionais. A "integração nacional" era apresentada como um objetivo da nação, segundo o qual cada região devia assumir o seu próprio papel e cumprir a sua "vocaçãõ". As pressões de todo tipo — demográficas, econômicas, políticas — que afetavam de forma diferente o Centro Sul e o Nordeste do país deviam encontrar, na grande região mal explorada, uma válvula de escape. Nordeste, Pré-Amazônia e Amazônia seriam complementares. Os conflitos sociais que se exacerbavam no Nordeste, ameaçando os interesses estabelecidos, encontrariam soluções na Amazônia. Na realidade, tratava-se de uma nova divisão regional — e social — do trabalho.

Francisco de Oliveira, num estudo recente, lembra muito bem alguns dos aspectos dessa ameaça, representada no cenário nacional e internacional. "As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante: estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou sua hegemonia ideológica, ao nível das instituições da super-estrutura".⁷²

O autor aponta as organizações que contestavam o sistema de relações sociais de produção, como as Ligas Camponesas e certos Sindicatos Rurais, os grupos que preconizavam a reforma agrária, e os movimentos que tentavam revolucionar os métodos burgueses de educação, na linha, por exemplo, de Paulo Freire. A contestação encontrava,

⁷² OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, Cap. VI.

em setores significativos das Igrejas, sobretudo da Igreja Católica, predominante na região, um amplo apoio e, em certos casos, iniciativas de vulto — o que não deixava de preocupar, profundamente, os defensores da situação. Esses não se limitavam à oligarquia agrária nordestina e ao latifúndio em geral, mas incluíam a burguesia industrial do Centro Sul e, no exterior, os representantes e beneficiados do capitalismo.

“Elegia para uma Re(li)gião” documenta com precisão os temores suscitados, nos Estados Unidos, pela evolução política do Nordeste. Relata a interferência da administração Kennedy naquela região, exatamente nos campos onde se concentrava a ameaça: organizações de classe e educação de base. É a época da Aliança para o Progresso e de seus programas, da USAID, da disseminação do Corpo de Paz com seus voluntários — tudo envolvido numa “mística” por meio da qual conquistava simpatias e colaborações, notadamente das igrejas americanas. Poder-se-ia muito bem achar um correspondente da atuação norte-americana no comportamento dos países do bloco ocidental da Europa, particularmente, através dos seus partidos e sindicatos cristãos e das Igrejas, também inquietos com os possíveis rumos da ação política no Nordeste. Esses setores exteriores passaram a patrocinar, com grandes recursos, numerosos programas assistencialistas, privilegiando o Nordeste brasileiro, não em função de suas necessidades, que não se diferenciavam substancialmente das de outras regiões, mas sim levando em conta seu potencial explosivo. O objetivo comum dessta repentina convergência de programas “sociais” era, precisamente, desativar a carga explosiva de insatisfação popular e re-orientar, num sentido consentâneo com os interesses do capitalismo, a luta das classes tanto urbanas como camponesas. É muito sintomático que a “ajuda” externa, mesmo (ou sobretudo) no caso de um programa com apoio tão oficial, como a Aliança para o Progresso, tenha utilizado canais indiretos como os Estados (em vez do Governo Federal, como teria sido correto) ou as Igrejas.

Esses tempos coincidiram com os inícios da SUDENE que, criada em 1959, já se apresentava como um campo de luta de influência entre os diversos grupos de interesses e, por isso, não fugia a ambigüidades. Enquanto as forças populares pressionavam, no sentido de mudanças estruturais, as forças reacionárias apoiavam o projeto de “integração

nacional”, ou seja, de expansão do capitalismo às dimensões do Brasil, tentando esvaziar a ação dos movimentos populares.

Na perspectiva da integração nacional, a Amazônia começava a despertar, ainda, grande interesse para o Centro Sul, simultaneamente como reservatório de recursos naturais de todo tipo e como imensa área de terras devolutas. Testemunha esse interesse a rodovia Belém-Brasília que, juntamente com a Brasília-Acre, ligava a região ao Centro-Sul. A ocupação humana e o povoamento da terra firme amazônica tornavam-se um novo passo na integração de metade do território nacional à órbita do capitalismo.

Assim, a abertura de uma nova fronteira, adotada como solução às tensões sociais do Nordeste, serviria de quadro legitimador, tanto para o adiamento de reformas estruturais, postuladas naquela região, quanto para a penetração do capitalismo na Amazônia. O planejamento se encarregaria da orquestração desse quadro e contava, para isso, com a SUDENE e a SPVEA, posteriormente SUDAM, com suas equipes técnicas.

O pós-guerra e o estreitamento das relações de dependência com os Estados Unidos valorizavam sobremaneira o planejamento, como forma de interferência do Estado, através da administração pública. As equipes de técnicos, que ascenderam à posição de assessores e administradores, de posse de instrumental científico moderno e de alguns segredos do pensamento desenvolvimentista, chegaram na hora certa, para oferecer base racional e argumentos legitimadores à alternativa amazônica.

Difundiu-se, então, a ilusão — meio consciente em muitos dos seus seguidores — de que a Amazônia era região de futuro e que seu futuro poderia ser “diferente”. Diferente do que se tinha verificado no resto do país: uma região onde poderia se recomeçar a história e criar estruturas novas. A floresta seria explorada racionalmente, graças aos levantamentos da FAO, e não se repetiria a destruição irresponsável da mata do Paraná. A pecuária fugiria do modelo de criação à solta de animais rústicos. Os fluxos migratórios seriam, senão dirigidos, pelo menos, orientados. A ocupação do espaço, em vez de ser desordenada, obedeceria a critérios de distribuição funcional dos assentamentos. Nessa Amazônia nova não se poderia repetir a violenta concentração fundiária que outros contextos históricos tinham

provocado, no Nordeste e no Centro Sul. Ela poderia se constituir num espaço aberto para um campesinato próspero, para pequenos e médios proprietários. Isso tudo tinha um nome: Colonização.

Em vez de transformações das estruturas sociais nacionais, no seu conjunto, planejava-se para a fronteira melhoras que não afetassem as estruturas arcaicas do Centro. Por que tocar em estruturas, desiguais e opressivas é certo, mas tradicionais, enraizadas e coerentes, quando o país oferece recursos imensos, capazes de dar terra, emprego, renda e até autonomia no trabalho para os oprimidos que delas querem se libertar? Os custos econômicos e, sobretudo, sociais da alternativa eram mostrados como bem menos elevados, e só isso bastava para recomendá-la. O dilema reforma agrária regional no Nordeste versus colonização extra-regional na Amazônia apresentava-se, neste contexto ideológico, dividindo profundamente a opinião, segundo nítidas linhas de classe — e a essa divisão não fugiam as Igrejas, não obstante suas pretensões supra-classistas. Não se tinha, na época, as repetidas experiências posteriores, que desmentem o mito do “isolamento” da Amazônia e comprovam o grau de dependência da fronteira, em relação ao conjunto do sistema. Era ainda possível “idealizar” a integração nacional, a união na diversidade...

A colonização apresentava-se como uma alternativa realmente conservadora, mas aparentemente inovadora, ou seja, reformista. Seus pressupostos críticos (o direito de todos à terra), que passavam nos meios conservadores como bastante audaciosos, e o aparato técnico moderno que se recomendava, ofereciam para a manutenção das estruturas elementos legitimadores aceitáveis por correntes pseudoliberais.

Projetos de colonização amazônica a favor das populações rurais do Nordeste eram, portanto, suscetíveis de encontrar boa aceitação e apoio. Apoio dos setores tradicionais das classes dominantes nacionais, que viam neles uma forma de afastar uma reforma agrária exigida pelos trabalhadores do campo e defendida publicamente por grupos intelectuais, técnicos, políticos e religiosos, que se valiam, inclusive, da recomendação de instituições internacionais. Mas apoio, também, de frações ditas liberais, nacionais e internacionais, entre elas setores “sociais” das Igrejas cristãs menos ligadas aos camponeses que lutavam pela refor-

ma. A opção pela colonização era, conscientemente ou não, uma opção ideológica. Para essas correntes, insensíveis às contradições do modelo alternativo, a garantia do bom êxito residia na clareza dos objetivos e na qualidade do planejamento; em sentido contrário, os fracassos seriam mormente atribuídos a erros de planejamento e de administração.

Toda a atuação das entidades envolvidas no Projeto do Gurupi foi marcada por essa visão funcionalista. Um rápido levantamento do arquivo da Colônia ilustra a importância dada a projetos, planos, avaliações e reformulações, tanto da parte da Confederação Evangélica quanto do Conselho Mundial das Igrejas e de organismos internacionais de ajuda ao Terceiro Mundo. Percebe-se, igualmente, o valor dado à gestão administrativa na avaliação; boa parte das críticas são dirigidas aos administradores e gerentes, como é regra, aliás, na avaliação das colônias fracassadas. Daí, em período de crise, demitir-se o gestor e substituí-lo por outro em que se põe excessivas esperanças; as coisas podem até melhorar, durante certo tempo, mas sobrevêm novas crises e novas dimensões. Não se pode fugir à pergunta: por que essas crises repetidas? Quais as contradições por elas evidenciadas?

Hoje, depois de acumuladas experiências, não é mais possível desconhecer a impossibilidade de criar, na Amazônia, um modelo não (ou, simplesmente, menos) concentrador da terra, como se a Amazônia fosse um enclave ou outro país. A tendência do sistema é se expandir, ampliando seus mecanismos de reprodução. A concentração é mola que atua nele todo, como está tão fartamente documentado em inúmeras pesquisas sobre renda, acumulação de capital, estrutura fundiária. Um modelo dual, concentrador aqui, igualitário ali, é inviável, numa economia "integrada". O isolamento de um projeto dirigido pode, no máximo, durar até a sua emancipação, durante o período no qual é cercado de mecanismos de proteção e vive num regime jurídico-administrativo de exceção. Mesmo assim, essas salvaguardas são bastante frágeis e não podem oferecer senão resistência limitada às pressões externas. Em 1976, a Colônia de Gurupi representava uma ilhota minifundista de 3.000 ha., num Município latifundista de 1.335.000 ha, cujo índice de concentração alcançará 0,75⁷³. As grandes colonizações ma-

⁷³ Índice de Gini, calculado com base no Cadastro dos Imóveis Rurais do INCRA, 1976.

ranhenses vizinhas, como a COLONE e a COMARCO, apesar de sua força institucional, não estão sofrendo a violência concentradora? E a colonização Transamazônica? E a colonização em Rondônia, algum tempo propalada como a melhor sucedida?

Registraram-se, é verdade, na história da colonização brasileira, exemplos de ocupação fundiária menos concentrada; partes do Rio Grande do Sul, a Zona Bragantina, no Pará, e Ceres, em Goiás. São efetivamente ilhas de minifúndio, dificilmente recuperáveis pelo movimento concentrador; formaram-se distantes, no seu tempo, dos centros concentradores e em módulos fundiários de 25 a 30 ha, muito desestimulantes para a cobiça especulativa. Não era lícito esperar igual felicidade para Gurupi, fazendo dela uma ilha bem protegida? Mas de que serviria? É necessário entender que essas ilhas constituem como um contra-senso incômodo dentro da lógica da concentração e subsistem apenas a favor de circunstâncias peculiares em que surgiram, como “anomalias”, então, inevitáveis pelo sistema social. O que os colonos, porém, conseguiram com a propriedade de 25 ou 50 ha? Um benefício que não passa de um direito, de um poder limitado a um pedaço de chão esterilizado, não acompanhado de poder sobre o que poderia tornar esse chão fecundo, e rentável o trabalho sobre ele aplicado. Trata-se do poder de utilizar uma tecnologia adequada, de ter acesso ao crédito, de influir no preço. Trata-se, em outros termos, do capital — não do capital-dinheiro ou equivalente, mas sim do capital relação de poder.

Ao lavrador de Gurupi se tem oferecido uma tecnologia mais moderna; ele foi estimulado a usar a mecanização e a racionalizar a cultura. De certo modo, ele foi “privilegiado”, face ao agricultor comum; o custo da modernização foi financiado pela Confederação que adquiriu o maquinário, aliás nunca amortizado; a assistência lhe foi proporcionada por técnicos qualificados, e a experimentação foi orientada por uma instituição de reconhecida competência em agronomia tropical. Podia entrar no caminho da inovação. Mas essa tecnologia não estava em poder do agricultor. Não somente, nem principalmente, porque os equipamentos eram propriedades da Confederação — mas porque ele trabalhava à mercê da tecnologia, sem poder dominá-la, à mercê da disponibilidade de máquinas, do bom estado dos equipamentos, do crédito, do tempo e do transporte, para ter em suas

mãos, na hora certa, a semente, o adubo e o inseticida. Tudo isso nem a Confederação conseguia lhe garantir de maneira satisfatória. Tecnologia, pois, não é só técnica.

A comercialização também não. A Colônia errou, contando com a proximidade de Belém, um armazém e um serviço de venda para escoar o tomate em condições favoráveis; tornar a produção da Colônia competitiva e fazer desse produto uma cultura rentável. As teorias locacionais iludem, quando não incluem, no seu espaço, a variável poder. Poder de manipulação do mercado, de controle da oferta, de pressão sobre os preços, de ação, inclusive, sobre a preferência do consumidor...

No plano da Colônia, à Cooperativa era reservada uma função essencial, não tanto na produção, mas no crédito e na comercialização. Foi um fracasso! Houve um colono que declarou que o fracasso entrou na Colônia com a Cooperativa. Mesmo assim, apesar dos pesares, talvez tenha sido o melhor projeto, não em resultados econômicos, mas em frutos sociais e "políticos". A Cooperativa não é outra coisa que uma certa forma particular de poder organizado e aí reside sua importância. Os comentários volúveis dos entrevistados, no tocante à Cooperativa, demonstram até que ponto ela os concernia e marcou a sua experiência. O fracasso da Cooperativa CAMGURU tem muitos pontos em comum com o fracasso de tantas outras experiências, tentadas na mesma época, na Amazônia, com apoio, inclusive, do Banco da Amazônia S.A. (BASA).⁷⁴ É um fenômeno que estimulou um certo número de estudos e pesquisas que concluíram por certas causas de insucesso. O caráter artificial das cooperativas é bastante generalizado; a sua criação vem de cima. No caso de Gurupi, tinha ainda caráter impositivo; ela surgiu, como costuma surgir, antes de os interessados terem sentido sua necessidade para resolver seus problemas, antes de eles terem compreendido quais tipos de sacrifícios do interesse individual merece a coalisão, com vista a objetivos percebidos como sendo comuns. A cooperativa de produção é uma cooperação de classe; ela toma sentido, na medida em que se afirma a solidariedade da classe. Uma vez montadas de fora as estruturas

⁷⁴ Em 1963, o BASA resolveu criar 83 cooperativas na Amazônia Legal, 40 das quais no Estado do Pará. Em 4 de outubro de 1974, a Secretaria da Agricultura do Pará considerava 21 destas em situação irregular.

administrativas, como na CAMGURU, e indicados os dirigentes, percorre-se o caminho inverso; a busca de motivação. Os meios postos, inicialmente, à disposição da instituição (recursos financeiros, competências técnicas) levam os sócios a repousar excessivamente sua confiança na cúpula da associação. O respaldo econômico do Banco, ou, no caso da CAMGURU, da Confederação, ilude os membros, que aderem por motivos individualistas. Melhor dizendo, há uma certa contradição entre a colonização dirigida, nos moldes assistencialistas da Confederação e outros organismos e o Cooperativismo — pelo menos quando este é orientado pela administração da Colônia. Trata-se de dinâmicas diferentes, e isso é, mais ou menos, reconhecido quando o cooperativismo é considerado, na perspectiva da emancipação: a Cooperativa é uma forma de os colonos assumirem por si a organização do seu trabalho e a gestão de sua produção ou a defesa dessa produção no mercado consumidor. O verdadeiro aprendizado do cooperativismo, portanto, se faz em regime de autonomia. O ponto de partida da cooperativa não é, assim, o capital ou o crédito, um presidente instruído ou um contabilista honesto; é a solidariedade da classe. Neste sentido, a interferência da Confederação prejudicou o desenvolvimento dessa solidariedade. O dano provocado à causa era projetado por alguns sócios relapsos, como uma forma de compensar a exploração sofrida por parte da Confederação. Afinal, se a experiência da Cooperativa teve pontos positivos, apesar da tutela da Confederação, esta foi negativa. O que a Confederação fez da Cooperativa tem, ainda, a ver com a visão do homem, desenvolvida no seu ambiente religioso.

A Missão Presbiteriana e, posteriormente, a Confederação tinham sua maneira particular de encarar a Colonização, com base numa certa visão do homem.

No contrato de Concessão, existia uma referência ao "colono excepcional, com capacidade e merecimento, como bom exemplo para os outros". Estranha referência, nesse tipo de documento. O colono poderia receber em recompensa, além do seu inicial, um lote vizinho. Aflora aí uma transposição moral de um certo sucesso econômico.

Durante os últimos séculos, religiões cristãs absorveram com singular facilidade e veicularam, para uso dos seus fiéis, uma imagem do êxito muito ligada à tradição econômi-

ca liberal. Ela se condensa na representação do esforço, através do qual o homem consegue, senão se tornar rico, pelo menos melhorar suas condições de vida. O esforço é, na vida do homem, contrapartida da graça no seu destino celeste: na vida econômica, nada se dá de graça, tudo se conquista e, para tanto, o criador tem dotado o homem de aptidões que ele tem por missão desenvolver. Cabe-lhe, portanto, concentrar suas energias em busca do bem-estar, evitando, com igual cuidado, a miséria e a riqueza, uma e outra pouco propícias à virtude. O esforço do homem trabalhador se transforma, moralmente, em merecimento e faz dele um exemplo a ser seguido. A família é o meio privilegiado, onde o homem é ensinado para a prática da virtude e onde encontra sustento para uma vida laboriosa. Na América do Norte e na Europa Ocidental, essa visão do homem tem penetrado profundamente, em boa parte, através da educação e da pregação religiosa, no meio rural e na classe média das cidades. Ela, naturalmente, não podia encontrar igual aceitação no proletariado industrial. Para o missionário estrangeiro vindo à América Latina, o camponês de sua terra de origem era, geralmente, tido como o protótipo das virtudes cristãs: trabalhador, autônomo, produto do seu próprio esforço, moderado nas suas ambições, reservado nos seus hábitos, parcimonioso e poupado, precavido contra as influências deletérias do vício. Para o religioso ortodoxo, essas virtudes todas assentam na observância da palavra divina. A comunidade tem por finalidade fortalecer os seus membros nesses princípios moderadores e assume ares suspeitos, quando passa a atentar para os conflitos.

Quando o Plano de Consolidação fala de "nova estrutura dentro da qual o indivíduo e a comunidade possam desenvolver plenamente o seu potencial humano", é possível discernir essa imagem do homem que tem por ideal desabrochar os talentos recebidos. Nos seus primeiros tempos, pelo menos, a Colônia pretendia criar seu próprio espaço para o desenvolvimento da virtude: a comunidade devia ser exclusivamente evangélica. Desde o Ceará que os primeiros colonos se tinham acostumados a conviver, não só no templo e nas suas reuniões, como também a trabalhar em grupo fechado. Minoritários no seu meio rural, os crentes isolados deviam sentir violentamente a agressividade da comunidade católica; reunidos, sentir-se-iam mais seguros, mais desfos. Na Colônia, o diretor, a enfermeira, os pro-

fessores eram correligionários, quer dizer, não católicos. Acolheram o colono católico, mas foi recusado como diretor o agrônomo católico. A direção devia ficar nas mãos de protestantes, para garantir as normas de comportamento certo e manter proibições relativas ao que pudesse desviar o colono de suas obrigações: bebidas alcoólicas, danças, jogos.

A Confederação foi mais ecumênica do que a Missão Presbiteriana. Na sua gestão, abrandaram-se as proibições, propôs-se a construção de um templo que servisse ao católico e ao protestante. Houve, porém, resistência na turma: um dos colonos influentes deixou a Colônia, nessa oportunidade, e a proposta não foi efetivada...

Não somente a vida pessoal dos colonos como também a própria Instituição eram envolvidos pela religiosidade. A divisão de competências entre Missão e Confederação era uma tentativa de secularização do projeto, mas a distinção se manteve a nível puramente formal para o povo e, inclusive, para os administradores. Esta tentativa evidenciou-se quando o grupo jovem de educadores pretendeu intervir na escola, introduzindo educação física, considerada ofensiva aos bons costumes ou leituras profanas, como José de Alencar, recebidas como atentado à transcendência da Bíblia.

A identificação, numa mesma pessoa, do pastor e do dirigente, nomeado ou eleito, reforçava a docilidade dos colonos, acentuando a base mítica do culto à autoridade. Destacou-se, no panorama, a figura de um colono, pastor de uma Igreja, promovido pela administração a líder da Colônia. Como pastor, e devido aos seus estudos, era "o homem culto da Colônia" e gozava do prestígio de suas funções, de tal modo que serviu muito bem aos objetivos da Confederação, pelo menos, até à crise que aprofundou o fosso entre ela e a Cooperativa. Chegou a ser um colono "bem sucedido", dentro dos critérios acima explicados. Permanece um colono modesto, mas seus filhos terão um futuro diferente.

A função reconhecida à família como meio criador de valores e, em particular, o papel conferido à mulher, se percebem através de programas de assistência doméstica. Assistentes sociais promoveram cursos de economia doméstica, tentaram inculcar noções de higiene, ensinaram a cozinhar, incentivaram implantação de hortas domésticas e cria-

ção de aves, induzindo, sem muito êxito, a adotar uma dieta familiar mais adequada. Preparavam festas, fabricando brinquedos para crianças, e orientavam para trabalhos manuais. Esse programa, entretanto, realizado por voluntários de fora, entre eles alguns do Corpo de Paz, em campanha relativamente curta, não teve maior aproveitamento. As esposas de administradores reuniam as mulheres na escola dominical que, por arrancar as donas-de-casa aos seus afazeres rotineiros e criar para elas uma "diversão", segundo um informante, constituía um ambiente receptivo para transmissão de certos valores.

A intervenção social que teve impacto incomparavelmente maior e mais duradouro foi, sem dúvida, o ambulatório, que contribuiu, em boa parte, para fixar as famílias na Colônia.

Desde o início do projeto, quando grassava a malária, a ajuda do ambulatório foi relevante. O atendimento tem sido sempre excelente, segundo os depoimentos unânimes dos colonos. O grande receio deles era que a enfermeira, D. Maria, saísse, com o afastamento da Confederação. Apesar de uma campanha de denúncia, a nível nacional, contra a propaganda a favor do uso de métodos anticoncepcionais e contra a aplicação de DIU, o prestígio do ambulatório se manteve elevado em toda a região. Independentemente do proselitismo religioso propriamente dito, não há dúvida de que esse prestígio tinha repercussões na vida dos colonos, no campo dos valores.

O que importa ressaltar, quanto a esses serviços, é a sua dependência da administração e da Confederação. Como foi dito a propósito da Cooperativa, eles também não resultaram da escolha ou da decisão dos colonos; a sua criação, continuação, interrupção ou cancelamento estavam nas mãos da cúpula que monopolizava o acesso aos recursos financeiros. A participação ativa do povo era mínima. O enquadramento se tinha tornado tão geral que não existia uma só associação, uma só atividade organizada, emanada da população. Até o jogo era controlado pela autoridade, que só podia discernir casuisticamente, dentro dos jogos, o que era esporte e o que era vício; o futebol, por sorte, acabou sendo liberado. O controle, portanto, era total como acontece em todo sistema fechado, onde tudo converge para uma única direção, quer seja colônia, colégio, fazenda modelo ou

empresa de mineração. (*) Mas, tratando-se de uma iniciativa da Igreja, independente, aliás, de denominação específica, o totalitarismo do controle é reforçado pelos valores religiosos dos "fiéis", que legitimam a autoridade e facilitam a internalização de juízos, permitindo uma fácil manipulação das pessoas. A Colônia constituiu-se num domínio religioso homogenizador de idéias e comportamentos; o colono desenvolveu inconscientemente, estereótipos de pessoas (o administrador, o colono, o crente, o líder) ou de comportamentos (o bom sócio da cooperativa e o usuário, o administrador devasso...). As lideranças religiosas foram institucionalizadas a nível de lideranças "tout court", mobilizando lealdades: do líder para com a direção e dos colonos para com seu líder. O condicionamento religioso, favorecendo a passividade do colono, entrou em contradição com o empenho realizado para estimular sua participação. É válido, portanto, se questionar sobre a parte da responsabilidade que cabe à religiosidade, na insegurança dos colonos, nos momentos de crise, e no medo de se comprometer da parte dos membros da cooperativa, na etapa de emancipação.

Até que ponto essas contradições eram analisadas, quando o programa de alfabetização adotou por objetivo: "desvincular os alunos da visão mágica, mítica e fatalista em que vivem, tornando-os mais livres...?"

(*) Na ocasião dos trabalhos de pesquisa, observou-se, em diversas dessas instituições, a intervenção dos dirigentes, com a maior naturalidade, até na vida puramente pessoal e familiar de seus membros, como se fossem menores de idade.

O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário, nas Zonas Urbanas da Rodovia *

O observador social que percorre a rodovia Belém-Brasília, parando nos pontos de concentração populacional e de intercâmbio, não pode deixar de ter sua atenção voltada para a afluência de pequenos vendedores, carregadores de mala, arrumadores, informadores, motoristas de táxis, transportadores usando os mais diversos veículos (do carrinho de mão até a carroça e a velha caçamba), locutores de aparelhagem, cantores e repentistas, músicos, erigraxates, cartomantes, transatores, prostitutas — enfim, um sem número de pessoas que só consegue sobreviver graças à imaginação e ao jeito com que compensam a falta de um mercado "formal" de trabalho à altura das necessidades.

Esse conjunto de atividades não corresponde a uma categoria bem definida, dentro dos esquemas tradicionalmente utilizados no estudo dos setores de atividade econômica e do emprego. Essas classificações e sua base teórica se inspiram na experiência dos países desenvolvidos, cujo teor existencial, nem se precisa ressaltar, está muito distante do conteúdo vivencial do emprego em regiões como a área da Belém-Brasília. Só recentemente é que se tem dado uma certa relevância teórica ao estudo desse tipo de atividades, no contexto do subdesenvolvimento brasileiro. E, ainda, há muito nesse estudo que diz respeito aos grandes centros urbanos. Pareceu-nos, pois, interessante partir de

* Texto apresentado no 3º Seminário de Pesquisa sobre as consequências sócio-econômicas decorrentes da implantação da rodovia Belém-Brasília, DNER/IPR, Belém, 06/07 de outubro de 1976.

nossa observação para dar uma contribuição ao estudo tanto empírico como teórico da atividade econômica e do emprego em regiões subdesenvolvidas.

1. ABORDAGEM E CONCEITUAÇÃO

O conjunto de atividades em estudo e da população nelas empregadas — ou de parte significativa dela — começou a ser, faz alguns anos, objeto de estudos diversificados quanto à abordagem e à delimitação da população englobada. Para nos referirmos a alguns poucos autores, um universo bastante próximo ao nosso foi tratado por Paul Singer, do ângulo do Setor Autônomo¹, por Pedro Demo, do ponto de vista do subemprego², por Lúcio Kowarick, numa problemática de marginalidade³. Essa diversidade de abordagens, que, aliás, não implica necessariamente em referências teóricas básicas divergentes, poderia ser interpretada como indicador de uma realidade de apreensão um tanto difícil.

Adotamos, por nossa parte, o conceito de baixo terciário, emprestado do livro de Maria da Conceição D'Incao e Mello⁴, embora estivéssemos bastante atraídos pela idéia de marginalidade, analiticamente mais rica e evocativa, por outro lado, porém, mais sujeita à interpretação distorsiva, como sugere a retrospectiva de Lúcio Kowarick ao definir sua própria conceituação.

A escolha da expressão “Baixo Terciário” correspondeu à nossa demarcação inicial de base empírica e nos pareceu delimitar adequadamente as atividades e a população observadas nos núcleos mais importantes da Belém-Brasília. A denominação de terciário refere à divisão social do trabalho, situando nossa população no processo global de produção e troca, em confronto com os setores produtivos básicos, agrícola e industrial-artesanal. A qualificação de *baixo* evoca a

¹ SINGER, Paul. Teoria do Emprego Aplicável à Países não Desenvolvidos. São Paulo, CEBRAP, 1972.

² DEMO, Pedro. Elementos para Estudo do Subemprego. Mimeografado.

³ KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

⁴ MELLO, Maria da Conceição D'Incao e. O “Bóia-Fria”: Acumulação e Miséria, Petrópolis, Vozes, 1975.

posição dessa população na base ou nos estratos inferiores da pirâmide social. Associado a terciário, o termo *baixo* não se restringe a sugerir baixo nível de renda e de educação e baixa qualidade de vida; indica uma condição estrutural relegada, no processo de produção e troca, bem próxima da idéia de marginalidade. Entendemos que o Baixo Terciário implica numa forma de inserção na estrutura global e de articulação com outros segmentos do sistema econômico-social. Em particular, mostraremos mais adiante que o Baixo Terciário surge como subsetor não capitalista dentro do sistema nacional predominantemente capitalista e representa um aspecto particular da expansão do modo de produção capitalista numa formação social dada: a sociedade nacional em estágio de subdesenvolvimento, dentro do contexto mundial de avanço tecnológico.

Paul Singer, numa perspectiva de teoria do emprego, utiliza a categoria analítica de Setor Autônomo com a qual, pensamos, se compatibiliza nossa abordagem, embora essa categoria abranja mais do que o nosso baixo terciário. O Setor Autônomo é considerado pelo autor em contraposição ao Setor de Subsistência, de um lado, ao Setor de mercado capitalista e ao Setor de Atividades governamentais, de outro lado. É “aquele que é composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado”: explorações camponesas; unidades de comércio varejista; unidades de prestação de serviços, artesãos e indústrias domésticas; profissionais liberais; lumpens⁵. O Setor Autônomo se contrapõe dialética e antagonicamente ao mercado de trabalho capitalista: “... o autônomo está sendo cada vez mais pressionado pela concorrência da empresa capitalista, resistindo apenas na medida em que sub-remunera os fatores, principalmente o seu próprio trabalho. Se a economia capitalista pudesse vir a absorver paulatinamente a totalidade da força de trabalho disponível, seria fácil prever que acabaria por liquidar o Setor Autônomo”⁶. Essa abordagem permite ao autor caracterizar o Setor Autônomo de modo muito sugestivo e penetrante e oferece elementos de análise bastante compatíveis com a nossa observação. Teremos oportunidade de fazer referência a ele. Entendemos, entretanto, que a extensão e a diversidade do Setor Autônomo, em particu-

⁵ SINGER, Paul. Op. cit., p. 51.

⁶ Ibid., p. 52.

lar a inclusão das profissões liberais, dificulta a aplicação generalizada dessa análise, que sem dúvida se aplica melhor à terceira das partes distinguidas no Setor Autônomo, ou seja "as atividades de produtividade ínfima que subsistem pelo baixo custo-oportunidades dos fatores"⁷. Essa parcela do Setor Autônomo corresponde bastante, acreditamos, ao nosso Baixo Terciário.

Nesse aspecto, a definição e a caracterização do Baixo Terciário vai ao encontro de certas análises do sub-emprego ou de subutilização do trabalho⁸ que afeta certos grupos sociais em função da exploração por parte dos grupos dominantes. A abordagem de Pedro Demo, por exemplo, enfatiza os aspectos distributivos, não isoladamente, mas como consequência de uma forma de inserção na força de trabalho. O subemprego é conceituado como "uma forma de utilização socialmente deficitária da mão-de-obra disponível"⁹. O déficit social, no caso, não se refere à produtividade do trabalhador, mas à atuação deficitária da sociedade na distribuição dos custos-benefícios: "Os benefícios provenientes da participação na força-de-trabalho são distribuídos desigualmente, de tal sorte que o usufruto minoritário deles só se sustenta pela condução dos custos da maioria"¹⁰. Isso corresponde à "transferência de uma taxa mais alta de custos sociais para a população subempregada, ou seja, a uma forma particular da taxa de exploração".

2. AMPLITUDE E COMPOSIÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO

É muito difícil circunscrever teoricamente o terciário; trata-se de uma categoria elaborada no contexto de uma economia bem menos complexa do que a atual. Não seria mais correto, hoje, definir universalmente o Terciário como o setor onde predomina sobre os outros o fator trabalho; a tendência é no sentido de o fator capital penetrar cada vez mais neste setor, na forma de equipamentos sofisticados, por

⁷ Ibid., p. 54.

⁸ CAVALCANTI, Clóvis. Algumas Reflexões para um Estudo sobre a Subutilização do Trabalho, Recife, Instituto "Joaquim Nabuco", 1974. mimeo.

⁹ DEMO, Pedro. Op. cit., p. 19.

¹⁰ Ibid., p. 9.

exemplo. Seria mais adequado falar de setor improdutivo, em contraposição aos setores produtivos de riquezas materiais: primário e secundário¹¹. Na prática, o Setor Terciário se define por exclusão do que é o Primário e o Secundário.

O Terciário agrega atividades tão diversas como o comércio, a prestação de serviços, a administração pública, transportes e comunicações, sistema financeiro e bancário, etc... São atividades características da organização urbana — o que se verifica na extensão da Belém-Brasília, na medida em que se constituem centros importantes e se desenvolve a urbanização, juntamente com a penetração da economia de mercado e das atividades capitalistas. A forma como se processou a penetração capitalista nas economias periféricas fez, aliás, com que a urbanização se caracterize, de modo muita mais geral, pela presença do Terciário do que da Indústria. Isso também se verifica claramente, no processo da urbanização ou pré-urbanização da Belém-Brasília, como veremos adiante.

Em termos de amplitude e de classificação das atividades heterogêneas que compõem o Setor, achamos interessante, para o nosso propósito, a distribuição utilizada por Lúcio Kowarick. Distingue¹²:

1. O comércio de mercadorias;
2. Os serviços à produção (comércio de valores e imóveis, crédito, comunicações e transporte, serviços técnicos);
3. Os serviços de reparação;
4. Os serviços de consumo coletivo (administração pública, defesa, atividades sociais);
5. Os serviços de consumo individual (profissões liberais, prestação de serviços pessoais, etc.).

Essa classificação é bem próxima da apresentada por Felícia Madeira e Paul Singer¹³; esses, entretanto, excluem os serviços de reparação que consideram um subsetor à parte dentro do Secundário. Preferimos manter o ramo de repa-

¹¹ AMIN, Samir. *L'Accumulation à l'Échelle Mondiale*, Paris. Anthropos, 1970.

¹² KOWARICK, Lúcio. *Op. cit.*, p. 134.

¹³ MADEIRA, Felícia R. e SINGER, Paul. *Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil : 1920-1970*. São Paulo, CEBRAP, 1973, p. 14.

ração no Terciário pela característica que ele assume, frequentemente, de serviço direto ao freguês — serviço sob encomenda e sob medida.

A distinção de *Baixo Terciário* não tem uma relação rígida com uma ou algumas das categorias mencionadas; ele diria mais respeito ao fato de alguns desses serviços serem ou não diretamente ligados à organização capitalista ou disporem de uma estrutura organizacional de tipo capitalista (como bancos, escritórios imobiliários e de planejamento, consultoras, etc.). O Baixo Terciário se encontra mais facilmente nas categorias de comércio de mercadorias, serviços de reparação e prestação de serviços pessoais. Podemos, portanto, identificar alguns “ambientes” propícios ao Baixo Terciário:

- No comércio de mercadorias: os empreendimentos comerciais individuais ou familiares (tabernas, bares, botequins, frutarias, vendas ambulantes);
- Nos serviços de reparação: as oficinas artesanais de manutenção e conserto e os serviços de manutenção, conserto e instalação a domicílio, assim como a fábrica manual especializada na elaboração em pequena escala de produtos simples. Aqui poderiam entrar: serviço de borracheiro, encanador, carpinteiro, pedreiro, alfaiate, sapateiro, pintor de casas e eletricista, quando trabalhando por conta própria; igualmente as chamadas indústrias domésticas;
- Na prestação de serviços pessoais: pensões, serviços de refeições, atividades de barbeiro, lavadeira, carregador e vigia.

Essas atribuições receberão maior clareza quando forem explicadas as características do Baixo Terciário.

3. URBANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO EMPREGO

A compreensão do Baixo Terciário não prescinde de uma rápida referência ao fenômeno da urbanização, quadro e contexto do seu surgimento.

Verificou-se, no espaço físico aberto com a construção da rodovia Belém-Brasília, um notável crescimento popula-

cional, especialmente estimulado pelos movimentos migratórios. Essa dinâmica contribuiu para a concentração nos centros já existentes.

Esse processo tem seu paralelo nas tendências de distribuição da população na América Latina, em geral¹⁴, e corresponde, no Brasil, à expansão da formação econômico-social capitalista da qual “a urbanização se determina como o subprocesso fundamental”¹⁵. A hiperurbanização é uma característica desse subprocesso, na realidade, do subdesenvolvimento; ela se intensifica, através de contradições fundamentais, econômicas e sociais: tipo de formação setorial, estrutura de emprego, estratificação social, relações de dominação (espaciais e estratais), etc. Esse conjunto de elementos é oferecido à análise a nível de recenticidade e dinamismo, nas áreas de colonização espontânea, especialmente no que diz respeito à evolução das economias urbanas e à formação da estrutura ocupacional. A migração das zonas rurais para as cidades da Belém-Brasília realiza-se pressionada pela penetração na economia rural “tradicional” de novas formas e relações de produção capitalista com suas características de consumo, de mercado de trabalho, concentração da renda, etc. Esse processo transforma o posseiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, em trabalhador assalariado das fazendas, da mesma forma que expulsa e reorienta parte dessa força de trabalho para as cidades. Na maior parte delas, o irrisório crescimento da atividade industrial oferece à força de trabalho agrícola um mercado de trabalho altamente insuficiente ou deficitário.

É bem conhecido o fato de que, ao contrário dos países europeus, por exemplo, a industrialização não tem acompanhado, de modo geral, a urbanização na América Latina.¹⁶ A observação geral se verifica na Belém-Brasília. Os poucos casos de implantação de novas indústrias não são significativos. O que se implanta com certa expressividade é um novo Terciário, que vai repercutir no Terciário tradicional, condicionando a situação do emprego.

¹⁴ MATTELART, Armand et Michelle. *La Problematique du Peuplement Latino-Américain*. Paris, Editions Universitaires, 1964.

¹⁵ PEREIRA, Luiz. *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 69.

Nas cidades já existentes antes da Belém-Brasília, a estrutura ocupacional organizada para atender às necessidades de comercialização, de transporte e de serviços, em geral, ao nível de evolução da economia local, inicia um processo de mudança, pressionada pelos mecanismos de dependência aos centros industrializados. A estrutura ocupacional se expande, conforme as novas ligações e exigências do mercado empresarial capitalista. Começa, assim, a se reproduzir uma terciarização, na estrutura do emprego, criando atividades do Setor Público, em muitos casos, bastante restritas, no tocante à saúde, educação; e também o tipo de atividades e empregos necessários à implantação de novas formas de produção adquire maior vitalidade. Isso representa a adequação às demandas externas e a transformação de serviços, como transporte e comunicação, crédito, prestação de serviços, etc.

O novo Terciário que chega a se implantar é concentrado em alguns centros escalados ao longo da rodovia, segundo um modelo de distribuição comercial baseado na hierarquia de necessidades de aglomerados urbanos médios. Como exemplo, podemos citar Imperatriz, Araguaína, Gurupi que ainda resultam ineficientes, para satisfazer às necessidades da sua área de influência. Isso se entende pelo fato de o setor ser basicamente voltado para fora.

No Setor Secundário, a expansão de emprego é bem limitada e sua capacidade de multiplicar empregos nos sub-setores, serviços, administração, comércio, é condicionada pelas forças do mercado externo. Deste modo o mecanismo que permite às concentrações urbanas da rodovia oferecer alguma saída à demanda ocupacional de uma população em acelerado crescimento é o do trabalho marginal.

O antigo comércio pode-se estender, graças à sua capacidade de funcionamento em padrões tradicionais, satisfazendo à demanda local de bens e atendendo parcialmente à oferta de mão-de-obra migrante não qualificada, juntamente com um diversificado ramo de prestação de serviços. Boa parte dessas atividades desenvolve-se, mantendo padrões familiares, isto é, utilizando a mão-de-obra de casa (filhos, sobrinhos, agregados). Nestas condições é que nasce o Baixo Terciário.

¹⁶ MATTELART, Armand et Michelle. Op. cit., p. 13.

4. GÊNESE E PROCESSO DO BAIXO TERCIÁRIO

Como se pode ver pelo que foi dito acima, o Baixo Terciário, embora não pertença ao setor capitalista da economia, estrutura-se num processo que o relaciona diretamente com ele. Entendemos o setor capitalista como sendo aquele que combina em grau e volume diversos os fatores capital e mão-de-obra assalariada, com o objetivo de lucro através da produção de excedentes. Constituído de empreendimentos autônomos que não ou pouco recorrem à mão-de-obra assalariada e ao uso do capital, o Baixo Terciário não se concebe, entretanto, sem confronto com o setor capitalista, ou seja, sem inserção num sistema global de características capitalistas. Neste, as empresas capitalistas, mesmo em número reduzido, assumem uma posição dominante nos países subdesenvolvidos, a uma fase intermediária do processo de penetração da economia capitalista que, depois de gerá-lo, tende a absorver o Baixo Terciário. É um subproduto considerado provisório que desempenha sua função no sistema até o amadurecimento do mesmo, que então o dispensa. A resistência, entretanto, do Baixo Terciário é grande: expulso de um local ou de uma função, ele se transplanta para outro lugar ou outra função. Entre ele e a miséria existe uma estreita correlação; ele surge no ponto de encontro da organização capitalista e da pobreza. Sua absorção é função da capacidade do sistema para eliminar a pobreza.

Consideramos o caso da área da Belém-Brasília. A colonização espontânea principiou antes da abertura da rodovia, pela penetração de migrantes agrícolas, na região ao norte de Imperatriz (desde 1955), e dos garimpos, no norte de Goiás (desde os primórdios da década de 40). A economia dessas regiões não passava do estágio de subsistência. A abertura da rodovia iniciou, primeiramente com as empresas construtoras, posteriormente com o tráfego de caminhões e a implantação de linhas de ônibus. A falta de uma infra-estrutura de apoio terciário do nível correspondente ao grau de evolução do setor moderno provocou o surgimento de um conjunto de serviços precários: pontos de venda de comida e bebida (baiúcas e tabernas), pensões e hospedagens, postos de borracheiros e mecânicos improvisados, ca-

sas de prostituição. Donas de casa se transformaram em lavadeiras; crianças passaram a vender laranjas, pastéis e picolés, nas paradas de ônibus, a engraxar sapatos e carregar malas e embrulhos, nas rudimentares rodoviárias e nas pensões. O mito do pioneiro e o desconforto comentado pelos viajantes, na época heróica da rodovia, caracterizam bem o nível deste Terciário que, obrigatoriamente, atendia a toda classe de fregueses.

Paralelamente à abertura da rodovia e, mais tarde, com o seu asfaltamento, estenderam-se a grande propriedade e a fazenda moderna. Essa penetração reforçou extraordinariamente ou mesmo antecipou essa forma de pressão sobre a terra que, normalmente, resultaria, a muito mais longo prazo, da aceleração das migrações, do crescimento vegetativo da população, do baixo nível tecnológico da agricultura com o corolário do esgotamento dos solos. Não demorou a se manifestar a expulsão de excedentes significativos de mão-de-obra agrícola que, na ausência de uma industrialização local progressiva capaz de absorvê-los, passaram a incrementar o terciário urbano.

Na falta de resultados globais dos questionários, podemos ilustrar o fenômeno com uma amostra relativa a seis unidades de diversa importância: três bairros da cidade de Imperatriz (Nova Imperatriz, União, Cacau); a Colônia Agrícola do Gurupi, no Município de Imperatriz; o povoado de Carmolândia, no Município de Araguaína e o povoado de Nova Glória, no Município de Ceres. *

Entre os 308 chefes de família entrevistados nesses seis lugares, 168 tiveram como ocupação inicial o trabalho de lavoura (Tabela 8); em 1975, somente 96 permaneciam na mesma ocupação e ainda 11 deles declaravam ter uma ocupação secundária para compensar a renda diminuta da lavoura (Tabela 9).

Os 72 que abandonaram a roça foram distribuídos segundo a sua ocupação atual, por setores e subsetores, incluindo no Terciário, por apresentarem características ambientais típicas, ocupações que em si caberiam no Secundário. A validade dessa alocação deverá ainda ser testada com resultados de computação relativos a: renda, regime de trabalho e situação empregatícia. Como se pode observar na Tabela 9, a tendência predominante e para o comer-

* Ver Apêndice, p. 170

cio (29 comerciantes e 2 ambulantes); nota-se uma certa importância do transporte (motorista, arrumador, carroceiro), dos serviços ligados à construção civil (pedreiro, carpinteiro, cobridor de casas) e dos serviços pessoais (lavadeira, barbeiro). Vale observar a tendência a deixar as atividades produtivas (como a lavoura) para ingressar nas improdutivas, por falta de oportunidades no secundário. Desse 72 que abandonaram a agricultura, alguns poucos fizeram o que poderia ser chamado uma promoção pessoal; um industrial, um fabricante de móveis, um dono de cinema, um administrador.

O estudo dos dados referentes aos três bairros de Imperatriz é bastante interessante, já que dá uma certa idéia da expulsão do campo/atração da cidade, como também da composição da população urbana, nas cidades da rodovia. Dos 209 entrevistados nos três bairros, 97 iniciaram sua vida ativa na lavoura (Tabela 9); somente 47 continuam ainda hoje; a eles vieram se acrescentar 5 pessoas que passaram de outra ocupação para a lavoura. São, portanto, entre os 209 entrevistados, 50 ex-lavradores e 52 atuais lavradores; esses últimos procuraram a cidade em busca de maiores facilidades para sua família (educação, saúde) e se deslocam, periodicamente, para a roça; pode-se presumir que dificilmente essas famílias voltarão para a roça.

Abstraindo da ocupação original (na agricultura ou fora dela), consideramos que 122 dos 308 entrevistados podem ser considerados atualmente integrantes de baixo Terciário (Tabela 10); trata-se de uma primeira estimativa baseada, de um lado, na ocupação atual e, de outro, lado, na sua posição no estrato inferior de nossa classificação. Essa foi elaborada distribuindo a população em quatro estratos, em função dos seguintes critérios: propriedade de meios de produção e capital; renda; consumo; incorporação à população economicamente ativa; qualificação e nível de escolaridade; qualidade da moradia. Essa estimativa deve ser ainda verificada e testada, levando em consideração a situação empregatícia, já que excluimos da nossa categoria os assalariados.

Apesar das imprecisões devidas ao estágio provisório do estudo, estimamos os dados bastante sugestivos quanto à importância quantitativa e à especificidade de baixo Terciário. Daí pode-se tentar sintetizar algumas das principais características desse sub-setor.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES POR SETOR DE ATIVIDADE
SEGUNDO A PRIMEIRA OCUPAÇÃO
AMOSTRA DE LOCALIDADES DA BELÉM-BRÁSILIA — 1975

ATIVIDADES	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTAL
EXTRATIVISMO	1	-	-	-	-	-	1
GARIMPEIRO	-	-	-	-	-	-	-
QUEBRADOR DE COCO	1	-	-	-	-	-	1
SERRADOR DE MADEIRA	-	-	-	-	-	-	-
AGROPECUÁRIA	79	6	17	14	26	34	176
FAZENDEIRO	1	1	-	-	-	-	2
LAVRADOR	74	5	17	13	25	33	167
LAVRADOR APOSENTADO	-	-	-	-	-	-	-
DESEMPREGADO RURAL	-	-	-	-	-	-	-
VAQUEIRO	3	-	-	1	1	-	5
CANDEIEIRO	-	-	-	-	-	-	-
APANHADOR DE ALGODÃO	1	-	-	-	-	-	1
OUTROS EMPREGADOS RURAIS	-	-	-	-	-	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL, MOBILIÁRIO E SERVIÇOS AFINS	21	2	-	-	3	6	32
EMPREITEIRO	-	-	-	-	-	-	-
MESTRE DE OBRAS	1	-	-	-	-	-	1
CARPINTEIRO	6	-	-	-	1	-	7
MARCINEIRO	2	1	-	-	1	-	4
OLEIRO	1	-	-	-	-	1	2
PEDREIRO	8	1	-	-	1	3	13
SERVENTE DE PEDREIRO	1	-	-	-	-	1	2
COBRIDOR DE CASAS	-	-	-	-	-	-	-
PINTOR	1	-	-	-	-	1	2
ESTAGIÁRIO CONSTRUÇÃO CIVIL	1	-	-	-	-	-	1
SERVIÇOS METALÚRGICOS E MECÂNICOS	9	-	2	-	-	1	12
MECÂNICO	4	-	-	-	-	-	4
FERREIRO	1	-	-	-	-	1	2
SERRALHEIRO	1	-	1	-	-	-	2
SOLDADOR	1	-	1	-	-	-	2
RETIFICADOR	1	-	-	-	-	-	1
LANTERNEIRO	1	-	-	-	-	-	1
COMÉRCIO	17	4	2	1	2	3	29
COMERCIANTE (MERCAD. EM GERAL)	6	4	2	0	1	3	16
VENDEDOR AMBULANTE	3	-	-	-	-	-	3
COMERCIÁRIO/BALCONISTA	6	-	-	1	-	-	7
AÇOUGUEIRO	1	-	-	-	1	-	2
PEIXEIRO	-	-	-	-	-	-	-
FARMACÊUTICO	1	-	-	-	-	-	1
TRANSPORTE EM GERAL E MANUTENÇÃO DE CARGA	3	-	-	1	-	-	4
MOTORISTA	2	-	-	-	-	-	2
CARROCEIRO	-	-	-	-	-	-	-
ARRUMADOR	1	-	-	1	-	-	2
DISTRIBUIDOR DE GÁS	-	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO	2	1	-	-	-	-	3
MÚSICO	1	-	-	-	-	-	1
LOCUTOR	1	1	-	-	-	-	2
PROFISSÕES LIBERAIS	2	1	-	-	-	1	4
TOPÓGRAFO	-	-	-	-	-	-	-
ENGENHEIRO CIVIL	-	-	-	-	-	-	-
CONTADOR	-	-	-	-	-	-	-
INDUSTRIAL OU EMPRESÁRIO	1	-	-	-	-	-	1
PROFESSOR	1	1	-	-	-	1	3

CONTINUA

CONTINUAÇÃO TABELA 8

ATIVIDADES	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO- LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTAL
<u>FUNCIÓNÁRIOS PÚBLICOS</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	-	-	-	-	<u>3</u>
<u>FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA</u>	-	-	-	-	-	-	-
MILITAR REFORMADO	-	-	-	-	-	-	-
<u>SERVIÇOS PESSOAIS E DE CONSERTO</u>	<u>15</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	-	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>25</u>
COSTUREIRA	7	3	-	-	-	-	10
ALFAIATE	3	1	1	-	1	-	6
BARBEIRO	-	-	-	-	-	-	-
SAPATEIRO	2	-	-	-	-	2	4
ENGRAXATE	1	-	-	-	-	-	1
RELOJEIRO	-	-	-	-	-	-	-
EMPREGADA DOMÉSTICA	-	-	-	-	-	1	1
LAVADEIRA	2	-	-	-	1	-	3
VIGIA	-	-	-	-	-	-	-
<u>DIVERSOS</u>	<u>12</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	-	<u>1</u>	<u>19</u>
CONFERENTE / ANOTADOR	1	-	-	-	-	-	1
OPERADOR	1	-	-	-	-	-	1
AJUDANTE DE OPERADOR	1	-	-	-	-	-	1
ENGARRAFADOR	-	-	-	1	-	-	1
SACRISTÃO	1	-	-	-	-	-	1
BRAÇAL	1	2	-	-	-	-	3
DESEMPREGADO NÃO AGRÍCOLA	-	-	-	-	-	-	-
DOMÉSTICA (DONA DE CASA)	7	1	2	-	-	-	10
ESTUDANTE	-	-	-	-	-	1	1
ARTESÃO (FAZ MANILHA)	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L :	163	22	24	17	33	49	308

FONTE: NAEA - PESQUISA BELÉM-BRASILIA - TRABALHO DE CAMPO - 1975

TABELA 9

FLUXOS DE MÃO DE OBRA OCUPADA NA AGRICULTURA
 AMOSTRA DE LOCALIDADES DA BELÉM-BRASÍLIA - 1975

SITUAÇÃO OCUPACIONAL EM RELAÇÃO À LAVOURA	L O C A L I D A D E S						TOTAL
	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO- LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	
TRABALHAVAM EM LAVOURA NA SUA PRIMEIRA OCUPAÇÃO	75	5	17	13	25	33	168
DEIXARAM SUA OCUPAÇÃO INICIAL NA LAVOURA	-40	-4	-6	-0	-9	-13	-72
PERMANECERAM ATÉ 1975 NA OCUPA- ÇÃO INICIAL DE LAVOURA	35	1	11	13	16	20	96
PASSARAM DE OUTRA OCUPAÇÃO INI- CIAL PARA A OCUPAÇÃO ATUAL NA LAVOURA	+3	+0	+2	+1	+2	+1	+9
ESTAVAM EM 1975 TRABALHANDO EM LAVOURA	38	1	13	14	18	21	105
- SEM OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	32	1	13	14	15	19	94
- COM ALGUMA OCUPAÇÃO SECUNDÁ- RIA	6	0	0	0	3	2	11

FONTE: NAEA - PESQUISA BELÉM-BRASÍLIA - TRABALHO DE CAMPO. - 1975

CONTINUAÇÃO TABELA 8

ATIVIDADES	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO- LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTAL
<u>FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	-	-	-	-	<u>3</u>
<u>FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA</u>	-	-	-	-	-	-	-
MILITAR REFORMADO	-	-	-	-	-	-	-
<u>SERVIÇOS PESSOAIS E DE CONSERTO</u>	<u>15</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	-	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>25</u>
COSTUREIRA	7	3	-	-	-	-	10
ALFAIATE	3	1	1	-	1	-	6
BARBEIRO	-	-	-	-	-	-	-
SAPATEIRO	2	-	-	-	-	2	4
ENGRAXATE	1	-	-	-	-	-	1
RELDJOEIRO	-	-	-	-	-	-	-
EMPREGADA DOMÉSTICA	-	-	-	-	-	1	1
LAVADEIRA	2	-	-	-	1	-	3
VIGIA	-	-	-	-	-	-	-
<u>DIVERSOS</u>	<u>12</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	-	<u>1</u>	<u>19</u>
CONFERENTE/ANOTADOR	1	-	-	-	-	-	1
OPERADOR	1	-	-	-	-	-	1
AJUDANTE DE OPERADOR	1	-	-	-	-	-	1
ENGARRAFADOR	-	-	-	1	-	-	1
SACRISTÃO	1	-	-	-	-	-	1
BRAÇAL	1	2	-	-	-	-	3
DESEMPREGADO NÃO AGRÍCOLA	-	-	-	-	-	-	-
DOMÉSTICA (DONA DE CASA)	7	1	2	-	-	-	10
ESTUDANTE	-	-	-	-	-	1	1
ARTESÃO (FAZ MANILHA)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL:	163	22	24	17	33	49	308

FONTE: NAEA - PESQUISA BELÉM-BRÁSILIA - TRABALHO DE CAMPO - 1975

TABELA 9

FLUXOS DE MÃO DE OBRA OCUPADA NA AGRICULTURA
 AMOSTRA DE LOCALIDADES DA BELÉM-BRASÍLIA - 1975

SITUAÇÃO OCUPACIONAL EM RELAÇÃO À LAVOURA	L O C A L I D A D E S						TOTAL
	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO- LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	
TRABALHAVAM EM LAVOURA NA SUA PRIMEIRA OCUPAÇÃO	75	5	17	13	25	33	168
DEIXARAM SUA OCUPAÇÃO INICIAL NA LAVOURA	-40	-4	-6	-0	-9	-13	-72
PERMANECERAM ATÉ 1975 NA OCUPA- ÇÃO INICIAL DE LAVOURA	35	1	11	13	16	20	96
PASSARAM DE OUTRA OCUPAÇÃO INI- CIAL PARA A OCUPAÇÃO ATUAL NA LAVOURA	+3	+0	+2	+1	+2	+1	+9
ESTAVAM EM 1975 TRABALHANDO EM LAVOURA	38	1	13	14	18	21	105
- SEM OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	32	1	13	14	15	19	94
- COM ALGUMA OCUPAÇÃO SECUNDÁ- RIA	6	0	0	0	3	2	11

FONTE: NAEA - PESQUISA BELÉM-BRASÍLIA - TRABALHO DE CAMPO. - 1975

TABELA 10
EVOLUÇÃO OCUPACIONAL DOS COLONOS-LAVRADORES
AMOSTRA DE LOCALIDADES DA BELÉM-BRÁSILIA - 1975

ATIVIDADE PRINCIPAL ATUAL	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTAL
<u>EXTRATIVISMO</u>	<u>2</u>	-	-	-	-	-	<u>2</u>
GARIMPEIRO	1	-	-	-	-	-	1
SERRADOR DE MADEIRA	1	-	-	-	-	-	1
<u>AGROPECUÁRIA</u>	<u>37</u>	<u>2</u>	<u>11</u>	<u>13</u>	<u>17</u>	<u>20</u>	<u>100</u>
LAVRADOR	35	1	11	13	16	20	96
LAVRADOR APOSENTADO	1	-	-	-	-	-	1
DESEMPREGADO RURAL	1	1	-	-	-	-	2
VAQUEIRO	-	-	-	-	1	-	1
<u>CONSTRUÇÃO CIVIL, MOBILIÁRIO E</u>							
<u>SERVIÇOS AFINS</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	-	-	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>11</u>
EMPRETEIRO	-	-	-	-	1	-	1
CARPINTEIRO	2	-	-	-	-	1	3
PEDREIRO	3	-	-	-	1	1	5
SERVENTE DE PEDREIRO	1	-	-	-	-	-	1
COBRIDOR DE CASAS	-	1	-	-	-	-	1
<u>SERVIÇOS METALÚRGICOS E MECÂNICOS</u>	<u>2</u>	-	-	-	-	<u>1</u>	<u>3</u>
MECÂNICO	1	-	-	-	-	1	2
FERREIRO	1	-	-	-	-	-	1
<u>COMÉRCIO</u>	<u>19</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	-	<u>5</u>	<u>3</u>	<u>31</u>
COMERCIANTE (MERCAD. EM GERAL)	17	1	3	-	5	3	29
VENDEDOR AMBULANTE	2	-	-	-	-	-	2
<u>TRANSPORTE EM GERAL E MANUTENÇÃO</u>							
<u>DE CARGA</u>	<u>3</u>	-	-	-	-	<u>3</u>	<u>6</u>
MOTORISTA	-	-	-	-	-	3	3
CARROCEIRO	1	-	-	-	-	-	1
ARRUMADOR	1	-	-	-	-	-	1
DISTRIBUIDOR DE GÁS	1	-	-	-	-	-	1
<u>PROFISSÕES LIBERAIS</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	-	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>5</u>
INDUSTRIAL OU EMPRESÁRIO	1	1	1	-	1	-	4
PROFESSOR	-	-	-	-	-	1	1
<u>SERVIÇOS PESSOAIS E DE CONSERTO</u>	<u>3</u>	-	<u>1</u>	-	-	<u>3</u>	<u>2</u>
BARBEIRO	-	-	-	-	-	1	1
SAPATEIRO	1	-	-	-	-	-	1
RELOJOEIRO	-	-	-	-	-	1	1
LAVADEIRA	1	-	1	-	-	1	3
VIGIA	1	-	-	-	-	-	1
<u>DIVERSOS</u>	<u>2</u>	-	<u>1</u>	-	-	-	<u>3</u>
BRAÇAL	-	-	1	-	-	-	1
DOMÉSTICA (DONA DE CASA)	2	-	-	-	-	-	2
T O T A L :	75	5	17	13	25	33	168

FONTE: NAEA - PESQUISA BELÉM-BRÁSILIA - TRABALHO DE CAMPO-1975.

* O QUADRO RETRATA A EVOLUÇÃO OCUPACIONAL DOS 168 COLONOS QUE TIVERAM COMO OCUPAÇÃO INICIAL A ATIVIDADE DE LAVOURA.

TABELA II

DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES POR SETOR DE ATIVIDADE
SEGUNDO A OCUPAÇÃO ATUAL
AMOSTRA DE LOCALIDADES DA BELÉM-BRASILIA — 1975

ATIVIDADES	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTAL
<u>EXTRATIVISMO</u>	3	-	-	-	-	1	4
GARIMPEIRO	1	-	-	-	-	1	2
QUEBRADOR DE CÔCO	-	-	-	-	-	-	-
SERRADOR DE MADEIRA	2	-	-	-	-	-	2
<u>AGROPECUÁRIA</u>	40	3	13	15	20	21	112
FAZENDEIRO	-	1	-	-	1	-	2
LAVRADOR	32	1	11	13	16	16	89
LAVRADOR APOSENTADO	1	-	-	-	-	1	2
DESEMPREGADO RURAL	1	1	-	-	-	-	2
VAQUEIRO	1	-	-	1	1	-	3
CANDEIEIRO	-	-	-	-	-	-	-
APANHADOR DE ALGODÃO	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS EMPREGADOS RURAIS	5	-	2	1	2	4	14
<u>CONSTRUÇÃO CIVIL, MOBILIÁRIO E SERVIÇOS AFINS</u>	24	2	-	-	4	7	37
EMPRETEIRO	-	-	-	-	1	-	1
MESTRE DE OBRAS	3	-	-	-	-	-	3
CARPINTEIRO	9	1	-	-	-	1	11
MARCINEIRO	1	-	-	-	1	1	3
OLEIRO	1	-	-	-	-	1	2
PEDREIRO	7	-	-	-	2	4	13
SERVENTE DE PEDREIRO	2	-	-	-	-	-	2
COBRIDOR DE CASAS	-	1	-	-	-	-	1
PINTOR	1	-	-	-	-	-	1
ESTAGIÁRIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-	-	-	-	-	-
<u>SERVIÇOS METALÚRGICOS E MECÂNICOS</u>	8	-	1	1	-	1	11
MECÂNICO	5	-	-	1	-	1	7
FERREIRO	2	-	-	-	-	-	2
SERRALHEIRO	1	-	-	-	-	-	1
SOLDADOR	-	-	1	-	-	-	1
RETIFICADOR	-	-	-	-	-	-	-
LANTERNEIRO	-	-	-	-	-	-	-
<u>COMÉRCIO</u>	36	6	5	1	2	6	51
COMERCIANTE (MERCAD. EM GERAL)	28	6	5	-	5	5	49
VENDEDOR AMBULANTE	6	-	-	-	1	-	7
COMERCIÁRIO/BALCONISTA	1	-	-	1	-	-	2
AÇOUGUEIRO	-	-	-	-	1	-	1
PEIXEIRO	1	-	-	-	-	-	1
FARMACÊUTICO	-	-	-	-	-	1	1
<u>TRANSPORTE EM GERAL E MANUTENÇÃO DE CARGA</u>	9	-	-	-	-	3	12
MOTORISTA	5	-	-	-	-	3	8
CARROCEIRO	2	-	-	-	-	-	2
ARRUMADOR	1	-	-	-	-	-	1
DISTRIBUIDOR DE GÁS	1	-	-	-	-	-	1
<u>COMUNICAÇÃO</u>	2	-	-	-	-	-	2
MÚSICO	1	-	-	-	-	-	1
LOCUTOR	1	-	-	-	-	-	1
<u>PROFISSÕES LIBERAIS</u>	12	3	2	-	1	4	22
TOPÓGRAFO	1	-	-	-	-	-	1
ENGENHEIRO CIVIL	1	-	-	-	-	-	1
CONTADOR	-	-	-	-	-	1	1
INDUSTRIAL OU EMPRESÁRIO	10	2	2	-	1	1	16
PROFESSOR	-	1	-	-	-	2	3

CONTINUA

CONTINUAÇÃO TABELA II

ATIVIDADES	NOVA IMPERATRIZ	UNIÃO	CACAU	Colônia GURUPI	CARMO LÂNDIA	NOVA GLÓRIA	TOTA
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	1	2	-	-	-	-	3
FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA	-	-	-	-	-	1	1
MILITAR REFORMADO	-	-	-	-	-	1	1
SERVIÇOS PESSOAIS E DE CONSERTO	18	4	2	-	1	5	30
COSTUREIRA	9	3	1	-	-	-	13
ALFAIATE	2	1	-	-	1	-	4
BARBEIRO	-	-	-	-	-	1	1
SAPATEIRO	3	-	-	-	-	1	4
ENGRAXATE	-	-	-	-	-	-	-
RELOJOEIRO	-	-	-	-	-	1	1
EMPREGADA DOMÉSTICA	-	-	-	-	-	1	1
LAVADEIRA	4	-	1	-	-	1	6
VIGIA	1	-	-	-	-	-	1
DIVERSOS	9	2	1	-	-	-	12
CONFERENTE/ANOTADOR	1	-	-	-	-	-	1
OPERADOR	1	-	-	-	-	-	1
AJUDANTE DE OPERADOR	-	-	-	-	-	-	-
ENGARRAFADOR	-	-	-	-	-	-	-
SACRISTÃO	-	-	-	-	-	-	-
BRAÇAL	1	1	1	-	-	-	3
DESEMPREGADO NÃO AGRÍCOLA	1	-	-	-	-	-	1
DOMÉSTICA (DONA DE CASA)	4	1	-	-	-	-	5
ESTUDANTE	-	-	-	-	-	-	-
ARTESÃO (FAZ MANILHA)	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL:	163	22	24	17	33	49	308

FONTE: NAEA — PESQUISA BELÉM-BRASÍLIA — TRABALHO DE CAMPO. — 1975.

5. CARACTERÍSTICAS

Uma primeira característica do Baixo Terciário reside no seu baixo nível de produtividade. Essa subprodutividade se manifesta tanto pelo número demasiadamente reduzido quanto pelo excesso de horas de trabalho. O primeiro caso seria o da mulher que vende "cuscuZ" só na hora do desjejum, durante duas horas. O segundo seria o caso da pessoa que emenda trabalho diurno e noturno, para uma renda de simples subsistência ou abaixo. Existe desproporção entre a ocupação e o rendimento. Isso, aliás, não é exclusivo deste subsetor e se encontra igualmente em empresas capitalistas (balconistas e vendedores do comércio) ou na administração pública.

Ao contrário do que se pode verificar na indústria, esta subprodutividade não será diretamente ligada ao fato de o processo de produção exigir um certo grau de qualificação para maximizar o produto, mas sim ao mercado e à demanda — ou ainda à discrepância entre a oferta potencial de bens e serviços e a sua demanda efetiva. O poder aquisitivo acumulado no mercado virtual é tão reduzido que limita a demanda abaixo das necessidades básicas e a oferta potencial tão elástica que o preço se estabelece, necessariamente, a um nível extremamente abaixo.

A margem de "lucro", portanto, é das mais reduzidas e só pode ser considerada tal pela sub-remuneração dos fatores, como observa ainda Paul Singer. Não se trata somente do trabalho obviamente sub-remunerado, muitas vezes bem abaixo do salário mínimo; quando se computa o trabalho agregado dos diversos membros da família, temos o exemplo do casal que trabalha na feira com ajuda dos filhos, ou da dona de casa que conta com os filhos para vender, na rua, bolos, pastéis ou beijos preparados em casa.

O "capital" também é sub-remunerado; sua amortização não se calcula; não se constitui algo equivalente a um fundo de depreciação; os equipamentos são utilizados até seu total desgaste, como acontece com os carros de aluguel ou camionetas; a sua reposição não se faz pela inclusão, no preço, dos custos de capital, mas pela prolongação do tempo de trabalho. O mesmo pode se dizer em relação aos prédios, casas ou barracas. O baixo preço dos serviços ainda se sustenta pela não remuneração da "terra", no caso

dos serviços prestados na rua, nas calçadas, no perímetro externo das feiras. O subsetor escapa, também, em parte, à tributação, às taxas de contribuições de previdência social. Na medida, entretanto, em que a administração pública se torna mais eficiente, essas vantagens competitivas são cada vez mais aleatórias.

O baixo preço tem por corolário a alocação no setor de grande número de crianças e a combinação por conta de uma mesma pessoa de mais de uma ocupação, muitas vezes, sem relação funcional uma com outra: de 69 pessoas preliminarmente consideradas no baixo Terciário em Nova Imperatriz, 20 declararam duas ocupações; lavrador e barbeiro; lavrador e engraxate; carpinteiro e barbeiro; marceneiro e farmacêutico (prático); pintor e encanador; um que "faz manilha e toca banjo"; pedreiro e carpinteiro; pedreiro e barbeiro; comerciante e vigia; ambulante e doceira; lavadeira e carvoeira; contínuo e carpinteiro.

O subsetor revela, portanto, da parte dos seus componentes, um grau elevado de criatividade e de "jeito", a serviço da sobrevivência, uma aguda faculdade de adaptação às circunstâncias. Poderia se comparar com a capacidade reconhecida ao empresário típico de combinar os fatores, aproveitar o mercado e criar novos produtos. Foi observado, em Imperatriz, o caso de pessoas que, morando às proximidades da rodoviária, alugam a prostitutas o próprio quarto e a cama, na hora dos encontros... A imaginação das crianças para criar necessidades não é inferior à dos fabricantes de produtos farmacêuticos ou de higiene, no mercado capitalista... Ela é apenas menos retribuída!

6. CONCLUSÃO

Como foi indicado no início deste trabalho, a observação direta foi um elemento decisivo da análise. *Metodologicamente* acreditamos ter mostrado a utilidade desse tipo de abordagem: primeiro os estudos, sobretudo os econômicos, são, muitas vezes, demasiadamente gerais; os setores são analisados como um todo, sem levar em consideração sua diversificação interna. Segundo, certos modelos analíticos utilizados com base puramente estatística, tendências e projeções, talvez válidos para outros tipos de economia, podem criar distorções ou esconder aspectos importantes da reali-

dade, quando aplicados a regiões subdesenvolvidas, sem os corretivos da observação sistemática.

Substancialmente, ou seja, em termos da própria realidade pesquisada, esse estudo pode ilustrar as conseqüências de uma decisão política não integrada num planejamento global. Uma rodovia da importância da Belém-Brasília não se limita a unir dois pontos extremos; ela transforma uma paisagem física e sócio-econômica; ela não é puramente obra de engenharia, mas um ato de política, ou seja, ela repercute na vida das populações para integrá-las ou marginalizá-las, para reduzir ou reforçar distâncias sociais inter-regionais ou interestratais. Na ausência de medidas adequadas, os mecanismos de dominação atuam, inevitavelmente, no sentido da concentração das vantagens e da desigual distribuição dos benefícios e custos, como aconteceu no caso em estudo. Não se trata, obviamente, de negar as contribuições da rodovia, mas, simplesmente, denunciar a má repartição dos seus benefícios.

Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais *

O presente estudo pretende examinar, de um ponto de vista crítico, alguns aspectos da política governamental, relacionados com as áreas de colonização amazônicas. Aborda o problema sob um enfoque regional, ou, até certo ponto regionalista, devido à orientação do Centro onde se desenvolveu essa reflexão: o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Esta abordagem talvez não difira muito de outras, a não ser na declaração explícita e no registro do posicionamento dos autores, como também no reconhecimento da existência, no país, de interesses especificamente regionais com características conflitivas.

1. O PROBLEMA: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA

O problema aqui colocado concerne à política governamental, em relação às áreas amazônicas de colonização, com ênfase na experiência da colonização chamada espontânea ou ainda não-dirigida, no caso, a colonização ao longo da rodovia Belém-Brasília.

Caberia aqui perguntar até que ponto é válido falar em política governamental, tratando-se de colonização não-dirigida, ou seja, dessa que se processaria "espontaneamente". Na realidade, a colonização espontânea é muito mal batiza-

* Trabalho escrito em 1977, para integrar uma coletânea de seis ensaios sobre a Amazônia e recentemente publicado. COSTA, José Marcelino Monteiro da, ed. *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. A presente versão inclui algumas modificações e atualiza alguns dados relativos ao Cadastro do INCRA.

da; ela não tem, geralmente, e pelo menos não tem, no caso da Belém-Brasília, essa característica de espontaneidade, seja essa entendida como ausência de necessidades ou de compulsão (uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, sai da sua terra pressionado por diversas premências), seja entendida pejorativamente, no sentido de iniciativa desordenada, com falta de previsão.

Colonização espontânea e dirigida não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma entidade privada), outra isenta dela. Nos sistemas políticos modernos, inclusive os mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre a interferência do Estado, direta ou indireta, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva. Medidas de política envolvem todas as dimensões e todos os aspectos da vida social, de forma impositiva, incentivadora ou simplesmente permissiva ou omissa. Essas medidas são seletivas, por exemplo: em relação a setores ou subsetores da atividade econômica, estimulando alguns e abandonando outros a si mesmo; em relação a esferas de interesses, grupos econômicos e sociais, classes, privilegiando uns e sacrificando outros. O conjunto de tais decisões é que dá forma ao modelo econômico e social de um país. A mudança de perspectiva entre o I e o II PND é sugestiva a esse respeito; opções setoriais, regionais e sociais foram revisadas; foram contemplados segmentos antes preteridos. A preterição, também, resulta de escolha. Nesse sentido, a colonização dita espontânea não é menos condicionada pelas políticas governamentais que a dirigida, embora o seja de forma diversa; não reside nisso a diferença.

A distinção entre colonização espontânea e dirigida diz mais respeito, no contexto moderno, aos momentos e à intensidade da interferência do poder público, presente em ambos os casos. As experiências da Belém-Brasília e da Transamazônica, respectivamente, poderiam servir de ilustração para essa afirmativa. A colonização é dita "dirigida" quando há interferência direta e orientação formal, na fase **inicial** do processo e na própria implantação, ou seja, quando há iniciativa externa aos colonos nesta fase primordial (momento). É o caso da Transamazônica. Essa iniciativa, geralmente, é voltada para abertura de uma região, a esco-

lha da área de colonização, a localização, o tamanho, a forma, a demarcação ou a distribuição dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão ser assentados, o local das moradias, o tipo de exploração econômica, etc... São múltiplos os campos possíveis de interferência, como são diversas as suas formas e seu grau (intensidade).

A colonização é "espontânea" quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposição sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas a critério dos indivíduos ou grupos colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momento) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade).

A professora Darcy da Silva¹ distingue e define três formas de colonização: a espontânea, que se "caracteriza pelo estabelecimento de grupos humanos..., com seus próprios recursos e por livre iniciativa"; a forma dirigida que "envolve um mínimo de orientação — quer seja na escolha da área, quer na organização da área, etc..."; a forma planejada que "já envolve todo um planejamento tanto na escolha da área geográfica, da seleção dos grupos que irão ocupá-la, como do aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser nela realizada". Nenhuma dessas três formas, nem a primeira nem as outras, quando promovidas por entidades privadas, é imune à ação do Estado. A colonização espontânea, mesmo na sua fase inicial, é condicionada por determinadas políticas, impositivas ou permissivas, que repercutem nos lugares de origem ou de residência anterior dos colonos ou na própria área de colonização. Certas políticas têm uma relação direta com a colonização; por exemplo, a política fundiária, a política agrícola ou a política creditícia. Outras, têm uma relação indireta, como a política de transporte e comunicações; as políticas regionais e de integração nacional. Para ilustrar: as cláusulas, reservas ou silêncios do Estatuto da Terra influem em todo o processo de colonização, mesmo não-dirigida, desde a migração inicial do colono até sua fixação ou uma nova expulsão. À medida em que a colonização espontânea se desenvolve, o povoamento se adensa e as frentes de expansão se integram progressivamente à economia na-

¹ SILVA, Darcy da. Colonização e Zonas Pioneiras, in: Anais da Associação dos Geógrafos, Vol. XVIII, São Paulo, 1973, p. 197/98.

cional — o fenômeno se processa com rapidez, hoje, no país — essas políticas têm um impacto crescente. Foi o que aconteceu na Belém-Brasília, com os programas de incentivos fiscais, o PROTERRA, os Projetos Fundiários, os planos de abertura de estradas. O mesmo está acontecendo agora na área da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém, da PA-70, etc. Em virtude dos mecanismos seletivos que mencionamos acima, essas políticas repercutem, de forma diferente e com efeitos muitas vezes contrários, nos diversos grupos sociais envolvidos na colonização. Dentro da perspectiva própria da presente pesquisa, é do ponto de vista das suas conseqüências para a população migrante que analisamos alguns aspectos da política relacionada com a colonização.

2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Não acreditamos que a estrutura fundiária seja responsável por todos os problemas que afligem o setor agrícola, principalmente o seu estrato mais sacrificado. Ela é um dos componentes básicos dessa problemática e, sobretudo, quando analisada na sua dinâmica, um indicador expressivo das tendências das políticas. O seu estudo constitui, portanto, uma base indispensável de análise.

A estrutura fundiária dos 53 municípios estudados na área da Belém-Brasília revela perfis bastante variados, segundo as regiões e conforme as influências históricas que determinaram a fisionomia sócio-econômica de cada uma delas. Distinguimos quatro tipos que chamamos de : superconcentrado, concentrado, pulverizado e superpulverizado.

As suas características são ilustradas em anexo por tabelas que retratam a distribuição da propriedade em cinco municípios típicos e pelas curvas de Lorenz correspondentes.

O tipo superconcentrado corresponde a municípios, onde propriedades de 1.000 ou mais hectares perfazem mais de 50% da área apropriada e pertencem a menos de 20% dos proprietários; existem propriedades acima de 10.000 ha; a média é superior a 400 ha.

GRÁFICO 1
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
CURVA DE LORENZ E COEFICIENTE DE GINI
MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - GOIÁS — 1976

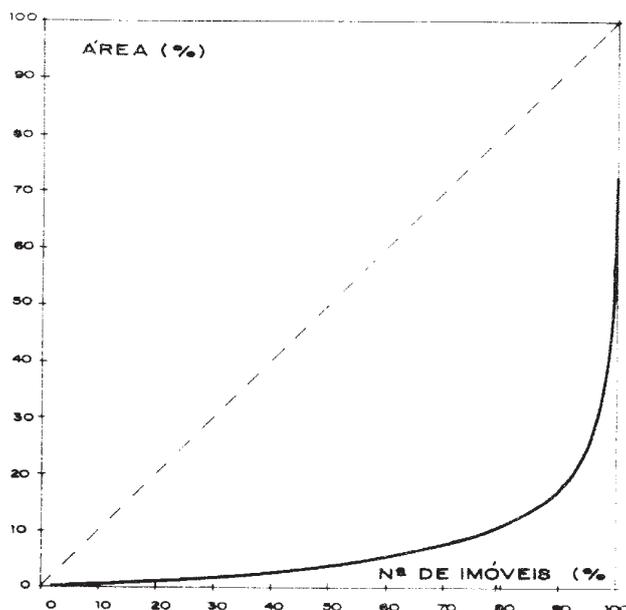


TABELA 12
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - GOIÁS — 1976

Classes de Área (ha)	Número de Imóveis Por Classe		Áreas por Classes (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
Menos de 2	3	0,19	3	1	0,00
2 a < de 5	18	1,12	64	3	0,01
5 a < de 10	18	1,12	140	7	0,02
10 a < de 25	181	11,27	3661	20	0,41
25 a < de 50	373	23,23	15482	41	1,73
50 a < de 100	357	22,23	28709	80	3,21
100 a < de 200	265	16,50	37054	139	4,14
200 a < de 500	244	15,19	90716	330	9,03
500 a < de 1000	53	3,30	40583	765	4,54
1000 a < de 2000	37	2,30	53220	1438	5,95
2000 a < de 5000	41	2,55	121224	2956	13,56
5000 a < de 10000	4	0,25	31222	7805	3,49
10000 a +	12	0,75	481912	40159	53,91
TOTAL	1606	100,00	893990	556	100,00

GINI: 0,86 (Cálculos NAEA)
FONTE: NAEA, Pesquisas "Belém-Brasília", 1978.

O tipo concentrado caracteriza municípios onde as propriedades superiores a 1.000 ha representam entre 30% e 50% da área apropriada; a propriedade média oscila entre 100 e 400 ha.

GRAFICO 2
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
CURVA DE LORENZ E COEFICIENTE DE GINI
MUNICÍPIO DE GUARAI - GOIÁS — 1976

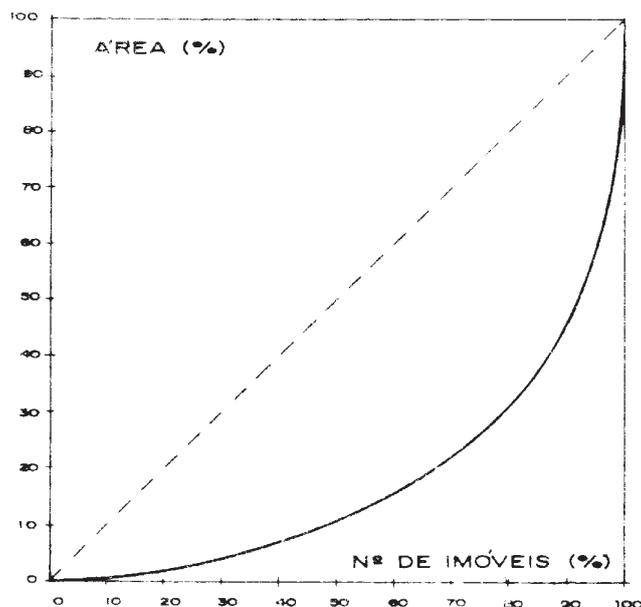


TABELA 13
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE GUARAI - GOIÁS — 1976

Classes de Área (ha)	Número de Imóveis Por Classe		Áreas por Classes (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
Menos de 2	0	0,00	0	0	0,00
2 a < de 5	0	0,00	0	0	0,00
5 a < de 10	4	0,47	30	7	0,01
10 a < de 25	19	2,24	371	19	0,11
25 a < de 50	82	9,68	2884	35	0,85
50 a < de 100	126	14,88	8858	70	2,61
100 a < de 200	235	27,74	32727	139	9,65
200 a < de 500	232	27,39	69044	301	20,60
500 a < de 1000	81	9,56	55990	691	16,51
1000 a < de 2000	46	5,43	61705	1341	18,20
2000 a < de 5000	17	2,01	55065	3239	16,24
5000 a < de 10000	4	0,47	33247	8311	9,80
10000 a +	1	0,12	18392	18392	5,42
TOTAL	847	100,00	339113	400	100,00

GINI: 0,65 (Cálculos NAEA)
FONTE: NAEA, Pesquisas "Belém-Brasília", 1978.

O pulverizado representa municípios onde mais de 75% dos proprietários se repartem de 30% a 50% da área apropriada, na forma de propriedades de 10 a 100 ha; menos de 20% é constituída de terras de tamanho superior a 1.000 ha; a média se situa entre 50 e 75 ha.

GRÁFICO 3
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
CURVA DE LORENZ E COEFICIENTE DE GINI
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ - PARÁ — 1976

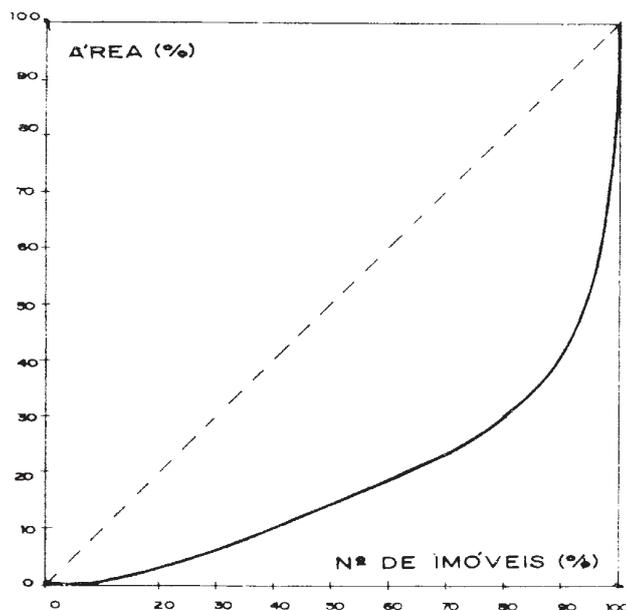


TABELA 14
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARÁ - PARÁ — 1976

Classes de Área (ha)	Número de Imóveis Por Classe		Áreas por Classes (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
Menos de 2	13	1,27	13	1	0,02
2 a < de 5	56	5,46	159	2	0,29
5 a < de 10	42	4,10	276	6	0,50
10 a < de 25	444	43,32	8301	18	15,00
25 a < de 50	283	27,61	8506	30	15,37
50 a < de 100	96	9,37	6362	66	11,49
100 a < de 200	46	4,49	6312	137	11,41
200 a < de 500	28	2,73	8820	315	15,94
500 a < de 1000	12	1,17	8084	673	14,61
1000 a < de 2000	3	0,29	3327	1109	6,01
2000 a < de 5000	2	0,19	9178	2589	9,36
5000 a < de 10000	0	0,00	0	0	0,00
10000 a +	0	0,00	0	0	0,00
TOTAL	1025	100,00	55338	53	100,00

GINI: 0,64 Cálculos NAEA)
FONTE: NAEA, Pesquisas "Belém-Brasília", 1978.

O superpulverizado é típico dos municípios que têm mais de 50% da sua área apropriada compartilhada entre mais de 85% dos proprietários em lotes de 10 a 100 ha; menos de 10% da mesma é constituída por propriedades superiores a 1.000 ha; a média é próxima ou superior a 50 ha.

GRÁFICO 4
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
CURVA DE LORENZ E COEFICIENTE DE GINI
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU - PARÁ — 1976

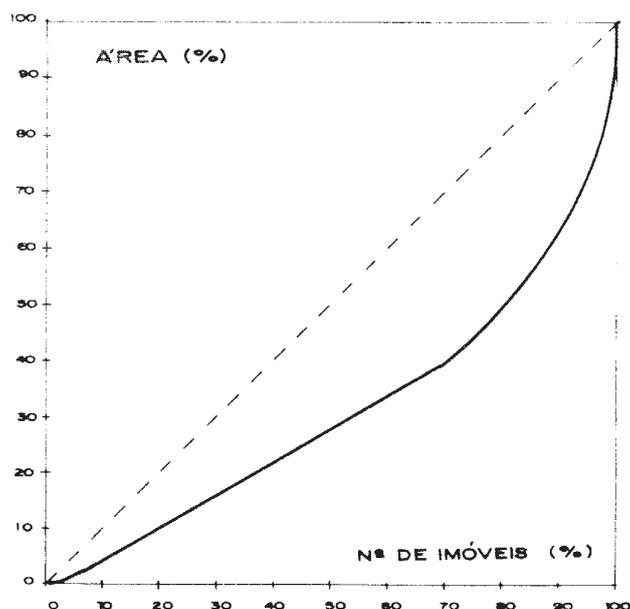


TABELA 15
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU - PARÁ — 1976

Classes de Área (ha)	Número de Imóveis Por Classe		Áreas por Classes (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
até de 2	4	0,37	3	0	0,00
a < de 5	7	0,65	14	2	0,03
5 a < de 10	9	0,83	59	6	0,13
10 a < de 25	85	7,84	1701	20	3,71
25 a < de 50	703	64,85	18028	25	39,36
50 a < de 100	204	18,82	11993	58	26,18
100 a < de 200	56	5,17	6943	123	15,16
200 a < de 500	13	1,20	3682	283	8,04
500 a < de 1000	2	0,18	1446	723	3,16
1000 a < de 2000	1	0,09	1936	1936	4,23
2000 a < de 5000	0	0,00	0	0	0,00
5000 a < de 10000	0	0,00	0	0	0,00
10000 a < de	0	0,00	0	0	0,00
TOTAL	1084	100,00	45805	42	100,00

GINI: 0,38 (Cálculos NAEA)
FONTE: NAEA, Pesquisas "Belém-Brasília", 1978.

GRÁFICO 5
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
CURVA DE LORENZ E COEFICIENTE DE GINI
MUNICÍPIO DO SANTA MARIA DO PARÁ - PARÁ — 1976

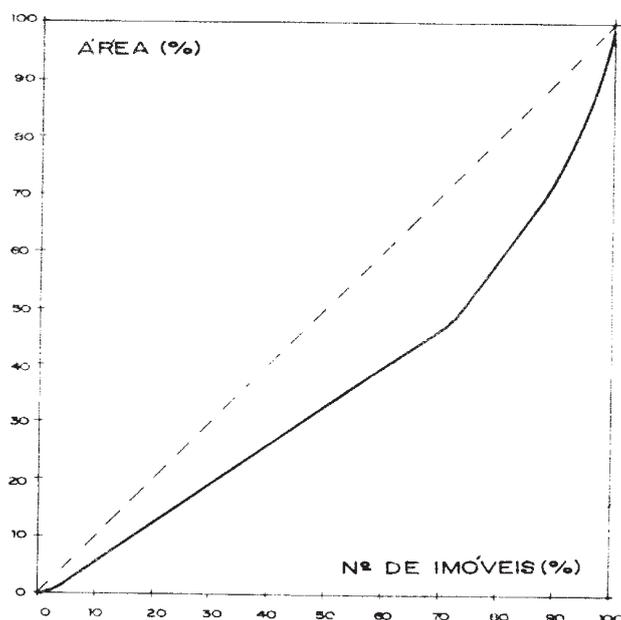


TABELA 16
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO PARÁ - PARÁ — 1976

Classes de Área (ha)	Número de Imóveis Por Classe		Áreas por Classes (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
Menos de 2	0.	0.00	0	0	0.00
2 a < de 5	7.	0.96	17	2.	0.06
5 a < de 10	4.	0.55	23	5.	0.09
10 a < de 25	20.	2.74	373	18.	1.40
25 a < de 50	503.	69.00	12758	25.	47.89
50 a < de 100	160.	21.95	8995	56	33.76
100 a < de 200	32.	4.39	3740	116	14.04
200 a < de 500	3.	0.41	734	244	2.76
500 a < de 1000	0.	0.00	0	0	0.00
1000 a < de 2000	0.	0.00	0	0	0.00
2000 a < de 5000	0.	0.00	0	0.	0.00
5000 a < de 10000	0.	0.00	0	0	0.00
10000 a +	0.	0.00	0	0.	0.00
TOTAL	729	100.00	26640	36.	100.00

GINI: 0,28 (Cálculos NAEA)
 FONTE: NAEA, Pesquisas "Belém-Brasília", 1978.

Nas duas primeiras categorias, se enquadram quase todos os municípios da Amazônia Goiana e Maranhense; nas duas últimas, a maior parte dos municípios da Bragantina, no Pará, e o município de Ceres, em Goiás. Esses últimos, ao contrário dos primeiros, fizeram parte de programas de colonização dirigida. A sua atual estrutura agrária tem suas

raízes no tipo de loteamento realizado pelos governos da época. O loteamento foi sistemático, planejado, no caso de Ceres. Na Bragantina, ele resultou de concessões feitas pelo Estado em épocas sucessivas e de modo pouco ordenado, mas, geralmente, dentro de um mesmo módulo; desse esquema fogem apenas dois dos 13 municípios, Bragança e São Miguel do Guamá, cuja ocupação data dos tempos da Colônia e cuja estrutura agrária decorre do sistema das sesmarias. Fora desses dois municípios periféricos, pouco atingidos pela colonização oficial, são raras, nessa micro-região, as propriedades superiores a 1.000 ou mesmo a 500 ha.

A colonização Bragantina remonta a um século. Durante esse intervalo, a estrutura fundiária não se modificou sensivelmente, continuando a prevalecer o minifúndio. Não se percebe tendência acentuada ao agrupamento de lotes; só ultimamente se observam indícios nesse sentido. O que se verificou foi uma certa divisão das propriedades, mas muitas permanecem na forma de espólios não divididos entre os herdeiros.

Em Goiás e no Maranhão, ao contrário da Bragantina, observa-se uma concentração rápida e violenta das propriedades. Na maior parte dos municípios, já existia o latifúndio associado à pecuária extensiva, como expressão de riqueza e poder na sociedade rural tradicional. Nas áreas novas, praticamente desocupadas antes das grandes migrações das duas últimas décadas, a concentração se reforçou.

Sem querer generalizar, pode-se, entretanto, constatar que a colonização dirigida instalou nessas regiões o minifúndio, enquanto a colonização espontânea favoreceu o latifúndio. Em ambos os casos, houve, influência de determinadas políticas, explícitas ou implícitas.

Na *colonização dirigida* expressa-se uma intervenção do Poder Público, com vistas à distribuição de terras devolutas, segundo um módulo estabelecido inicialmente com o objetivo de fixar o homem à terra. Tal política foi formulada, por exemplo, no Decreto-Lei de 14 de fevereiro de 1941, ou mais tarde, no Decreto-Lei nº 7967, de 18 de setembro de 1945. O primeiro destacava como objetivo da criação de colônias agrícolas "receber e fixar como proprietários rurais cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão

² BRASIL — SUDAM. Colonização na Amazônia, Belém, s.d., mimeo.

³ BRASIL — SPVEA. SPVEA, 1954/1960. Política de Desenvolvimento da Amazônia, Rio de Janeiro, Ed. Livro S/A., s.d.

para os trabalhos agrícolas". O segundo estipulava que "colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais". Nos últimos anos, a tendência se inverteu e deu-se um grande passo no sentido contrário, como ficou manifesto em pronunciamentos ministeriais e em estudos oficiais. Segundo um documento interno da SUDAM², na Amazônia, "as particularidades ecológicas não sugerem a viabilidade de absorver grandes contingentes migratórios empenhados em desenvolver agricultura tradicional em pequenas propriedades familiares... A política de colonização aperfeiçoada e concebida na observância dos fatores regionais deverá conduzir à emergência de formas cooperativas e empresariais no meio rural".

No caso da *colonização espontânea*, não houve, *aparentemente*, interferência institucional. Mas, na realidade, o que estava se passando era do conhecimento oficial, apontado na época pelos estudos da SPVEA³, e a ocupação dos espaços livres se encaixava inicialmente, numa política, que era de "laissez-faire. Posteriormente, foi substituída por uma política seletiva de estímulos à grande propriedade, via incentivos fiscais. Embora através de instrumentos diferentes e com um grau menor de interferência, a política para a colonização espontânea acompanhava a mesma evolução da política aplicada à colonização dirigida.

A estrutura fundiária atualmente verificada ao longo da Belém-Brasília é o resultado histórico da participação institucional na ocupação da terra. A propriedade familiar e a estrutura pulverizada, conseqüências do loteamento, continuam sendo a norma nas áreas de colonização dirigida. A grande propriedade e a estrutura concentrada tendem a caracterizar tanto as áreas ocupadas no tempo da Colônia (leste da Bragantina e margens dos grandes rios), como as de colonização espontânea recente.

Ora, o regime fundiário é um elemento básico da colonização agrícola, porque condiciona toda atividade à fixação e a permanência dos colonos, e finalmente, é associado à estrutura da sociedade rural. As políticas governamentais, explícitas ou implícitas, no que respeita à ocupação, posse e apropriação privada da terra são, portanto, decisivas para o futuro da colonização, seja ela dirigida, seja ela espontânea. É nesta perspectiva que nos cabe avaliar essas políticas e suas conseqüências.

3. FIXAÇÃO À TERRA E ALOCAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EXCEDENTE

Os problemas relativos à terra implicam em aspectos mais econômicos, tais como : viabilidade econômica e rentabilidade dos empreendimentos; aproveitamento racional dos recursos naturais e preservação do ambiente; e em aspectos mais sociais, tais como : fixação do homem à terra, ou, ao contrário, êxodo rural, excedentes e absorção de mão-de-obra, conflitos de terra.

Abordamos primeiro o problema de fixação à terra e dos excedentes de mão-de-obra. A experiência verificada nas áreas de estudo apresenta-se bastante negativa, embora em graus diferentes. A estrutura fundiária, caracterizada em certas áreas pelo minifúndio, em outras pelo latifúndio, tem provocado o êxodo da população agrícola; as causas, entretanto, as formas e os ritmos são diferentes, segundo os casos.

Nas áreas de *colonização dirigida*, o minifúndio resulta em êxodo, mas geralmente o fenômeno se manifesta na segunda ou terceira geração e atinge a população jovem, em idade próxima de sua entrada na força do trabalho. A colonização dirigida adotou, na região, um módulo colonial bastante reduzido (entre 25 e 50 ha). Tal módulo é suficiente para assentar uma família jovem e garantir sua subsistência em regime de agricultura tradicional; ele não oferece condições de permanência para a segunda ou terceira geração. Dentro dos padrões familiares vigentes no meio rural, a família numerosa é a regra; a média verificada no universo de estudo é de mais de 5 filhos. Supondo a tecnologia constante, o lote se torna insuficiente no espaço de uma geração; surge, então, o êxodo rural.

O município de Ceres, que resultou totalmente da Colônia agrícola criada em 1941, no meio de matas praticamente desocupadas, tinha, em 1950, uma população de 29.522 habitantes e de 42.803, em 1960; ela diminuiu para 39.524, em 1970, segundo o Censo, registrando, portanto, em relação a 1960, um decréscimo de 7,76%, no conjunto, e de 21,37%, na sua parte rural.

Quanto à Bragantina, o Censo de 1940 indica uma queda violenta de sua população — tão violenta que se chegou a por em dúvida a confiabilidade dessas informações. Mes-

mo aceitando como corretos esses dados, a estimativa de evasão deveria levar em conta os retornos do migrante nordestino para sua terra; de qualquer maneira, parece ter havido importante êxodo. No que concerne a uma época mais recente — o intervalo entre os Censos de 1960 e 1970 — o crescimento demográfico não passou de 15,55%, bastante inferior à taxa de crescimento vegetativo, que denota uma importante emigração líquida. Metade, aliás, do crescimento microrregional favoreceu o centro urbano de Castanhal, cuja população aumentou em 152%, entre os dois Censos. A população ocupada no setor primário manteve-se simplesmente em números absolutos, mas a sua participação percentual no conjunto da população economicamente ativa diminuiu em 10%, aproximadamente, embora não tenha surgido, na região, um número expressivo de novas oportunidades de emprego. É legítimo supor que a terra não suporta mais acréscimo de população, nas condições tecnológicas dadas, gerando, portanto, excedentes que deixam a agricultura. Os dados extraídos do questionário, aplicado em 1976 na parte rural e suburbana do município de Castanhal, confirmam essa inferência. Das 83 pessoas entrevistadas, 45 tinham iniciado sua vida ativa na agricultura, como proprietários rurais, ocupantes ou trabalhadores rurais; somente 32 permaneceram na agricultura; em contrapartida, 4 tinham mudado de outra atividade para atividades agrícolas; a evasão do setor se fixa, portanto, em 20%. Convém ainda ressaltar que a maior parte dos trabalhadores da região sobrevive em nível econômico extremamente baixo. A fixação à terra, que resultou na Bragantina da forma de colonização, não foi acompanhada da elevação do nível de vida, saúde e instrução que foram colocados, mais tarde, como objetivos da colonização (Decreto-Lei 1967, já citado), nem tampouco (e isso poderia ser uma explicação parcial) do preparo técnico. No que concerne ao módulo colonial, a experiência leva a crer que não foi suficiente, nem na Bragantina, nem em Ceres, para manter a população na agricultura. Cabe registrar a esse propósito que a prática atual, ilustrada na colonização ao longo da Transamazônica, passou para um módulo familiar de 100 ha.

Nas áreas de *colonização espontânea* mais recentes, o êxodo resulta da concentração da terra e da expansão do latifúndio. A um período de imigração intensiva já se está sucedendo o tempo da emigração. Na segunda metade da

década de 50 e ao longo da década de 60, chegaram levas numerosas de migrantes que ocuparam as terras devolutas ainda abundantes, principalmente áreas de floresta. A população das microregiões de Imperatriz e do Baixo Araguaia Goiano fez mais do que duplicar, entre 1960 e 1970 (aumentando em 112% e 118%, respectivamente), enquanto as microrregiões do Extremo Norte Goiano e do Médio Tocantins-Araguaia cresciam em mais de 60% (61% e 63%, respectivamente). Numa primeira fase, o livre acesso às terras devolutas permitiu a esses migrantes implantarem sua roça e se dedicarem à lavoura de subsistência; mas a falta de garantias efetivas estimulou rapidamente a expansão irrestrita do latifúndio. Por exemplo, o município de Imperatriz, coberto, em grande parte, por mata virgem possuía, até a abertura da Belém-Brasília, uma ampla faixa de terras devolutas totalmente inabitadas. Em 1976, 90% dos 13.352km² do município eram declarados no INCRA como propriedades privadas. Noventa e três delas, pertencentes, na sua generalidade, a pessoas físicas não naturais da região, cobriam mais de um quinto desse imenso município, 4.420 outras se repartindo o resto. Embora geralmente sem reconhecimento legal (pelo menos, na época, não se tinha efetivado a ação discriminatória e a legalização dos títulos), essas propriedades são fechadas à penetração de terceiros. Por falta de medidas adequadas, a concentração se faz inclusive à revelia da própria lei, até da Constituição. Através de títulos falsos, são apropriadas áreas superiores aos 3.000 ha, cuja alienação ou concessão não poderia se realizar sem prévia aprovação do Senado Federal (Artigo 171, § Único da Constituição). Uma prática bem conhecida é a reunião, nas mãos de um mesmo dono, de várias áreas, cada uma um pouco inferior aos 3.000 ha; a concentração é disfarçada pelo registro das propriedades em nome de um irmão, filho, etc. Esse processo concentrador não redundava simplesmente na inacessibilidade da terra para outros, como também implica, muitas vezes, na expulsão sistemática dos ocupantes, geralmente pioneiros da penetração, da ocupação, e da exploração das terras de onde saem expulsos. Surgem e vão se multiplicando conflitos geradores de insegurança e de mortes. Sua existência é do conhecimento público, embora a maior parte deles se processem em lugares distantes e sua divulgação seja controlada. Menos conhecidas são as verdadeiras causas, os mecanismos, a amplitude dos

atos. A falta de providências no momento adequado torna extremamente difícil a prevenção e a solução desses conflitos que, assim, vão se repetindo, ao longo da já extensa história da ocupação do território nacional e da colonização. Já que as classes dominantes obtêm nesse processo a satisfação de seus interesses e o fortalecimento da sua posição e poder, não se importam de inverter as leis da concorrência e modificar o curso das experiências. Somente disposições preventivas de política fundiária poderiam evitar tal marcha dos acontecimentos, em áreas de colonização. No grau, entretanto, em que as políticas sejam inspiradas pelos mesmos interesses se fecha a possibilidade de alterar a prática. No que tange à colonização da Belém-Brasília, faz quinze (15) anos que a Superintendência para a Valoração Econômica da Amazônia (SPVEA) alertou sobre a necessidade de instrumentos de controle e de diretrizes⁴. As ocorrências acima referidas não podem, portanto, ser imputadas à surpresa ou à imprevisão, mas sim à falta de planejamento.

Violenta ou pacífica, a expulsão dos pequenos lavradores é acompanhada para eles de problemas em cadeia, como cria também novos problemas para a região. Na área estudada, eles costumam procurar resposta à falta de terras em três direções principais: migração para uma área nova; trabalho assalariado nas fazendas, geralmente na condição de peão, em regime de empreitada; êxodo para os centros urbanos regionais ou extra-regionais.

A *migração para outra área rural*, na verdade, não é resposta, a não ser que proporcione condições de fixação; caso contrário, se processa a migração crônica sem benefício para o colono. Constituem-se corredores migratórios por onde se sucedem levas de colonos sem paradeiro definitivo. Um deles vai dos Vales do Itapecuru, Mearim e Pindaré, para o Vale do Tocantins (Imperatriz e Extremo Norte Goiano), e de lá para a margem esquerda do Araguaia e para a Transamazônica. Os ocupantes atuais de uma área de colonização são, muitas vezes, ocupantes expulsos de outra área. Migrar significa, para eles, não somente deixar uma terra que é seu meio de produção e sua fonte de subsistência, como também abandonar uma casa, vender sua criação, pagar

⁴ Ibid.

transporte e viver durante algum tempo sem renda. É bem evocativo nesse particular o diagrama das migrações no universo observado.

O *trabalho assalariado nas fazendas*, além de se exercer nas piores condições e na maior exploração, não apresenta garantia alguma para o futuro. O peão é utilizado, nas fases preparatórias de implantação de pastagens artificiais: derruba, queima, plantio de arroz e milho, durante um ou dois anos, e plantio do capim. Uma vez formado o pasto, a fazenda deixa lugar permanente só para dois ou três vaqueiros em cada mil hectares; trata-se de cargos de confiança do fazendeiro, às vezes, melhor remunerados. Os peões formam uma massa anônima de trabalhadores facilmente substituíveis, ignorados pelo fazendeiro, que somente conhece o empreiteiro ou "gato"; sua situação empregatícia é das mais precárias e instáveis. É a mais nômade das existências. Um pouco diferente é a situação do trabalhador agrícola, nas explorações voltadas para a produção agrícola e hortigranjeira, como ocorre nos pimentais, nas granjas ou nos seringais experimentais da Bragantina. Essa condição é compatível com a fixação e permanência num mesmo lugar; às vezes, além disso, ela familiariza com novos tipos de cultura que podem ser empreendidos, posteriormente, por conta própria, como se verificou entre os trabalhadores da pimenta na região de Tomé-Açu. Poderia ser, portanto, uma alternativa interessante para a mão-de-obra excedente, se aos lucros elevados desses empreendimentos correspondessem salários decentes para os trabalhadores.

O *êxodo para a cidade média ou grande* aponta-se, muitas vezes, como única alternativa para fugir de uma vida nômade e alcançar vantagens mínimas da modernização (escolas, hospitais, transporte...). Isso explica o "inchamento" dos centros urbanos, distribuídos ao longo da rodovia, especialmente dos maiores. A população urbana de Imperatriz, por exemplo, passou de 8.967 habitantes, em 1960, para 34.709, em 1970, tendo atingido agora mais do que o dobro desse número. Araguaína passou, no mesmo período, de 2.382 para 17.529 habitantes e Gurupi, de 11.982 para 24.575, enquanto Castanhal aumentava de 10.224 para 25.794. Em toda parte, o crescimento da população urbana foi muito superior ao da população total; a taxa de "urbanização" se acen-

tua. Na realidade, com exceção de Castanhal, é muito pouco apropriado chamar de "população urbana" a esses contingentes sucessivos que vêm engrossar a população dos centros. Vivem em bairros periféricos que não dispõem de infra-estrutura urbana mínima (rede de água, esgotos, coleta de lixo, energia elétrica e transporte) e contam com poucos equipamentos sociais (escolas e postos de saúde). O emprego é só parcialmente urbano. Esses centros não têm uma indústria capaz de absorver parte substancial dos excedentes de mão-de-obra agrícola, com exceção de algumas cidades da Bragantina (sobretudo, Castanhal e Capanema).

Entre os fatores que condicionam, em princípio, a locação das indústrias, o fator capital financeiro tem peso bem maior do que os fatores matéria-prima e disponibilidade de mão-de-obra. A matéria-prima recebe o beneficiamento mínimo e em reduzida quantidade. O maior volume de arroz da estrada Belém-Brasília é exportado em casca para Anápolis e o Centro Sul; a madeira é simplesmente serrada e continua ainda sendo exportada em toras para outras regiões do país; parte da malva da Bragantina sai da região em estado bruto. Existem exceções. A fábrica de cimento de Capanema foge à tendência geral por suas características próprias; sua localização é normalmente condicionada pela proximidade da mina de calcário. A usina de beneficiamento de arroz, localizada em Gurupi, foi montada com capital intensivo e tecnologia pioneira, proporcionando, portanto, empregos relativamente escassos; para se beneficiar de maciços incentivos fiscais da SUDAM (Cr\$ 86.527.657,00) e da isenção de impostos, ela devia se fixar na Amazônia Legal, mas escolheu o ponto mais meridional, próximo de Goiânia, onde residem seus donos e onde estão localizados seus serviços administrativos. O frigorífico de Araguaína talvez demonstre um exemplo diferente de localização na proximidade da matéria-prima, de beneficiamento industrial mais acabado do produto e de aproveitamento da mão-de-obra local.

Os serviços técnicos (administração, bancos, profissões liberais) desenvolvem-se bastante, abrindo um mercado novo de mão-de-obra, mas necessitando de pessoal qualificado ou semi-qualificado, que dificilmente se encontra na população dos colonos. Os técnicos vêm das capitais; o pessoal auxiliar é selecionado entre os jovens de nível colegial. Pelo contrário, o setor de obras públicas empreendidas pela ini-

ciativa governamental (federal, estadual, municipal) oferece oportunidades, ao mesmo tempo, para pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado. Desta categoria fazem parte a construção e manutenção de estradas, a implantação de infra-estrutura urbana, a construção e o equipamento de prédios públicos. Infelizmente, muitas vezes, se apela para produtos e trabalhadores, mesmo braçais, de fora. Isso ocorre com a empresa privada contratada para a manutenção da rodovia Belém-Brasília, que, por ter sua sede fora da região, dá preferência à mão-de-obra alheia.

Um mercado bastante procurado é constituído pelo comércio propriamente urbano; supermercados, lojas de tecidos e confecções, de eletrodomésticos e de mobiliário; a tendência que se reforça, entretanto, é de exigir dos balconistas o nível do primeiro grau completo, o que reduz drasticamente o acesso da população local a essas oportunidades.

Desenvolve-se, portanto, na cidade e na sua periferia, à margem das atividades propriamente urbanas, um setor não-moderno de artesanato e serviços que chamamos de "baixo terciário"; são empregos autônomos, baseados quase que exclusivamente no trabalho, sem uso de capital fixo ou financeiro, de baixa produtividade e rentabilidade. A maior parte desses empregos são relacionados com a construção de moradias, a venda de mercadorias, as atividades artesanais, os serviços pessoais. No caso da construção, são "carpinteiros", "marceneiros", "pedreiros", "pintores", "cobridores de casa", sem qualificação nem garantia real de trabalho, ocupados em serviços eventuais; quando são assalariados, não gozam de vínculo nenhum com o empregador, não têm carteira de trabalho, não têm, portanto, acesso à Previdência Social. No setor comércio, trata-se geralmente de pequenas vendas sem capital nem estoque; produtos para subsistência, não ou pouco industrializados: alimentação (café, sal, açúcar, aguardente, frutas, refeições populares, bolos); produtos de higiene pessoal e de casa, querosene, fósforo, velas, pilhas. As ocupações artesanais dizem respeito, principalmente, ao vestuário (costureira, alfaiate, sapateiro) ou ao mobiliário (carpinteiro). O "baixo terciário" é voltado estruturalmente, mas a título diverso, para a freguesia suburbana e rural, por outro lado, e para a freguesia urbana, por outro lado. Ele atende provisoriamente à população urbana numa fase de transição, até que se organi-

zem, com base capitalista e empresarial, atendimentos próprios, de qualidade superior e à altura das expectativas de uma classe média em crescimento; o que subsiste de modo estável são os serviços de casa (empregada doméstica). Mas a base permanente da freguesia é constituída pela própria população urbana, além do pessoal do campo que transita pelo centro. É essa população que sustenta, afinal, seu próprio terciário e que lhe garante a permanência; do mesmo modo em que ela se reproduz a um nível constante de pobreza, ela gera e continua a reproduzir seus próprios serviços.

Essa análise pode ser ilustrada por dados de campo da pesquisa sobre colonização.

Em três das cinco áreas cobertas pela pesquisa, ou seja, Castanhal, Imperatriz e Araguaína, o questionário foi aplicado a 600 chefes de família. Entre eles, 324 começaram sua vida ativa na agricultura: 73 como lavradores proprietários, 190 como lavradores ocupantes e 61 como assalariados rurais — a proporção de proprietários sendo bem mais elevada em Castanhal do que nos outros municípios. Somente 229 trabalham, atualmente, na agricultura; esse número é constituído dos 204 que permaneceram na agricultura desde o início de sua vida ativa e de 25 que deixaram outra atividade para ingressar na agricultura, portanto, uma saída de 120 do Setor Agrícola, perda que foi apenas parcialmente compensada por 25 entradas. Essa saída representa 37% do total dos agricultores e dos trabalhadores rurais, no conjunto das três áreas; a proporção é de 29%, em Castanhal, 40%, em Imperatriz e 35%, em Araguaína. Esses percentuais são muito elevados e possivelmente estão longe de ser definitivos; tudo certamente leva a crer que se acentuará essa tendência, no sentido de novas desistências.

É bem esclarecedor o destino ocupacional dessas pessoas que podemos considerar, de uma forma ou de outra, pelo menos na sua maioria, como expulsos da agricultura. Cinquenta (50) deles passaram para a "atividade comercial", entendendo por isso a condição de comerciante médio (3), de pequeno comerciante de boteco (41), de vendedor ambulante (5) e de feirantes ou dono de "baiúca" (1). (O pequeno comerciante é aquele do qual se falou acima, sem capital, nem estoque). Dezesete entraram na construção civil

como pedreiros, carpinteiros ou serventes. Cinco (5) prestam serviços pessoais, como cozinheiras, lavadeiras, ou vigias; um é sapateiro e outro alfaiate; oito (8) estavam desempregados na época da entrevista; quatro (4) são aposentados, cinco (5) trabalham como motoristas. Somente três (3) entrevistados declararam uma atividade especializada, possivelmente ligada à indústria: um torneiro, um mecânico e um operador de máquinas.

Desse quadro é possível destacar alguns aspectos dignos de consideração mais detida.

Primeiro, como é de se esperar, os ex-agricultores, com exceção de alguns poucos, ingressaram em atividades não qualificadas; deixaram uma qualificação agrícola, adquirida na prática familiar, para improvisarem ocupações que não absorvem essa competência; isso se traduz evidentemente por um desperdício social. Neste contexto, é natural que boa parte dos empregos por eles adotados sejam manuais. O comércio do bairro, tipo boteco, é a alternativa mais freqüente a esses serviços manuais; ele representa uma ocupação particularmente adequada à condição de ex-agricultor. Nela, o agricultor ocupante ou proprietário preserva sua autonomia; o desempenho exigido nessa atividade compatibiliza-se com o estado de saúde deficiente, comum entre os agricultores, depois de 20 ou 30 anos de trabalho agrícola (seqüela de malária, reumatismo, esgotamento físico); além disso, não exige qualificação e valoriza as aptidões de entrosamento.

Segundo, não houve praticamente acesso à indústria, embora boa parte dos entrevistados esteja residindo no perímetro urbano-suburbano dos três centros mencionados, os mais desenvolvidos da região em estudo. Fora do comércio, as atividades desempenhadas se referem ao artesanato e aos serviços pessoais.

Terceiro, a mudança ocupacional dos agricultores se salda, para a maioria deles, pelo abandono de uma atividade produtiva essencial (exercida, é verdade, em condições de produtividade muito reduzida) e a entrada num setor improdutivo (serviços não-especializados) já pletórico e artificial. Esses acréscimos contínuos ao terciário reproduzem, na sociedade interiorana, o perfil distorcido da estrutura do emprego, próprio às economias subdesenvolvidas. Intensifica

então excessivamente um setor que se alimenta dos excedentes dos setores produtivos.

Daí, pode-se concluir que a mudança não é benéfica, nem do ponto de vista individual, nem do ponto de vista social. A situação, portanto, postula a busca de outras soluções. Estas dever-se-iam orientar no sentido de fortalecimento técnico e econômico do setor agrícola, de tal modo que seja freado o êxodo e que um terciário mais equilibrado possa ser sustentado, nos centros urbanos das áreas de colonização, simultaneamente por um setor primário mais forte e uma industrialização incipiente em moldes de pequenas e médias empresas.

Convém ainda frisar que o panorama descrito não reflete exclusivamente a situação dos ex-agricultores, como se a experiência agrícola anterior limitasse as oportunidades e restringisse o campo das alternativas profissionais. O perfil do emprego é sensivelmente o mesmo para os entrevistados que nunca praticaram a agricultura, refletindo, portanto, uma situação mais geral. No estágio atual da pesquisa, faltam ainda conclusões a respeito das oportunidades profissionais para os filhos dos migrantes-colonos. Esses dados permitiriam caracterizar a situação atual como de transição para outra melhor, com o sacrifício de uma geração, ou, ao contrário, como um fato estrutural duradouro.

4. CONDIÇÕES DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA PEQUENA AGRICULTURA

Ligados aos aspectos sociais da fixação do colono à terra, apresentam-se os problemas econômicos da exploração produtiva da terra e das conseqüências de atuação do homem sobre o ambiente. São problemas de produtividade/rentabilidade e de proteção dos solos.

A produtividade do setor agropecuário, na região amazônica, é reconhecidamente muito baixa; este aspecto pode ser encarado a nível micro ou macroeconômico, ou ainda do ponto de vista do produtor individual ou da coletividade. Carece de demonstração o fato em si; o que importa discutir são as possíveis saídas para o problema, as alternativas, adotadas ou a serem adotadas.

Como já foi visto, até uma época recente, os empreendimentos agropecuários, na área cortada pela Belém-Brasília, se distribuíam basicamente em minifúndios e latifúndios, esses últimos, na sua maior parte, classificáveis como improdutivos. Essa divisão coincidia também, na prática, com a distinção entre culturas de subsistência (roças) e fazendas de gado. A política agrícola regional, nestes últimos anos, pretendia estimular a difusão da categoria intermediária da empresa agrícola ou agropecuária. Tal era a orientação dada aos incentivos fiscais. Considerava-se que a cultura de subsistência, tal como é praticada pelos posseiros ou pequenos proprietários, era improdutiva e, portanto, deveria ser substituída.

A nível individual, a coisa é óbvia. O pequeno lavrador da Bragantina não difere muito, nesse aspecto, do migrante recente das outras áreas. A saída da agricultura, entretanto, não lhe propicia condições melhores de vida, como foi ilustrado anteriormente. A melhoria, para ele, viria de mudanças nas condições de exercício de sua profissão. O sucesso econômico dos japoneses que se dedicam ao cultivo da pimenta-do-reino, e dos lavradores locais que adotaram deles essa prática, demonstra a viabilidade do módulo minifundista em circunstâncias dadas. O mesmo se poderia dizer da atividade hortícola ou hortigranjeira, nas proximidades dos grandes centros. Os colonos da pequena Colônia privada de Gurupi, no município de Imperatriz, chegaram a exportar semanalmente para Belém mil caixas de tomates. Um dos fatores que tornam altamente rentável a cultura da pimenta é o preço elevado que o produto recebe no mercado internacional, enquanto os produtos de subsistência são vendidos no mercado nacional a um preço irrisório, que nem acompanha o processo inflacionário. Como bem comentava um agricultor bragantino: troca-se um saco de farinha de mandioca por um quilo de café (poder-se-ia dizer, por três quilos de pimenta).

O cálculo da rentabilidade comparativa de diversas culturas baseia-se, praticamente, sobre essa relação de troca expressada pelos preços, um indicador microeconômico que não traduz a importância social do produto. As relações de troca, como é bem conhecido pela história econômica, resultam de um conjunto de opções de política econômica. Os preços servem de medida para a rentabilidade, mas são uma

medida manipulada. Paradoxalmente, a não-rentabilidade microeconômica da cultura de subsistência é mantida, através dos baixos preços que não refletem um baixo valor do produto, mas sim sua importância vital para a economia. O que mantém a população rural e a grande massa das populações urbanas são os produtos da roça, vendidos a preço baixíssimo na roça e comercializados também a preços baixos nas feiras das cidades, embora com razoável margem de lucro para os intermediários mais importantes. É o caso da farinha e outros subprodutos da mandioca, do arroz e das frutas locais, nas feiras de Belém; do arroz, do milho e das frutas, nas feiras e nos comércios do Maranhão e de Goiás. Os preços comprimidos dos produtos de subsistência condicionam a pressão para baixo sobre os salários da indústria, do comércio, da administração e dos outros serviços, alimentando, assim, a acumulação do capital.

Dados relativos ao desempenho do setor na conjuntura nacional, durante a década passada, permitem confirmar a importância da agricultura de subsistência, no atual quadro do país. A análise se baseia em estatísticas publicadas num estudo de Sylvio Wanick Ribeiro⁵. Esses dados mostram que a participação do Maranhão e Goiás na produção nacional de arroz tem aumentado, enquanto diminuía a participação percentual dos Estados do Sul e Centro-Sul, e o valor absoluto da produção do Nordeste, com exceção da Bahia. A produção de arroz do Maranhão passou de 5,7% da produção brasileira, em 1960, para 8,94%, em 1970, embora sua população tivesse baixado de 3,51% do total do país para somente 3,28%. Goiás, que produzia 15,11% do total nacional, em 1960, passou para 16,12%, no fim da década, enquanto sua população passava de 2,75% para 3,17% do total. Ora, as áreas responsáveis por esse crescimento da produção no Maranhão e em Goiás são exatamente as áreas de colonização; os empreendimentos responsáveis pela maior parte do produto são precisamente explorações pequenas; os grandes estabelecimentos se voltam, de preferência, para a pecuária, financeiramente mais atrativa. No mesmo período, os Estados do Sul e Centro-Sul tendiam a diminuir sua quota. A contribuição de Minas Gerais decresceu de 19,61% para

⁵ RIBEIRO, Sylvio Wanick. Desempenho do Setor Agrícola na Década 1960/70. Brasília, IPEA, 1973.

15,44%; a de São Paulo, de 19,16% para 13,95%. Nesse último Estado, a população cresceu a um ritmo mais de duas vezes superior ao do crescimento da produção de arroz. Os agricultores do Rio Grande do Sul e do Paraná se voltaram cada vez mais, para o cultivo da soja e do trigo, mais compensador. O plantio de soja foi estimulado pelos preços favoráveis do mercado externo, proporcionando, desta feita, entrada de divisas; quanto ao trigo, o preço tornou-se interessante, graças aos grandes subsídios concedidos pelo governo, para diminuir sua importação, e a saída de divisas, contribuindo, assim, para manter a capacidade de importação de equipamento e de tecnologia e garantir a acumulação do capital industrial.

Vista sob esta ótica macroeconômica, aparece bastante clara a contribuição da agricultura de subsistência para a economia nacional e, principalmente, para o modelo de crescimento via industrialização acelerada.

Até que seja comprovado o interesse real dos empresários em desenvolver, nas regiões de colonização, uma agricultura voltada para produtos básicos na alimentação humana, não seria uma política de apoio aos pequenos agricultores a mais válida economicamente para o país? Isso por dois motivos. Primeiro, o mundo já foi alertado para os riscos de grave crise alimentar e de fome. O Brasil tem uma população cuja grande parte vive em condições de subnutrição e de fome crônica e que continua crescendo a ritmo elevado. Essa situação não é socialmente aceitável e apela para revisão das políticas agrícolas ou, mais amplamente, das políticas econômicas. Além disso, o que aconteceria, se a produção de alimentos não chegasse a acompanhar o crescimento demográfico em período de crise alimentar mundial? Um segundo motivo para apoiar os pequenos agricultores reside no fato de que eles representam, com suas famílias, parcela importante da população brasileira e de 60% a 80% da população nas áreas de colonização (nas cinco áreas de estudo, o setor primário representava, em 1970, um total de 567.075 pessoas). Eles são a base da população e da economia regional, constituindo um mercado potencial de que precisa a indústria. Obviamente, uma elevação da renda da população agrícola daria maior consistência a uma política de apoio a pequenas e médias indústrias, capazes de absorver e reter,

nas regiões de migração, os excedentes de mão-de-obra do setor primário. Tal poderia ser o objetivo de um programa de pólos amazônicos mais ambicioso e mais agressivo do que o atual.

Além de sua baixa produtividade, a lavoura de subsistência em minifúndios é culpada pela degradação dos solos e a crescente perda de fertilidade dos lugares em que vigora. A Bragantina é, muitas vezes, apontada como representativa de uma região que sofre os efeitos da atividade predatória dos colonos. São inegáveis o empobrecimento dos solos e suas conseqüências prejudiciais para a produtividade agrícola; outra coisa, porém, é responsabilizar exclusivamente por esses resultados o sistema de cultivo. Muitos são hoje os estudiosos das zonas tropicais que consideram o sistema de derruba e queima como sendo o mais adequado e o menos devastador, nas condições regionais de desenvolvimento⁶. O método se torna predatório, quando a pressão demográfica sobre a terra leva a utilizá-lo em módulos inferiores ao limite de viabilidade; foi o que ocorreu na Bragantina⁷. Isso coloca de novo o problema do tamanho ideal dos lotes. Entretanto, os pimentais, na mesma região, comprovam a possibilidade de culturas rentáveis em lotes de igual tamanho aos lotes coloniais e, ainda mais, em solos considerados esgotados pela cultura tradicional. A viabilidade econômica de uma cultura e a proteção do ambiente dependem, portanto, de um conjunto de fatores e não de um deles isoladamente. São função do produto cultivado, da tecnologia utilizada, do conhecimento científico e do capital disponível; todos esses fatores são interdependentes. Alvim enfatiza a importância da pesquisa agrônômica; não somente da pesquisa tradicional e dos experimentos de campo, como também da pesquisa básica, não-convencional, sobre o "desenvolvimento de novos sistemas de agricultura que funcionem como os ecossistemas naturais dos trópicos, imitando o seu perfeito equilíbrio com os recursos do ambiente, sem depender excessivamente da aplicação de fertilizantes e ou-

⁶ FALESI, Ítalo Cláudio et alii. Sugestões ao Soerguimento Econômico do Setor Primário no Estado do Pará. Belém, EMBRAPA, 1974, mimeografado.

⁷ ALVIM, Paulo de T. Agricultura nos Trópicos Úmidos: Potencialidades e Limitações. Centro de Pesquisa do Cacau, Ilhéus, 1957.

tros insumos”⁸. O autor preconiza também os estudos do cultivo nacional de certas espécies nativas, adaptadas aos solos pobres da região; e cita “a castanha-do-Pará, o guaraná, o palmito, a pupunha e muitas outras”. Enfim, chama a atenção sobre a necessidade de idealizar e fabricar equipamentos agrícolas próprios, para a solução de problemas específicos da região.

É preciso confessar que bem pouco se tem feito na região amazônica, em termos de pesquisa agrícola e pecuária, relativamente às necessidades, embora a Amazônia tenha sido sistematicamente explorada nos seus recursos naturais durante mais de um século. As empresas responsáveis por essa exploração não manifestaram o menor interesse em preservar o estoque de recursos naturais e em desenvolver a pesquisa agrícola e florestal. Muito mais do que os colonos dedicados à cultura de subsistência, são elas as culpadas pela depredação. Tudo indica que o mesmo acontecerá, em escala bem maior, com boa parte dos investimentos que empresários alheios à região vêm fazendo com objetivos especulativos. Fazendeiros de Paragominas — um dos municípios paraenses que foram contemplados com mais carinho pela SUDAM — comentam o fracasso da pecuária local e o esgotamento dos solos mal defendidos pelo capim. Isso numa região que, há 20 anos atrás, era de mata virgem. Devido ao longo prazo dos investimentos em pesquisa agrícola e a sua reduzida rentabilidade, quando comparada com a pesquisa industrial, é de se esperar que não desperte maior interesse de empresas privadas, no futuro, cabendo ao poder público tomar iniciativa nesse campo. Quando se destaca a experiência da colônia japonesa na Bragantina, é bom lembrar a importância dada, no desenvolvimento agrícola do Japão, à pesquisa e ao ensino. As contribuições aportadas pelas instituições federais, como o ex-IPEAN (atual EMBRAPA) ou o INPA, e o esforço que recentemente se iniciou a nível estadual apontam para uma política certa, mas que se traduz em medidas ainda muito tímidas e sem proporção com as necessidades. É urgente eliminar o atraso e criar as bases de uma agricultura individual e socialmente rentável, capaz de fixar a população à terra. Passaremos a analisar os Incentivos Fiscais e o Crédito, que estão entre os instrumentos institucionais utilizados para esse fim.

⁸ Ibid.

5. INCENTIVOS FISCAIS

Quem quisesse fazer uma avaliação da política de Incentivos Fiscais, na parte da agropecuária, ao longo da Belém-Brasília, dificilmente poderia fugir de um julgamento severo e bastante negativo.

A começar pelos projetos apresentados para aprovação à Coordenação do Conselho Deliberativo da SUDAM. É matéria de conhecimento geral entre técnicos especializados nesse campo que os projetos agropecuários são geralmente muito mal elaborados e carecem, muitas vezes, das informações necessárias para basear pareceres objetivos, segundo critérios estabelecidos por Lei ou pela prática. As informações, via de regra, só visam preencher um formulário estabelecido sem refletir dados ou intenções reais; isso é confirmado pelos próprios técnicos que elaboram projetos. Tais projetos não deixam escapar ao leitor atento a evidência de objetivos principalmente especulativos, apenas disfarçados por declarações conformistas. As finalidades declaradas são, muitas vezes, expressas em termos tão vagos e tão gerais que deixam uma margem de ação extremamente ampla para o impetrante; embora a atividade agropecuária seja destacada, em poucos casos, ela é decisiva; o domínio sobre a terra com fins especulativos é o propósito mais comum.

A título de ilustração, citaremos alguns exemplos: um projeto reza como objetivo: "Cria e cria de gado bovino. Racional aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e industrializáveis da Amazônia, especialmente madeiras, minérios e fibras, mandioca". Aprovado em 1972, entre os 21 novos empregos previstos é mencionado, para uma área de mais de 7.000 ha, um só vaqueiro. Vários projetos apresentam como objetivos a pecuária e a madeira; outros, simplesmente, a pecuária, embora se saiba que, para muitos, o extrativismo florestal, mais atraente, e a atividade madeireira predominam sobre a pecuária. Isso seria um dos motivos da decadência atual das fazendas de Paragominas e do desinteresse dos seus donos. O manejo usado na pecuária é extensivo. Conforme consta do mais amplo projeto examinado, a capacidade de suporte é de uma cabeça por ha e por ano, em pastagens artificiais, e de 0,2 cabeças, em pastagens naturais. Dispomos de dados relativos a 26 proje-

tos nas áreas da pesquisa; elas somam uma área total de 619.686 ha. Devido a lacunas já assinaladas nos próprios documentos, não foi possível elaborar indicadores de rentabilidade econômica e social para todos. Os números disponíveis, entretanto, são sugestivos. Somando as informações do item "Criação de novos empregos", proporcionadas por 11 projetos, correspondendo a uma área global de 216.685 ha, chegamos a uma cifra de 275 empregos, incluindo gerência, mão-de-obra especializada e braçais. Esse valor equivale a um emprego para cada 788 ha. Quanto ao rebanho projetado (sabe-se que é geralmente superior ao efetivado), 16 projetos analisados acusam um total de 204.066 cabeças, para um conjunto de 485.777 ha; a média é, portanto, 2,38 ha por cabeça. Esses resultados insinuariam uma relação de um trabalhador por 331 cabeças de gado; é mais ou menos o que se observa na prática. Sem dúvida, além desses empregos permanentes, surgem outros derivados, geralmente em forma de empreitadas para derruba e queima e implantação do capim. Esses empregos apresentam duas características negativas: primeiro, são sazonais e não ocupam permanentemente o trabalhador; segundo, são transitórios, sendo ligados à fase de organização da fazenda. Convém ainda lembrar que, além de proporcionar poucos empregos estáveis para a população local ou regional, a grande fazenda expulsa geralmente os posseiros que ocupavam e exploravam a terra.

O caráter especulativo, bem mais do que produtivo, de certos projetos é reforçado por duas observações subsidiárias. Em primeiro lugar, uma proporção importante dos proprietários (acionistas principais) pertence a profissões sem ligação com a atividade agropecuária: engenheiros civis, advogados, médicos, industriais, contadores, comerciantes; essa observação, feita a partir dos próprios projetos, é corroborada por uma outra, feita diretamente no campo: o grande número de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, contadores e contabilistas, etc.), como também dos funcionários da administração pública, direta ou indireta, que investem na aquisição de terras.

A segunda observação, que apóia a hipótese das finalidades especulativas, é a freqüência das transações comerciais relativas a propriedades repetidas vezes compradas e vendidas.

É bastante comum, na região, atribuir as distorções verificadas no campo dos Incentivos Fiscais para agropecuária à burocracia da SUDAM ou, às vezes, do IBDF. A acusação é fácil e simples demais; dispensa a investigação das raízes dessas contradições. Existem inegáveis incoerências, como no caso de um projeto madeireiro que, no espaço de poucas semanas, foi indeferido, por não se compatibilizar com os objetivos da política dos incentivos e, sem ter sofrido reformulação significativa, foi aprovado. Além desses desvios, é a própria conveniência e adequação dessa política para atender aos reais interesses de uma região como a Amazônia que deve ser questionada. Ou ainda, a conveniência de subvenção e incentivos à iniciativa empresarial, sobretudo exterior à região e ao setor, como fator de mudança econômica e social e de desenvolvimento. A melhor política de crescimento, mesmo no plano puramente econômico, não seria de incentivo ao produtor local e ao migrante que se fixa na terra?

Os dados coletados levam a pensar que é mínima a importação de capital e tecnologia realizada, em prol da região, pelos empreendimentos financiados; o capital é constituído, em boa parte, pela terra, pré-existente e pouco valorizada, a não ser especulativamente. Os empregos permanentes criados pelos projetos são escassos. Onde se cria um emprego novo para cada 788 ha, poderiam se fixar 8 famílias de agricultores, trabalhando em regime tradicional de rotação de terras, ou de 15 a 20 famílias de agricultores (cultivando segundo o manejo mais racional com uso de insumos modernos). Os atuais incentivos poderiam ser transferidos para assistência técnica ao agricultor local.

6. CRÉDITO AGROPECUÁRIO

Vigoram na região vários programas de crédito à agricultura e à pecuária, alguns de âmbito nacional, outros específicos das regiões menos desenvolvidas do país. O mais importante na região é o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA — criado em julho de 1971. Foram inicialmente mobilizados, através deste programa, quatro bilhões de cruzeiros, reservados para a Amazônia Legal. Os agentes financeiros do Programa nesta região são o Banco da Ama-

zônia S.A. — BASA, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S.A. A este último cabe, aliás, por atribuições estatutárias, o financiamento de maior parte da política agrícola no país. A EMATER (ex-ACAR) é o intermediário mais comum entre o cliente e os bancos, sobretudo o Banco do Brasil; cabe-lhe o acompanhamento do projeto, desde sua elaboração até às vistorias e à fiscalização do uso dos recursos. Particulares podem desempenhar também essa função.

O PROTERRA financia em condições excepcionais as atividades agropecuárias, através dos subprogramas de Crédito de Investimento, Crédito Fundiário, Incentivos ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade. Os juros baixíssimos, de 7% a. a., são praticamente juros negativos; algumas aplicações são até isentas de juros (como o uso de fatores técnicos de produtividade). Os prazos de devolução são bem amplos: de cinco a até doze anos, com dois ou três de carência. Isso faz com que muitos investidores prefiram utilizar esse programa a utilizar os Incentivos Fiscais da SUDAM, tanto mais, dizem alguns, que as condições de financiamento e o controle são mais flexíveis.

As linhas de crédito são bastante abrangentes e cobrem desde a aquisição da terra e a ampliação de pequenas propriedades até a compra de máquinas pesadas e a modernização de propriedades rurais. O financiamento pode atingir até quinze mil vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, mas o acesso do pequeno e médio agricultor é previsto também no programa, estipulando inclusive que garantias serão "exigíveis somente para os financiamentos acima de 50 vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país", e que o "reembolso deverá efetuar-se... em função da época em que o financiado começar a auferir rendimentos provenientes de sua atividade rural". Infelizmente, os benefícios de uma lei ou de uma política são subordinados à sua aplicação e, mais precisamente, ao contexto social que rege praticamente essa aplicação. Isso é válido para os programas de crédito, como em outros domínios. O estudo de campo evidencia que são raros os pequenos e relativamente poucos os médios produtores que se beneficiam pelo crédito rural na região. É o que confirmam os documentos referentes a dois centros da Belém-Brasília.

Na primeira cidade (Araguaína), foram recolhidas informações sobre 49 projetos: todos são voltados para a pecuária. O montante total dos financiamentos bancários, até fevereiro de 1975, era de Cr\$ 18.034.336,00. Somente oito desses projetos concerniam a propriedades inferiores a 100 ha que foram contempladas com 2% do financiamento. Vinte e cinco (25) projetos emanavam de proprietários de mais de 500 ha, quinze (15) deles, — cada um com área superior a 1.000 ha —, monopolizavam 87% do crédito, num valor de Cr\$ 15.695.320,00, ou seja, mais de um milhão de cruzeiros em média(*). Este valor foi solicitado principalmente para compra de animais (15,88%) e para construções (39,16%). A aplicação de boa parcela do financiamento em construção é muito comum; é uma forma de valorização da terra. (Tabela 6).

TABELA 17

FINANCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS
DO SISTEMA BANCÁRIO OFICIAL
SEGUNDO CATEGORIAS DE ÁREAS
REGIÃO DE ARAGUAÍNA
FEV. /1975

Categorias de Áreas (Ha.)	N.º de Projetos	Área de Propriedade (Ha.)	Valor do Financiamento (Cr\$ Correntes)		
			Total	Médio/Projeto	Médio/Ha. Propriedade
0— 99 ha.	8	493	362.076	45.259	734
100—299 ha.	10	1.829	671.285	67.128	367
300—499 ha.	6	2.072	428.905	71.484	207
500—999 ha.	6	4.061	876.750	146.125	215
1000 ha. e mais	19	117.940	15.695.320	826.069	133
T O T A L	49	126.395	18.034.336	368.047	142

FONTE: NAEA — Pesquisa “Belém-Brasília” — Trabalho de Campo, 1975.

* São 19 projetos, apresentados por 15 fazendeiros.

TABELA 18
FINANCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS
ATRAVÉS DO BANCO DO BRASIL

SEGUNDO CATEGORIAS DE ÁREAS
 REGIÃO DE IMPERATRIZ
 ANO 1974/75

Categorias de Áreas (Ha)	N.º de Projetos	Área Cultivada (Ha.)	Valor do Financiamento (Cr\$ Correntes)		
			Total	Média/Projeto	Média/Ha. Cultivado
0 - 99 ha.	8	163	74.895	9.362	459
100 - 299 ha.	15	713	221.684	14.779	311
300 - 499 ha.	9	347	185.880	20.654	535
500 - 999 ha.	15	1.335	640.580	42.705	479
1000 e mais ha.	11	1.444	685.560	62.323	474
Sem informação da área	7	302	125.800	17.971	416
T O T A L	65	4.304	1.934.399	29.760	449

FONTE : NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

TABELA 19.
FINANCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS
ATRAVÉS DO BANCO DO BRASIL

SEGUNDO CATEGORIAS DE ÁREAS
 REGIÃO DE IMPERATRIZ
 DEZ./1974

Categorias de Áreas (Ha.)	N.º de Projetos	Área Ocupada (Ha.)	Valor do Financiamento (Cr\$ Correntes)		
			Total	Média/Projeto	Média/Ha.
0 - 99 ha.	3	111	88.340	29.443	795
100 - 299 ha.	13	2.502	581.650	44.742	232
300 - 499 ha.	17	6.820	1.596.100	93.888	234
500 - 999 ha.	8	4.807	1.084.042	135.505	225
1000 e mais	15	31.857	4.143.900	276.260	130
Sem informação da área	7	—	943.550	134.793	—
T O T A L	63	—	8.437.582	133.931	—

FONTE : NAEA — Pesquisa "Belém-Brasília" — Trabalho de Campo, 1975.

Na outra cidade (Imperatriz), as informações coletadas permitiram listar os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil com os recursos do PROTERRA, até o início de 1975. Juntando e comparando informações diversas, foi possível identificar, com alguma precisão, os grupos beneficiados pelo crédito. A relação comporta 148 projetos agropecuários, 85 agrícolas e 63 pecuários, de um valor de Cr\$ 2.306.251,00, para os primeiros e de Cr\$ 8.437.582,00, para os segundos. Esses oito milhões de cruzeiros foram destinados a financiar a implantação de 4.693 ha de pastos, a compra de 3.532 cabeças de gado, 25 km de estradas, 155 km de cerca, 26 casas, 17 currais, 146 cochos, 28 cancelas, 6 açudes, 2 equipamentos hidráulicos e diversas outras máquinas e equipamentos. Como se pode constatar, boa parte do crédito é utilizado em investimentos fixos. As informações obtidas permitiram a análise mais minuciosa de 65 projetos agrícolas e 56 pecuários (76% a 90% do total, respectivamente). Dos mutuários, 17 trabalham em lotes inferiores a 100 ha; 14 em atividades agrícolas, 3 em pecuária. Sete dos 14 lavradores são colonos de uma modesta colônia não-oficial e sócios de uma cooperativa organizada por ela; seis deles recebem financiamento para cultivo de tomate que teve grande impulso na colônia na época(*). Os créditos recebidos por esta faixa de proprietários de 100 ha corresponde a 6% do total dedicado à agricultura e a 1% do total dedicado a pecuária (Tabelas 7. 8).

Os projetos relativos a empreendimentos de mais de 500 ha eram em número de 49, mas concerniam somente a 35 produtores, uma vez que treze deles se beneficiaram simultaneamente de financiamentos agrícolas e pecuários. Metade do valor destes últimos se destinava a 15 pecuaristas com terra de 1.000 ha para cima.

Calculou-se que um terço do financiamento agropecuário total concedido pela agência local do Banco do Brasil beneficiava nada mais que 18 produtores, agrupados em 4 famílias e ocupando 25.000 ha, no Município. Como é lógico, em regime de competição, a concentração do crédito rural acompanha a concentração fundiária e, portanto, da renda. O poder econômico dos grupos dominantes e a sua força de barganha bastam para explicar o fato sem precisar recorrer a outros

* Ver : A Colônia de Gurupi, nesta edição. p. 41.

fatores. Alguns mecanismos facilitam essa discriminação e orientam a aplicação do programa em sentido concentrador.

Um desses mecanismos é o regulamento das condições de acesso ao crédito. O BASA submete a concessão de crédito à comprovação do título definitivo de propriedade. O Banco do Brasil se contenta, na falta deste documento, com a carta de anuência concedida pelo INCRA. Essa liberalidade representa uma tentativa de adaptar o crédito a condições específicas e orientá-lo no sentido do que seria uma flexibilidade condizente com as peculiaridades da colonização. A medida não deixa, entretanto, de ser muito tímida, como evidencia o número reduzido de cartas envidadas, cuja concessão supõe uma investigação sobre as condições de posse e é condicionada pela ausência de conflito — requisito esse raramente verificado.

Um segundo elemento que dificulta a utilização do crédito pelos produtores desprovidos de capital reside nas normas e nos prazos de liberação das parcelas do financiamento. Esta é subordinada a uma vistoria que tem por objetivo averiguar a boa aplicação da parcela anterior. Nas zonas de colonização, essa fiscalização é sobremaneira dificultada pelas distâncias, pelas condições físicas de acesso, particularmente em épocas de chuvas, e também pela escassez de fiscais. Por esses e mais outros motivos, muitas vezes a liberação atrasa bastante, com grande prejuízo para o pequeno lavrador principalmente. Os grandes fazendeiros que dispõem de meios de transporte, inclusive aéreos, e outros recursos, conseguem facilitar as vistorias e evitar ou reduzir os atrasos.

Os mecanismos de seleção mais fortes, entretanto, têm sua base nas próprias disposições que regulamentam o crédito, associando administrativamente interesses econômicos dos clientes mais ricos e das agências intermediárias. Os funcionários dessas agências reconhecem tranqüilamente essa ligação. A remuneração fixa das agências se calcula em percentual do valor dos financiamentos: 2% para cobrir as despesas de assistência técnica; 4% ou 5% para cobrir os custos e riscos dos agentes financeiros. Os custos, porém, dependem mais do número de projetos do que do seu valor; eles resultam da elaboração e da fiscalização do projeto, cujos custos não variam muito com o tamanho. Por

isso, a preferência dos intermediários vai para os maiores. Como explicou um chefe de carteira do BASA: o BASA, além de agência de desenvolvimento, é também banco comercial e deve dar satisfações aos seus acionistas; não financia praticamente projetos agrícolas, porque a lavoura dá prejuízo. Ou, como comentou um agrônomo da ex-ACAR: “Temos que nos auto-financiar; se fazemos um pequeno projeto de dez mil cruzeiros, recebemos duzentos; se elaboramos um projeto de um milhão, cobramos vinte mil; os custos, entretanto, são praticamente iguais”. A busca de grandes projetos é ainda acentuada onde existe concorrência entre a ACAR e escritórios particulares para distribuir aos seus clientes a maior parcela dos créditos locais. Pode-se duvidar, a esse propósito, que tenha sido medida adequada, para uma região como a Amazônia, a transformação da ACAR em empresa, sustentada pelo lucro e motivada, portanto, pela maximização do mesmo. Uma forma de evitar essa distorção adviria da obrigação de aplicar um certo percentual dos créditos em pequenos empreendimentos, outro percentual em médios e outros em grandes. Isso seria tanto mais certo, quanto boa parte dos financiamentos não são utilizados nas empresas agrícolas, conforme sua finalidade, sendo desviados para outros fins. Em julho de 1974, o Banco Central julgou por bem chamar a atenção dos bancos sobre irregularidades no financiamento da aquisição de insumos modernos, irregularidades essas que, “não obstante medidas acautelatórias continuam a repetir-se... na sua comercialização amparada pelo crédito rural”. Entre esses procedimentos, o documento cita: “nota calçada”, “devolução”, “faturamento frio” — todos artifícios para burlar as exigências regulamentares do Programa. Sabe-se que essas práticas não são próprias da região e se encontram no mundo afora. Em toda parte, se montam esquemas de controle e de repressão, que são tantas maneiras de reconhecer o fato. A posição particular da região vem de sua imensidão, seu subpovoamento e a fragilidade de seu sistema de fiscalização.

E aí vem outra fonte de abuso. Como fiscalizar uma imensa fazenda afastada das vias terrestres de penetração? Como, ainda mais, fiscalizar um conjunto dessas fazendas? É muito usual que o próprio fazendeiro garanta o transporte aéreo ou terrestre dos agentes, tendo, portanto, o controle do roteiro das vistorias. É o momento de lembrar aqui a

extrema pobreza numérica do quadro de pessoal à disposição das instituições, nas áreas de colonização espontânea, e a sua concentração em algumas cidades. O senso de responsabilidade e a dedicação dos melhores técnicos não são suficientes para dar conta das diversas tarefas, mesmo a nível do mínimo necessário.

7. CONCLUSÃO

Concluindo, reiteramos uma convicção transparente em todas estas páginas, resultado do convívio e da reflexão que sustentaram durante dois anos a pesquisa sobre a colonização na Belém-Brasília.

O contato com a população dos migrantes e com sua luta pela sobrevivência deixou mais clara a importância social dos colonos-lavradores. Os argumentos trazidos para aferição dessa importância superpõem à expressão demográfica a problemática do camponês ou colono: a população dependente do setor primário atinge de 60% a 80% do total da população de nosso universo. A proporção vai decrescendo, depois da fase inicial de povoamento intensivo, via migrações, ao mesmo tempo em que se processa o crescimento incontrolado de alguns núcleos "urbanos"; mas, em seguida, ela se estabiliza: a Bragantina, apesar de sua posição de certa forma privilegiada, tem ainda 65% da sua população dependente do Setor. Não pode uma porção tão grande da sociedade ficar eternamente esquecida como o foi até agora. O movimento que leva grande número de rurais para as cidades é irreversível, mas não modifica tão rapidamente a estrutura global do emprego. O papel econômico da agricultura evidencia-se a partir da constatação de que, por meio dela, se auto-sustenta uma população rural que, ademais, fornece, a preços baixos, parte substancial da dieta alimentar das classes urbanas pobres que, por sua vez, proporcionam mão-de-obra barata para a indústria e os serviços urbanos coletivos ou privados. Sobre a pequena agricultura recai, portanto, o efeito de toda a cadeia de espoliação acumuladora. Por seu desempenho, ainda, a agricultura tradicional libera outros subsectores do primário, para produções mais bem cotadas no mercado nacional e internacional (café, soja, pimenta). A fixação desses pequenos agricultores à terra parece a melhor política, por representar até agora, na região,

o melhor emprego do capital "terra". O uso alternativo dado a esse capital, nas últimas décadas, foi orientado para a grande exploração pecuária. Não está comprovada até hoje (bem pelo contrário) a superioridade econômica dessa alternativa, nem em termos de preservação ou aproveitamento racional dos recursos naturais, nem em termos de introdução de tecnologia mais avançada (apesar de poucas exceções), nem de rendimento. Se o rendimento financeiro é maior, é por causa da política de preços favoráveis à carne. O que está comprovada é a incapacidade de absorver, dentro dessa alternativa, uma parcela apreciável de mão-de-obra agrícola por ela despendida. A política de estímulo à pecuária extensiva parece partir da premissa de que a Amazônia se constituiu num imenso espaço vazio, cuja ocupação e exploração econômica dependem de prêmios à iniciativa privada e só se efetivarão com a desejada rapidez, se forem feitas por grupos capitalistas. O volume e o significado social da migração espontânea foram, aparentemente, ou desconhecidos ou desprezados, na elaboração dessa política. É bem verdade que, expulsa pela progressão do latifúndio, parte dessa população se embrenha mais adiante nas matas, amansando-as e abrindo-as para novos avanços desse latifúndio, confirmando uma velha tradição no país. Outra parte da população agrícola excedente, que já se cansou de tão sacrificada missão histórica, migra para os centros locais; ali não encontra estrutura econômica urbana preparada para recebê-la e absorvê-la no mercado de trabalho, forçando-a a criar seu próprio setor urbano de subsistência, que é a reprodução em moldes urbanos do setor rural. O protótipo desse setor é o que chamamos de baixo terciário.

Deparamos, invariavelmente, no nosso convívio, com as múltiplas formas de envolvimento da vida econômica dos colonos por um conjunto de políticas que os condicionam, desde seu lugar de origem até sua atual posição. Essa percepção fatural convence do seguinte: a marginalização que os afeta é o anverso das prioridades e dos vários estímulos concedidos nos planos e programas a outros setores. A condição dos colonos reflete toda uma política de redistribuição setorial, espacial (regional e rural-urbano) e finalmente social dos recursos disponíveis do país. Mesmo fisicamente afastada e isolada, a população do setor agrícola é parte integrante de um conjunto regional, dependente, por

sua vez, do contexto nacional e internacional, através dos mecanismos próprios da economia capitalista. Por isso mesmo, modificações isoladas e parciais são fadadas a ter impacto muito limitado e insignificante. Não parece plausível que os atuais grupos econômicos identifiquem seus interesses com os da região. Para eles a Amazônia é ainda uma área do futuro, uma reserva onde eles procuram, antes de mais nada, garantir direitos sobre um potencial ainda não bem avaliado. Antes que os camponeses tenham alguma participação no poder e na definição das políticas não há pois, de esperar que se modifique substancialmente sua situação.

Colonização e Fronteira: Articulações no Nível Econômico e no Nível Ideológico

A colonização interna, em particular a colonização amazônica, tem sido, nos últimos anos, objeto de muitos estudos e tem provocado a elaboração de numerosos projetos e programas. A tônica geral desses trabalhos realça seu caráter empírico, pragmático, característico da arte do planejamento. Não se tem dado muita importância à interpretação teórica do fenômeno, ao estudo da sua natureza, do seu significado no conjunto político-social.

Os fracassos da colonização são comentados repetidamente como uma constante, na história do Brasil pós-colonial. Quem quer ressaltar algum sucesso se volta, invariavelmente, para alguma colônia de alemães, no Sul do país . . . Investiga-se as causas dos sucessivos malogros e são apontados fatores, tais como: precária qualidade do solo, afastamento dos mercados, deficiência de vias de comunicação, tamanho reduzido dos lotes, falta de tecnologia adequada, ausência de critério ou critérios insuficientes de seleção de colonos, alto grau de improvisação, descontinuidade administrativa.

Como processo de ocupação do espaço nacional, que faz dela um elemento importante da história do Brasil independente, até hoje, a colonização merece um estudo mais amplo que ultrapasse a observação dos fatores técnicos. É preciso se re-situar a colonização, no seu contexto econômico global, e relacioná-la com os momentos que caracterizam, em cada época, a formação social brasileira e os modos de produção que a afetam dialeticamente — em particular, o modo de produção em fase de expansão, o capitalista. Isso foi

tentado em relação à fronteira¹ e à colonização amazônica, quando esta foi identificada como válvula de escape para as tensões sociais de áreas ditas superpovoadas e como lugar alternativo para aplicação da mais-valia industrial do Centro-Sul. Convém utilizar e ampliar semelhante análise, para interpretar as experiências anteriores de colonização.

A abordagem especificamente econômica não esgota o tema; a colonização tem articulações com a superestrutura, a nível político e ideológico, e esse conhecimento torna-se necessário para sua compreensão. A colonização, pois, tem-se constituído, no Brasil independente, sobretudo a partir de 1850, tema recorrente do discurso político, de polêmica jornalística, de debates parlamentares, revelando o jogo de interesse dos grupos sociais nela implicados e as tentativas de contornar os conflitos relacionados com o domínio sobre a terra. Ela tem sido, ciclicamente, assunto de legislação, nas mais diversas formas, da Constituição até às leis, os decretos e regulamentos, incluindo-se na matéria a própria conceituação, mutável com as alianças de interesses.

A manipulação política do conceito de colonização nos tem aparecido como uma constante, na retrospectiva de cem anos que ensaiamos, no tocante à atual faixa da Belém-Brasília². Ela se manifesta como instrumento ideológico a serviço de interesses não declarados, que não têm nada em comum com os interesses dos colonos, e que despontam de meios e ambientes bem distantes da área de colonização. É essencial ter consciência e não se deixar distrair do fato de que a fronteira não se constitui e não se estrutura com caráter autônomo; nem no que se convencionou chamar sua fase pioneira, nem na sua fase de expansão. A fronteira faz parte de uma totalidade social que a transcende; ela é a franja de um sistema em expansão e, portanto, não pode, em hipótese nenhuma, ser entendida dissociada dele. A interpreta-

¹ A fronteira deu ensejo a uma reflexão teórica que ganhou, ultimamente, uma posição de destaque, nos diversos campos da Ciência, como demonstra a sua inscrição na pauta de diversos encontros científicos recentes. No que diz respeito à sua própria natureza, seu papel e sua significação histórica, vale fazer referência aos conhecidos estudos de Otávio Guilherme Velho e de José de Souza Martins.

² As presentes condições têm um caráter exploratório e estão sendo submetidas à crítica, através de um estudo sistemático da colonização, nas suas sucessivas tentativas.

ção da fronteira (e da colonização, que é uma das suas formas institucionais) não dispensa a referência à organização sócio-político e econômica global e tem de apelar para as suas características, em particular às de seu pólo econômico-político e ideologicamente dominante³, cujo pulso condiciona o ritmo de avanço da fronteira e a importância dada à colonização — e isso faz com que esse avanço não seja contínuo, linear. A fronteira se expande e evolui por fases, como reflexo da evolução do sistema, no seu conjunto e, em particular, do seu pólo (ou de seu duplo pólo: interno e externo), quer dizer, do capital. São os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira; são eles que determinam, forçosamente, a institucionalização da fronteira, na forma de colonização. À medida, pois, em que a ocupação sistemática das terras inaproveitadas possa interessar às classes dominantes, que têm o controle do Estado e manipulam as ideologias, a expansão da fronteira se torna colonização; ela passa a ser regida por leis específicas, administrada por organismos públicos próprios e exaltada pela propaganda; ela elabora seus mitos e cria seus heróis. A colonização, portanto, é a versão política e ideológica da fronteira. Geralmente, se tem situado na articulação entre a frente de expansão e a frente pioneira.

O estudo da *colonização, na área da rodovia Belém-Brasília*, oferece elementos muito provocadores, na linha de uma reflexão histórica-crítica, sobre os contextos econômicos, políticos e ideológicos da colonização amazônica e sobre as articulações desses diversos níveis, durante mais de um século. A história da ocupação da área cortada pela rodovia, de Ceres a Belém, ilustra perfeitamente como o interesse oficial pelas fronteiras agrícolas e sua passagem ao estatuto de colonização sempre corresponderam a necessidades do sistema social global e sempre foram condicionadas pelo pólo dominante. Os pontos fortes da história por nós estudada se distribuem em três períodos principais: fim do regime imperial (Colonização Bragantina), Estado Novo (Colônia Nacional de Ceres), fase desenvolvimentista do Governo Kubitschek (Colonização na BR-010).

É a partir de meados do século XIX que o tema da colonização começa a invadir o cenário do debate político, nas

³ Pólo não se entende aqui num sentido restritamente espacial; refere-se à relação social dominante/dominado.

sessões das Câmaras e na Imprensa e a se tornar uma constante nos relatórios oficiais, na Corte e nas Províncias. Em diversos aspectos, o fato está relacionado com o desenvolvimento industrial pelo qual passa a Europa e que vai repercutir profundamente sobre o conjunto do mundo. Em primeiro lugar, a industrialização teve, na Europa, uma repercussão profunda sobre o campo, provocando excedentes de mão-de-obra agrícola e artesanal e estimulando, por um lado, o êxodo rural para os grandes centros urbanos e, por outro lado, a migração para o exterior: América do Norte e América do Sul. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento capitalista, principalmente inglês, repercutia no modo de produção das economias ligadas à Inglaterra, provocando medidas anti-escravistas que atingiram drasticamente o Brasil; o tráfico negreiro é praticamente interrompido e a força de trabalho escravo não se renova mais. A organização escravagista começa a dar sinais de desmoronamento. A cafeicultura em expansão precisa de braços e a produção decrescente dos escravos não compensa mais a compra dos que são transferidos do Nordeste para as fazendas do Centro-Sul. O latifúndio cafeeiro, dominante no país, não tem outro recurso a não ser a utilização da força de trabalho do migrante e a substituição do braço escravo pelo braço livre, como se costuma dizer.

A imigração, ao mesmo tempo em que seduzia a classe dos cafeicultores, os assombrava, fazendo com que se encontrasse, na classe, defensores e adversários da imigração. O migrante pode se tornar um concorrente, na busca das terras virgens; é preciso, portanto, ou afastá-lo das áreas para onde se estende a cafeicultura ou fazer dele, na cafeicultura, um subalterno, um parceiro em regime de colonato. Mas o migrante europeu que procura o campo vem com espírito de autonomia e não pode ser desanimado pela imagem de uma forma disfarçada de servidão. Chegou-se a apresentar o cule chinês como sendo o imigrante ideal, bem mais dócil e manipulável do que o migrante de regiões industrializadas. Cria-se a imagem do colono desejável: trabalhador, morigerado, parcimonioso; iniciando como parceiro, não demoraria se tornar proprietário, cultivando por conta própria.

A época em que começou a se colocar o problema do incentivo à importação de força de trabalho era, também, a época em que se punha em discussão o regime de ocupação e

apropriação das terras. Logo após a Independência, se tinha extinto o regime colonial de concessão de sesmarias, que tinha sido, durante a dominação portuguesa, uma forma de controle do território. Devia ser substituído por outro regime. A legislação que regularia a distribuição das terras devolutas interessava sumamente aos latifundistas cafeicultores, que se expandiam do Vale do Paraíba ao planalto paulista; mas ela era também uma peça fundamental para uma definição de política imigratória. Como receavam a imigração, muitos também temiam uma nova legislação de terras que, obrigatoriamente, não poderia satisfazer a todas as suas expectativas. O contexto político do Brasil independente não podia mais se assimilar ao do Brasil colônia; os elementos mais esclarecidos, mais progressistas, da oligarquia rural percebiam isso claramente, mas a resistência conservadora era extrema e a elaboração de um novo regime jurídico da terra foi obstaculizada ao máximo. Segundo um estudioso do problema, George Phillip Browne, "efetivamente o trabalho legislativo que conduziria à lei das terras teve seu início em 1838, com a introdução na Câmara de dois projetos para incentivar a imigração. Em 1840, quando se iniciou o debate desses projetos, prontamente lembrou-se a conveniência duma conjunção de terras públicas e incentivo à imigração"⁴. Apesar da tenaz inércia da parte dos interesses latifundiários, a Lei das Terras foi votada em 18 de setembro de 1850, não sem significativas emendas ao projeto inicial. Mas, mesmo assim, custou ainda 3 anos para ser regulamentada pelo Decreto de 30 de janeiro de 1854. Interessa aqui registrar a conexão estabelecida entre a ocupação do espaço (a fronteira), o regime da terra, a imigração e a colonização — essa passa progressivamente a polarizar, então, as outras medidas legislativas. A colonização é identificada pelo Diretor da Repartição Geral das Terras Públicas como sendo o fim da Lei das Terras⁵. A colonização, com seu aparato legislativo, vai se tornar, para a classe de proprietários rurais interessada no monopólio da terra, um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço — de controle, portan-

⁴ BROWNE, George P. A Lei das Terras de 1850 e a Imigração. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História, (Aracaju, setembro de 1975), São Paulo, 1976, p. 456.

⁵ "Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas", p. 18, Trecho Transcrito em BROWNE, op. cit., p. 460.

to, dos grupos sociais que vão ocupá-lo e de sua atividade produtiva. Na realidade, sob a aparência de facilitar o acesso à terra por parte de modestos lavradores, a Lei o tornava muito difícil; os proprietários já estabelecidos tinham opção para a compra de lotes contíguos às suas terras; o tamanho dos lotes era de 121 ha. a serem pagos à vista. Essas normas foram posteriormente suavizadas, mas o domínio dos latifundiários era tal que os colonos não conseguiram terras próximas às cidades e a seus mercados, às estradas ou aos rios; só lhes restava a alternativa de se localizarem no extremo sul do país⁶.

A Lei e sua prática tornam-se, a partir de 1850, um instrumento de domínio de uma classe, no campo — que ainda é, na época, a classe dominante “tout court” — sobre a categoria social dos colonos. Sob o nome de colonização assiste-se à organização de um estatuto de controle, não só das terras que vão sendo ocupadas pelos colonos, mas de todo o território ainda não apropriado no país, ou seja, não apenas da atual como também da potencial fronteira. E este estatuto vai ser acionado, em toda a história do Brasil independente, a cada vez que se abre uma fronteira. Mais precisamente, o estatuto da colonização vai intervir na articulação entre o que se chama a frente de expansão e a frente pioneira — entre a abertura da fronteira por uma penetração mais ou menos espontânea e a sua integração, através de seu ajustamento aos interesses dominantes. Conforme escreve Henri Lefebvre: “Há colonização desde que um poder político (de um senhor feudal, de um conquistador, mas também de uma autoridade militar ou de poder econômico) afeta um território — portanto, uma atividade e uma função produtiva —, a um grupo social fraco, organizando a dominação e ao mesmo tempo a produção”⁷. O autor acrescenta que isso implica na organização (“aménagement”) do território e sua subordinação ao espaço dominante.

Normalizada através de todo um aparato de leis, a colonização passa a ser também dotada com um aparelho organizacional e administrativo controlado pela mesma classe dominante, mediante o Estado, na sua forma de governo ge-

⁶ BROWNE, op. cit., p. 459 e 461.

⁷ LEFEBVRE, Henri. De l'Etat, vol. 4, Les Contradictions de l'Etat Moderne. Union Générale d'Editions, Paris, 1978, p. 173.

ral ou provincial; cria-se, em 1854, a Repartição Geral das Terras Públicas, e mais tarde, em 1876, a Inspeção Geral de Terras e Colonização. Os governos geral e provinciais têm ou contratam seus agrimensores, elementos decisivos na efetivação ou não-efetivação da legislação da terra. Homens do governo, eles aparecem e desaparecem com os grupos no poder.

Acopladas ao aparelho estatal, nascem organizações privadas, oficialmente amparadas e subvencionadas, para estímulo e controle da migração e da colonização: Companhias de Colonização, Associações de Colonização, Companhias de Migração e Colonização. Na época Imperial, essas associações são geralmente presididas por vultos proeminentes da política e da economia: o General de Baurepaire-Rohan, o Visconde de Taunay, na Corte, o Barão de Igarapé-Mirim, no Pará. Algumas associações são puramente empresariais, como a Casa do Senador Vergueiro; algumas são dirigidas por simples aventureiros.

Na realidade, a imposição dos objetivos da classe dominante dos latifundiários, através do aparelho jurídico e administrativo do Estado, precisa de um suporte ideológico-legitimador que, disfarçando as contradições do sistema social, identifique como sendo geral e, ainda mais, como próprios dos grupos subordinados, os interesses particulares da classe hegemônica.

A colonização é apresentada como promoção de novas relações de produção, do braço livre substituindo o braço escravo, da pequena propriedade, substituindo as sesmarias — enquanto se sabe que é simplesmente uma nova maneira de controlar, através do colonato parceiro, na cafeicultura, a crise da mão-de-obra escrava e, finalmente, de salvar o latifúndio.

A evocação dos componentes da colonização, na região cafeeira e sua grande periferia, é importante para entender a colonização, tal como se processou no Pará, na segunda parte do século XIX. O Pará, pois, em meados do século, está em fase de plena integração política e administrativa com o Império, de tal modo que as transformações em processamento no pólo econômico-político nacional, que pouco influíam sobre o Pará até então, passam a repercutir profundamente sobre ele. A Província tinha atravessado um período de transição, marcado por conflitos sangrentos. A Caba-

nagem acabava de desmontar o latifúndio, estruturado na base do trabalho escravo; muitos escravos se tinham libertado e viviam em uma porção de quilombos, disseminados através da Província. A reduzida agricultura tinha definhado e as fazendas se tinham esvaziado, conforme testemunham relatos de viajantes da época; a população urbana vivia de produtos importados. Era imprescindível substituir o braço escravo pelo braço livre, mas a falta de dinamismo dos agricultores não permitia fazê-lo, nos próprias latifúndios. Entretanto, a idéia de ocupar áreas devolutas, na Bragantina e no Baixo Amazonas, não foi endógena. Ela foi sustentada pela pressão do governo imperial, no sentido de efetivar a Lei de Terras de 1850 e aproveitar a concessão imperial de uma área de 36 léguas quadradas por Província, para fins de colonização agrícola.

O Pará, governado durante anos por militares e ex-chefes de polícia, preocupou-se mais em criar colônias militares para o controle da tranqüilidade pública, após a Cabanagem, do que em resolver o problema de sua agricultura. Durante anos e anos (de 1848 a 1868), a Província não se resolveu a usar da concessão imperial, embora o assunto voltasse constantemente à tona, nas Falas Presidenciais. A Bragantina era regularmente apontada como sítio da futura colonização, mas, no intervalo, os donos locais do poder se distribuían as terras melhor localizadas, à proximidade da cidade (na chamada Estrada de Bragança e no litoral da baía de Guajará); a área de colonização era relegada às matas impenetradas, a não ser por quilombolas. O que determinou, realmente, a abertura da Bragantina foi a invasão dos capitais estrangeiros — principalmente ingleses — ligados aos investimentos em grandes obras de infra-estrutura, no caso específico, as ferrovias. Foi exatamente quando se pensou na Estrada de Ferro de Bragança que começou a se firmar a idéia de ocupação e da exploração das matas virgens, localizadas entre o litoral paraense e o rio Guamá. É bem documentado o fato de que as ferrovias todas implantadas no Brasil, a partir de 1850 — ou, pelo menos, a grande maioria delas — atendiam mais aos objetivos indústriocomerciais dos países europeus do que às necessidades econômicas das próprias regiões onde foram lançadas. Ao contrário do que se comenta nos estudos convencionais, a Estrada de Ferro de Bragança, no Pará, não surgiu para satisfazer aos requisitos de comercilização da

produção agrícola; foi a colonização que decorreu da decisão de investir em ferrovia; afinal, ela foi decorrência dos imperativos do capital europeu, aproveitando uma legislação imperial favorável. Para entender a importância dessa opção, no Pará — já que a Estrada de Ferro Bragantina tinha um alcance limitado (pouco mais de 200 km.) —, é preciso não esquecer que essa estrada era apenas a primeira, entre outras de maior vulto e de bem mais ampla repercussão econômica: a de Alcobaça, que visava interligar Goiás e Pará, e a Madeira-Mamoré, que objetivava nada menos que unir as bacias, do Prata e do Amazonas, fazendo de Belém o porto da maior parte da América do Sul para os Estados Unidos e a Europa. A Bragantina, em que pese as suas modestas proporções, se inseria no contexto da expansão do capitalismo industrial e é a esse nível que se precisa entendê-la e discutir seus êxitos e fracassos.

Quando, na outra extremidade da rodovia Belém-Brasília, surgiu, setenta anos depois do início da Colonização Bragantina, a Colônia Nacional de Goiás — CANG — que deu nascimento ao Município de Ceres, o contexto político-econômico é o da II Guerra Mundial e do Estado Novo. Do ponto de vista econômico, a agricultura se ressentia ainda da crise de 1930, que a abalou profundamente, e agora está atingida pelo conflito, através da economia de guerra dos países beligerantes com os quais se mantinha o setor exportador. Ora, graças a essas crises, a indústria está tomando seu impulso — a oligarquia fundiária cede a hegemonia à burguesia industrial, sem, entretanto, renunciar a um controle político e, nesse sentido, alternam-se as alianças de classes, alternam alianças da burguesia industrial com a pequena burguesia e as forças operárias urbanas (1930-1937) e alianças com a antiga oligarquia rural (1937-1945); as primeiras são mais oportunistas, enquanto as segundas correspondem aos interesses fundamentais que ligam o setor industrial ao setor agrícola exportador. O período de aliança com as forças urbanas da pequena burguesia e do proletariado foi marcado por movimentos sócio-políticos e revoltas que levaram ao aparecimento e fortalecimento de grupos "extremistas", de esquerda e de direita, entre os quais: a Aliança Nacional Libertadora e o Integralismo. O programa de uns e outros tem referência ao problema da terra e do latifúndio, que está no centro

das contradições sociais de toda a América Latina⁸. O programa da Aliança Libertadora combatia diretamente o latifúndio e exigia uma reforma agrária, ou seja, a devolução da terra aos trabalhadores que a cultivam efetivamente, como sendo eles os únicos proprietários legítimos, historicamente despojados de seus direitos e expropriados de seus bens. A reação direitista via nestas reivindicações uma subversão da ordem estabelecida e defendia, com intransigência, a grande propriedade, associando, inclusive, o latifúndio com os requisitos de segurança e de equilíbrio político de um país do tamanho do Brasil: os temas do nacionalismo, do "Brasil grande", surgem em respaldo à grande propriedade rural. A terra — e mais especificamente, a propriedade da terra — torna-se um ponto quente da polêmica política. As forças trabalhadoras rurais não dispõem, porém, de uma organização que faça delas um elemento importante da luta política, à semelhança das classes operárias urbanas. As concessões impostas à aliança indústriagrária dominante, em relação ao proletariado urbano (e que se sintetizam na Consolidação das Leis trabalhistas), não se impuseram, no que tange às classes rurais subordinadas. Ao contrário, o patrocínio do comunismo internacional às reivindicações de desapropriação dos latifúndios fazia da resistência à reforma agrária um corolário da luta contra o comunismo, na esfera urbano-industrial. Face, entretanto, à dimensão do problema agrário e à crescente consciência da exploração do homem do campo, não era possível eliminá-lo, simplesmente, do cenário político. Encontrou-se novamente, na colonização, uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição da terra aos trabalhadores. A colonização adota por objetivo, nesta altura, responder às tensões sociais crescentes, tanto no campo quanto nas cidades: no campo, onde se multiplica o número de trabalhadores sem acesso à terra; nas cidades, onde se acumulam os excedentes de mão-de-obra não absorvidos pela indústria. Em 1941, o Decreto-Lei n.º 3059, de 14 de fevereiro, legifera sobre as Colônias agrícolas, sugestivamente chamadas "Nacionais". Ao mesmo tempo, procede-se a uma re-estruturação dos órgãos

⁸ Utilizamos bastante, nesta parte da análise, o texto da tese de mestrado da antropóloga Neide Esterci, "O Mito da Democracia no País das Bandeiras", defendida no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972. Mimeografada.

administrativos, encarregados do controle da ocupação das terras novas, sendo criada, em 1938, a Divisão de Terra e Colonização, no Ministério da Agricultura. Os fluxos migratórios internos são orientados para o Norte, em direção à Amazônia, e se limita, através de quotas, a entrada de imigrantes estrangeiros. As restrições estabelecidas pelo Decreto-Lei de 07 de abril de 1941 não se explicam totalmente pelo fluxo de imigrantes foragidos ou expulsos dos países europeus, na ocasião do conflito; elas figuravam já em diversas medidas, tomadas desde 1930, para reagir ao que se concebia como infiltração de elementos subversivos no país. Nesta linha de preocupação situava-se a criação, em 1938, do Conselho de Imigração e Colonização.

A ideologia da colonização é cunhada no “slogan” do “rumo para o Oeste” e desenvolvida, na literatura, em livros como “A Marcha para o Oeste”, de Cassiano Ricardo (1940), e em revistas como “Novas Diretrizes”, dirigida por Azevedo Amaral⁹. É a ideologia nacionalista utilizada por Vargas em legitimação do Estado Novo: “O verdadeiro sentido da brasilidade está na marcha para o Oeste”. Segundo Cassiano Ricardo, o que caracterizou a Bandeira, quando os seus integrantes passaram a se fixar ao solo, foi a pequena propriedade, e não o latifúndio, típico da economia litorânea. A Marcha para o Oeste deve, portanto, retomar o princípio da pequena propriedade, sem, entretanto, atentar contra a grande, nem contra a hierarquia das classes, essencial à manutenção da sociedade. O Decreto-Lei n.º 3059 assinalava como finalidade às Colônias Agrícolas Nacionais: “receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores estrangeiros”. As colônias, pois, eram visualizadas como ilhas de pequenos estabelecimentos rurais, dispersas no território e beneficiadas por legislação específica, de nenhuma maneira extensiva à fronteira. A colonização tem-se constantemente atribuído objetivos específicos, pretensamente sociais, enquadrados, porém, numa política global de preservação e reprodução do latifúndio; oferecem ainda para este argumentos de legitimação, portanto, elementos de viabilidade. Espalhadas na imensidão das terras ainda livres, as colônias desempenham

⁹ ESTERCI, Neide. Op. cit.

a função de posse simbólica de uma área nova, justificando a realização de trabalhos de infra-estrutura, em nome da fixação à terra de famílias de agricultores pobres e preparando, assim, a penetração do latifúndio e o controle do espaço pelo capitalismo em expansão. Isso ficou bem patente, na década posterior, mas esboçava-se nos anos quarenta. O caso da Colônia Agrícola Nacional de Ceres é exemplar.

Criada em 1943, nas ricas terras do Mato Grosso Goiano, numa área de 250.000 ha, a Colônia chegou apenas a ocupar um pouco mais de 100.000 ha. em lotes de, aproximadamente, 25 ha. Os colonos eram, em grande parte, agricultores pobres de Minas e São Paulo. A Colônia foi confiada à direção do agrônomo Bernardo Sayão que, conforme é sabido, se dedicou muito mais à abertura da estrada de Anápolis para Porangatu do que à gestão da Colônia, orientando, para esse fim, parte dos recursos da CANG. Ceres foi rapidamente cercada de grandes fazendas, — uma delas do próprio B. Sayão — que se multiplicaram em direção ao Norte. Neide Esterçi cita um depoimento, segundo o qual: “Sayão... dizia que não veio para colonizar; — Ceres era para servir de base para ligar o norte e o sul e conquistar a Amazônia”.

Objetivo consciente ou não, tal era o verdadeiro sentido da implantação da Colônia, no Mato Grosso Goiano, que seria efetivada durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Quando o Presidente assumiu o governo, fluxos migratórios “espontâneos”, de certa importância, se deslocavam rumo ao Norte de Goiás e ao Oeste do Maranhão, vindos de Minas, da Bahia e do Nordeste. O fenômeno não passava despercebido aos que tinham as vistas voltadas para as terras ainda não apropriadas, e eram muitos os que por elas se interessavam, tanto estrangeiros quanto nacionais. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA — era consciente dos acontecimentos e seus técnicos analisavam os fatos com certa lucidez. Denunciavam a grilagem e a especulação: “...grileiros de toda parte estão operando febrilmente em Imperatriz, Porto Nacional e Estreito”¹⁰. “As terras públicas ou devolutas devem ser vedadas à especulação”.¹¹ Cabia ao Estado, segundo eles, exer-

¹⁰ BRASIL-SPVEA. SPVEA, 1954/1960: Política de Desenvolvimento da Amazônia. Rio de Janeiro, Ed. Livro S/A., V. 2, p. 311.

¹¹ Ibid., p. 300.

cer sua função de controle sobre a ocupação do espaço, iniciada “espontaneamente”, re-ativando os mecanismos legais e ideológicos da colonização. A amplitude do movimento de penetração impunha, também, um plano de dimensões novas, cujo sentido seria definido pelas forças então dominantes. Para os técnicos da SPVEA, “Na caracterização das linhas mestras do povoamento amazônico se deve dar... a maior atenção aos movimentos migratórios espontâneos que se orientam no sentido da ocupação e da exploração de terras devolutas, sabendo-se que se compõem de pequenos e médios produtores em busca de trabalho e melhor nível de vida. O aproveitamento das massas migratórias... deve ter prioridade nos projetos de colonização”.¹² Essas orientações progressistas, que iam ao encontro de tomadas de posição formuladas no quadro da SUDENE, conflitavam com as grandes linhas da política nacional; não tiveram, nas forças populares rurais, o respaldo político suficiente para serem sustentadas contra a burguesia industrial e o latifúndio.

Graças ao conflito de 1940-45 e à conjuntura de pós-guerra, a burguesia industrial tinha firmado sua hegemonia, controlando todo o aparelho estatal, apesar da subida e da organização da classe trabalhadora; encontrava no capitalismo internacional, extremamente interessado pelo Brasil, neste período de disponibilidade de capitais, um reforço irrestrito. O Estado também se tinha fortalecido, nas décadas dos quarenta e dos cinquenta; estava-se modernizando, dotando-se com instrumentos mais aprimorados de poder, capazes de mediatizar, com eficiência, os interesses do capitalismo: iniciava-se na prática do planejamento. Nunca se tinham dado, na história do Brasil, circunstâncias tão favoráveis para a realização de projetos de amplitude nacional e para a efetivação de um controle sobre o conjunto do espaço. A consciência do perigoso isolamento da Amazônia, nunca tão violentamente percebido como no tempo da II Guerra, preparava o terreno para levar adiante os planos de integração nacional. A interiorização da Capital Federal, a irradiação, a partir de Brasília, de uma rede rodoviária e a montagem de uma indústria automobilística constituía-se um plano coerente, capaz, aos olhos do poder, de re-dinamizar a economia brasileira a favor da burguesia, em consonância com os interesses do capital

¹² Ibid., p. 304.

internacional. A colonização tinha, neste contexto, um papel puramente subordinado, mas não desprezível, de legitimação: encobrir com propósitos sociais de fixação à terra de pequenos agricultores os objetivos de penetração do capitalismo na Amazônia. Bernardo Sayão, eleito Vice-Governador de Goiás e nomeado diretor da NOVACAP, foi encarregado pelo Governo Kubitschek da abertura da Belém-Brasília. O traçado definitivo não obedeceu à idéia original de Sayão, defendida também pela SPVEA, que preconizava um sistema de comunicação rodo-fluvial, unindo Anápolis a Belém pela interligação dos centros existentes, ao longo do Tocantins. O plano posto em prática privilegiou a ligação rodoviária; tencionava abrir áreas, em sua maioria, despovoadas. Antes do término da estrada, a área era em boa parte retalhada em grandes propriedades e os posseiros estavam sistematicamente expulsos de suas roças. Terras goianas, próximas à Belém-Brasília, foram, inclusive, negociadas com grupos estrangeiros, norte-americanos e chinês, por dezenas de milhares de hectares, nos Municípios de Uruaçu, Filadélfia, Tocantinópolis e Araguatins¹³. Como se pode ver, antes mesmo de 1970, a penetração capitalista estava já orientando-se no sentido da Transamazônica. Outra vez ia-se utilizar o mito da colonização por pequenas propriedades, criando o "slogan" da "terra sem homens para homens sem terra", para legitimar a expansão do capitalismo, sob a égide do Estado.

A frente de expansão, atravessando o Norte de Goiás, já tinha alcançado o sul do Pará, na região do Araguaia e do Tocantins, quando foi decidida a Transamazônica. Oficialmente apontada como resposta aos problemas do Nordeste, esse eixo rodoviário tinha, reconhecidamente, outros objetivos de ordem econômica e de segurança. A conjunção entre a abertura da estrada e o programa de cobertura da região amazônica pelo RADAM, entre o traçado da Transamazônica e a localização de jazidas minerais das mais diversas, identificava um desses objetivos: o controle da matéria-prima para fins de industrialização interna e, sobretudo, de exportação, com vistas ao equilíbrio da balança internacional do país. A preocupação da segurança — nacional e internacional — não estava ausente da decisão, como foi evidenciado

¹³ SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil : Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento ?*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 190/94.

pela interiorização das forças militares, nesta faixa nova de ocupação. Aliás, não se trata de uma dupla ordem de interesses, mas, pelo contrário, de duas faces de uma mesma e única preocupação.

Uma vez afirmada, a nível do poder, a importância de tais objetivos, precisava ainda legitimar, a partir de propósitos "sociais", a execução de um amplo programa de infra-estrutura física e institucional. Emerge, novamente, a colonização, com seu rosário de leis, decretos, regulamentos e programas. Fala-se em dotar milhares de famílias camponesas pobres com terra própria, e, assim, elevar seu bem-estar, através da mobilização de importantes recursos financeiros e humanos. São reestruturados, mais uma vez, os organismos encarregados da colonização. Surge o INCRA, cujo nome só é um programa pela simples justaposição de Colonização e de Reforma Agrária. O órgão é investido de poderes nunca vistos num projeto de colonização, que fizeram dele, como se comentou, "um Estado dentro do Estado". Isto é: o INCRA se torna objetivamente um instrumento à disposição das classes dominantes, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaça seus atuais e potenciais interesses. Não passa de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emana. Abrange, nas suas atribuições: a ocupação e o loteamento da área, a exploração da terra, o sistema educacional — formal e informal; os serviços sanitários, às vezes, as atividades recreativas. Exerce, portanto, a fiscalização da vida toda dos colonos, mantendo-os nos limites do que é admissível pelos grupos dominantes, que se confundem, cada vez mais, com o grande capital. Antes de findar um decênio de Colonização Transamazônica, satisfeitos os objetivos implícitos, apaga-se do quadro os objetivos explícitos, renega-se as preocupações sociais, consideradas conflitivas com as metas prioritárias do desenvolvimento: "... o objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincula, como deveria, a elevação do nível de vida à expansão do emprego *produtivo*.

Enquanto a política de colonização encaminha para a Região, mais ou menos ordenadamente, um fraco contingente de famílias, efeitos não esperados da mesma política es-

estimulam indiretamente, através de ondas de publicidade que se propagam muito além dos controles desejados pelo Governo, a intensificação de fluxos migratórios espontâneos, várias vezes superior em tamanho, ao dos colonos dirigidos.

Essa corrente espontânea, que em massa se desloca compõe-se: com boa parte dos colonos recém-chegados aos núcleos do INCRA, de lavradores sem nenhuma dotação de capital próprio, com baixo nível de conhecimentos gerais e por vezes viciados pela herança de um rudimentarismo técnico notório... os lavradores imigrantes tendem a estabelecer com os habitantes do meio rural da Região um mórbido regime de trocas de doenças... A imigração indiscriminada dessas populações, longe de constituir uma contribuição ao desenvolvimento da Amazônia instala, ano a ano, difíceis problemas¹⁴. Em proveito de quem, pois, foram rasgadas estradas, cobertos pelo RADAM os Estados amazônicos, retalhados em latifúndios enormes municípios, implantados quartéis, criadas agências bancárias? Daqui em diante, pretende-se fixar apenas os colonos já instalados e "re-orientar" os novos fluxos; recomenda-se a colonização por empresas. O nome é mantido. Embora esvaziada das características essenciais que lhe dão o Estatuto da Terra e a Constituição, a colonização continua servindo de cobertura ideológica. Os que, sinceramente, tinham acreditado numa ampla distribuição de lotes em propriedades familiares não escondem sua decepção. Os que se têm dedicado à sua efetivação se sentem iludidos.

Nunca a colonização tem aparecido tão claramente como a racionalização do triunfo da fronteira pioneira sobre a fronteira da expansão, das relações de produção capitalistas sobre as camponesas, do capital sobre o trabalho. Nunca a colonização se manifestou tão limpidamente como legitimação, a pretexto dos lavradores pobres, de uma mobilização, pelo Estado, dos recursos da nação a serviço do capital. Uma legitimação que, invariavelmente, argumenta a favor da efi-

¹⁴ SUDAM — II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), MINTER-SUDAM, 1975, p. 19. Em nota, o editor do II PDA, tangido por um prurido de objetividade, observa: "É preciso ressaltar que o imigrante não pode ser individualmente responsabilizado pelos eventos ora analisados. Como no século XIX e durante a 'batalha da borracha' dos anos quarenta, o lavrador nordestino vem uma ou outra vez em busca do El-Dorado amazônico." (!)

ciência da técnica capitalista e contra a ação predatória dos colonos incultos sobre os recursos naturais.

O Estado constitui-se, portanto, na colonização, em árbitro da relação conflitiva entre duas formas de ocupação do espaço que são, também, a expressão de interesses antagônicos de classes. A atual recrudescência de conflitos abertos entre posseiros e grileiros, entre pequenos lavradores e fazendeiros, entre ocupantes e empresas, torna inconsistente a simulação de uma arbitragem técnica, planificadora, entre tecnologias mais ou menos eficientes, entre preservação e destruição dos recursos naturais. A arbitragem decide entre classes. Ela, porém, é viciada, na raiz, pois o árbitro é também advogado de uma das partes.

Apêndice

Breves informações sobre os bairros e povoados abrangidos na etapa de aplicação do questionário e citados nos ensaios sobre "Saúde e Colonização" e "O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do Baixo Terciário nas Zonas Urbanas da Rodovia".

Nova Imperatriz é um bairro formado na periferia de Imperatriz, a partir de 1968, e que não tinha ainda terminado de crescer em 1975. De 561 em 1970, o número de casas passou para 1301, em 1973, e para 3.332, em 1975, segundo os dados da Superintendência da Campanha contra a Malária (SUCAM). Essa exploração faz parte do extraordinário incremento populacional do município, a partir de 1965. Originado na invasão da área periférica da cidade por migrantes, o bairro nunca foi objeto de planejamento urbano (loteamento, traçado de ruas) e de implantação de infra-estrutura (distribuição de água, rede elétrica, esgotos).

Boa parte da população residente continua ocupada na lavoura, como posseiros, parceiros ou peões. São levados à cidade pelos anseios da educação para os filhos ou de atendimento em caso de doença, já que os "centros" não oferecem esses serviços. Constituem uma mão-de-obra disposta a empregar-se por baixos salários, na época das entressafras. Muitos, ainda, são empregados na construção civil, como serventes, pedreiros e carpinteiros não-qualificados, trabalham como pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, ou prestam serviços como vigias, lavadeiras, etc.

Cacau e *Nova Imperatriz* foram os primeiros bairros a formar-se, na cidade de Imperatriz. Localizado à beira da Belém-Brasília, Cacau teve origem num acampamento das companhias construtoras; posteriormente, passou a distinguir-se como a maior zona de prostituição da estrada.

União foi outro bairro onde se realizou a aplicação do questionário, na sede do município de Imperatriz. Está localizado bastante próximo ao centro antigo da cidade, possui ruas estreitas e acidentadas. A partir de 1973, registra um crescimento negativo.

O bairro *Juscelino Kubitscheck*, chamado J.K., surgiu na periferia de Araguaína, a partir de 1960. Em 1974, contava, segundo a SUCAM, com 369 casas. Ao contrário de "Vila Aliança", planejada e construída pela COHAB em outro bairro da cidade, e habitada, apesar de sua destinação oficial primitiva, por funcionários públicos, bancários, profissionais liberais, o bairro J.K. firmou-se espontaneamente e através da improvisação. O traçado das ruas é irregular; o acesso dos veículos é dificultado pelos desníveis do terreno. Não há distribuição de água e, apesar da existência da rede elétrica, poucas são as casas que dispõem de energia.

A população é composta de migrantes: 69% dos entrevistados eram nordestinos. As ocupações encontradas com maior frequência são as de lavrador, comerciante, pedreiro, carpinteiro e motorista. A renda é muito baixa.

O povoado de *Carmolândia*, situado a 36 km a oeste de Araguaína, começou em 1975, com o desmembramento de uma fazenda. Foi uma iniciativa privada de venda de lotes agrícolas, associada a um loteamento urbano em terrenos de 12 metros por 30. Em 1974, possuía 516 casas, segundo o levantamento da SUCAM. A posição do povoado numa região de fazendas novas lhe proporcionou algumas pequenas indústrias e alguns serviços: três usinas de beneficiamento de arroz, uma oficina mecânica, um posto de gasolina, um açougue, uma loja de fotografia, pensões e restaurantes, além de um pequeno comércio de secos e molhados. Mais recentemente, foram abertas as últimas séries da escola de primeiro grau, e, em 1975, estavam construindo uma cadeia. Não há, entretanto, posto de saúde.

Os administradores ou gerentes residem nas fazendas. A maior parte da população do povoado trabalha na roça, na condição de agregados ou assalariados. Cultivam o arroz para, em seguida, capinar na propriedade dos fazendeiros ou ocupam-se na construção de cercas, currais, etc. A média de salário, em 1975, era de 20 ou 25 cruzeiros diários.

As condições econômicas do povo são, em geral, muito precárias.

Os povoados de *Cereçu* e de *Nova Glória* pertencem ao município de Ceres e se constituíram pela concentração de moradores da Colônia: o primeiro, a partir de 1952, o segundo, a partir de 1965. Tinham, respectivamente, 330 e 440 casas, em 1975.

A população de Cereçu está principalmente ocupada com a agricultura, desenvolvendo culturas tradicionais de subsistência; alguns lavradores se dedicam à horticultura. Existe, na localidade, uma usina de beneficiamento de arroz, mas o comércio é inexpressivo. O novo traçado da estrada Belém-Brasília deixou Cereçu 3 km distante, provocando a evasão de certo número de habitantes, como demonstram moradias desertas.

Nova Glória apresenta-se em condições melhores que as localidades precedentes. As moradias possuem, na sua maioria, eletricidade; algumas têm ligação telefônica. As atividades comerciais têm uma relativa expressividade, incluindo uma venda de implementos agrícolas. Funcionam algumas usinas de beneficiamento de arroz, uma serraria, uma fábrica de móveis e uma de gelo. A localidade é ligada a Ceres, Goiânia e Anápolis por cinco linhas de ônibus.

A *Colônia Agrícola de Gurupi* localiza-se no município de Imperatriz, a 75 km ao norte da sede, à margem da rodovia Belém-Brasília e próximo ao grande povoado de Açailândia. Ela foi iniciada em 1960 pela Missão Presbiteriana do Norte, visando contribuir para a solução dos "problemas dos agricultores pobres e sem terra do nordeste". A área, cedida pelo Estado do Maranhão, foi distribuída em lotes de aproximadamente 50 ha.

Do ponto de vista agrícola, os resultados positivos do Projeto foram pouco duradouros e pouco profundos. Alguns colonos conseguiram fugir da prática da lavoura de subsistência enfrentando notadamente problemas de crédito e, sobretudo, de concorrência e de comercialização para os produtos não tradicionais. Atualmente, verifica-se uma pressão do latifúndio pecuarista sobre a Colônia. O Projeto contou, durante algum tempo, com um quadro de assistentes sociais e uma enfermeira; sua atenção foi voltada persistentemente para aspectos de saúde.

Bibliografia

1. **ALVIN**, Paulo de T. *Agricultura nos Trópicos Úmidos : Potencialidades e Limitações*. Ilhéus; Centro de Pesquisa do Cacau, 1957.
2. **AMIN**, Samir. *L'Accumulation à l'Echelle Mondiale*. Paris, Anthropos, 1970.
3. **ASPER**, James E. Brasil. *Saúde e Nutrição*. Rio de Janeiro, Científica, 1965.
4. **AZEVEDO**, Antônio C. et alii. Saúde Pública no Estado de Goiás com Ênfase na Unidade Mista de Porto Nacional. IN: *Revista de Patologia Tropical* (2), jan./mar., 1973.
5. **BRASIL**. INCRA. *Relatório de Avaliação*, 1973.
6. **BRASIL**. Leis, decretos, etc... Contrato de Concessão de Terras Devolutas que Fazem entre si o Estado do Maranhão e a Confederação Evangélica do Brasil, publicado no *Diário Oficial do Maranhão*, 03 de maio de 1963, p. 2-3.
7. **BRASIL**. SPVEA. SPVEA 1954/1960. *Política de Desenvolvimento da Amazônia*, Rio de Janeiro, Ed. Livro, s.d.
8. **BRASIL**. SUDAM. *Colonização na Amazônia*. Belém, s.d., mimeo.
9. **BRASIL**. SUDAM. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)*, MINTER - SUDAM, 1975.
10. **BROWNE**, George P. A lei de Terras de 1850 e a Imigração. IN: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História*, São Paulo, 1976.

11. **BRUNNEAU**, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*, São Paulo, Loyola, 1974.
12. **CAVALCANTI**, Clóvis. *Algumas Reflexões para um Estudo sobre a Subutilização do Trabalho*, Recife, Instituto "Joaquim Nabuco", 1974, mimeo.
13. **CHAVES**, Nelson. *Sistema Nervoso, Nutrição e Educação*. São Paulo, Pioneira, 1975.
14. **CONDURU**, J.M.P. *Principais Culturas da Amazônia*. Belém, IPEAN, 1975.
15. **COSTA**, José Marcelino Monteiro da /ed./. *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
16. **COSTA**, Manuel Augusto. *Migrações Internas no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.
17. **DEMO**, Pedro. *Elementos para Estudo do Subemprego*. /s.n.t./.
18. **D'INCAO E MELLO**, Maria da Conceição. *O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1975.
19. **DROULERS**, Martine. Maranhão Nordestin? Maranhão Amazonien?. IN: *Amazonies Nouvelles*. Paris, Université de Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1977.
20. **ESTERCI**, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras*. Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado, 1972, mimeo.
21. **FALESI**, Ítalo Cláudio et alii. *Sugestões ao Soerguimento do Setor Primário no Estado do Pará*. Belém, EMBRAPA, 1974, mimeo.
22. **GUILHERME VELHO**, Otávio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
23. **KOWARICK**, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
24. **LEFEBVRE**, Henri. De l'Etat. IN: *Les Contradictions de l'Etat Moderne*. Union Générale d'Éditions, Paris, 1978.

25. **MADEIRA**, Felícia & **SINGER**, Paul. *Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970*. São Paulo, CEBRAP, 1973.
26. **OLIVEIRA**, Francisco de. Planejamento e Conflito de Classes. IN: *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1977.
27. **PEREIRA**, Luiz. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
28. **RELATÓRIO DO CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS**. 30 de novembro de 1970.
29. **RIBEIRO**, Sylvio Wanick. *Desempenho do Setor Agrícola na Década 1960/1970*. Brasília, IPEA, 1973.
30. **SILVA**, Darcy da. *Colonização e Zonas Pioneiras*. IN: *Anais da Associação dos Geógrafos*, São Paulo, v. 18, 1973.
31. **SILVA**, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
32. **SINGER**, Paul. *Teoria do Emprego Aplicável a Países não Desenvolvidos*. São Paulo, CEBRAP, 1972.
33. **SOBRE O SANEAMENTO DA AMAZÔNIA** (Relatórios de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto), Manaus, 1972.
34. **UFPA./NAEA**. Pesquisa "Belém-Brasília".
35. **UFPA./NAEA**. Programa de História Oral.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na ocasião do
lançamento do livro Colonização para Quem?

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Reitor:

Prof. Dr. Aracy Amazonas Barreto

Coordenador do NAEA:

Prof. Dr. José Marcelino Monteiro da Costa;

Vice-Coordenador:

Prof. Amílcar Tupiassú;

Supervisor do Setor de Pesquisa:

Prof. Jean Hébéte;

Coordenador do PLADES:

Prof. Carlos Cardoso da Cunha Coimbra;

Supervisor do Setor de Treinamento:

Prof.^a Maria Tereza Couceiro Simões;

Supervisora do Setor de Edição e Divulgação:

Prof.^a Berenice Carvalho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - 1979
AMAZÔNIA/NAEA, SÉRIE PESQUISA
ANO I, N.º 1

 **FALANGOLA**
OFFSET
BELEM - PARA